

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

José Barbosa do Carmo Neto

**NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR:
O Caso das Escolas Cívico-Militares em Goiás**

Santa Cruz do Sul
2025

José Barbosa do Carmo Neto

**NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR:
O Caso das Escolas Cívico-Militares em Goiás**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr.Mozart Linhares da Silva,

Santa Cruz do Sul

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Neto, José Barbosa do Carmo

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR: O
Caso das Escolas Cívico-Militares em Goiás / José Barbosa do
Carmo Neto. – 2025.

105 f. ; 2 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa
Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva .

1. Neoliberalismo . 2. Conservadorismo. 3. Militarização . 4.
Escola militarizada . I. Silva , Mozart Linhares da . II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

José Barbosa do Carmo Neto

**NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR:
O Caso das Escolas Cívico-Militares em Goiás**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação Cultura e Produção de Sujeitos, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da aprovação ____/____/____

Dr. Mozart Linhares da Silva
Professor Orientador – UNISC

Dr. Camilo Darsie
Professor examinador – UNISC

Dr. Rafael Araldi Vaz
Professor examinador - UNIPLAC

Santa Cruz do Sul
2025

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é um momento único, de olhar para trás e reconhecer tudo o que vivi, aprendi e superei. Em um país onde a desigualdade social e o preconceito ainda impõem tantos desafios, ter a oportunidade de cursar um mestrado é um privilégio e, ao mesmo tempo, uma grande conquista. Sei que não cheguei sozinho, é por isso que essa seção é tão especial: é hora de agradecer a cada pessoa que fez parte dessa caminhada.

Primeiro, agradeço a Deus. Em tantos momentos difíceis, foi Ele quem me deu forças para continuar, me guiando e iluminando meu caminho. Sem essa fé e essa força maior, eu não teria conseguido.

Ao professor doutor Mozart Linhares da Silva, meu orientador, minha mais profunda gratidão. Foram quase três anos de aprendizado, crescimento e muitos desafios. Você sempre esteve presente, apontando os melhores caminhos, incentivando, cobrando e, quando necessário, dando aqueles puxões de orelha que fizeram toda a diferença. Obrigado por acreditar no meu potencial e por me ajudar a amadurecer como pesquisador.

Aos professores da banca examinadora, meu muito obrigado por aceitarem esse convite e por dedicarem tempo e atenção ao meu trabalho. Suas contribuições foram essenciais para que minha dissertação se tornasse mais sólida.

Aos meus amigos e companheiros do grupo de orientação, Carla e Ondumar, sou grato pelo apoio, pelas trocas de ideias e pela parceria ao longo desses anos. Caminhar junto sempre torna a jornada mais leve e divertida.

Estender esse agradecimento a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC é mais do que necessário. Cada um, à sua maneira, contribuiu para minha formação e crescimento. Em especial, agradeço à professora Ana Luiza, que nos ensinou que o mestrado não precisa ser apenas uma caminhada árdua, mas sim um processo de aprendizado feliz, construído junto com aqueles que nos cercam.

Mas essa jornada não foi fácil. Enfrentei desafios que testaram minha resistência e determinação. No meio do mestrado, perdi meu padrasto, um momento de dor profunda que abalou toda a minha família. Minha mãe teve uma recaída, e precisei assumir responsabilidades que não estavam nos meus planos, cuidando dela e da casa. Em paralelo a tudo isso, sofri um acidente e passei por quatro

cirurgias. Houve momentos em que pensei que não daria conta, mas segui firme, acreditando que valeria a pena.

Se cheguei até aqui, foi também porque encontrei pessoas que me ajudaram no caminho. Sou imensamente grato à professora doutora Maria Aparecida Conte, que, ainda na minha graduação em Letras, viu algo em mim que eu mesmo, talvez, não enxergasse. Foi ela quem me incentivou a continuar estudando, a buscar o mestrado e a sonhar com o doutorado. Seu apoio e suas palavras foram essenciais para que eu acreditasse que era possível.

Agradeço também à minha ex-coordenadora Glaucia Teixeira, que me ajudou muito enquanto eu trabalhava na Escola Municipal Militarizada Emanuel Fernandes da Cunha. Conciliar o mestrado com o trabalho não foi fácil, mas ela sempre esteve disposta a me apoiar da melhor forma possível.

Aos meus amigos, que de alguma forma estiveram comigo durante essa caminhada, mesmo que de longe, meu muito obrigado. Não importa se foi com palavras de incentivo, com um café, ou simplesmente ouvindo meus desabafos, cada gesto fez a diferença.

Ao meu namorado, Max, meu agradecimento especial. Foi nessa fase da minha vida que nos conhecemos, e quero eternizar isso aqui. Não sei o que o futuro nos reserva, mas sei que esse é um momento feliz, e sou grato por poder compartilhá-lo com você.

E, por fim, minha família, minha base, meu porto seguro. Nada disso seria possível sem vocês. O amor, o apoio e a paciência de cada um foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Finalizo com um coração cheio de gratidão e com a certeza de que essa jornada valeu cada esforço. Que mais pessoas tenham essa oportunidade e que possamos continuar lutando por uma Educação mais acessível, justa e transformadora.

"O poder não é uma instituição, nem uma estrutura, nem uma posse. Ele é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada."

Michel Foucault, 1979.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar como os discursos neoliberais e conservadores se manifestam no processo de implementação das escolas cívico-militares, com foco na Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, em Goiás. O referencial teórico-metodológico baseia-se nas contribuições de Michel Foucault, além de autores como Thomas Lemke, Kamila Lockmann, Pierre Dardot e Christian Laval, que discutem a governamentalidade e suas implicações na educação. A pesquisa fundamenta-se na análise documental dos principais registros da escola, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, a fim de identificar como os discursos neoliberais e conservadores são incorporados à proposta educacional. Os resultados evidenciam que esses documentos reforçam princípios como disciplina, hierarquia, civismo e patriotismo, ao mesmo tempo em que limitam a possibilidade de uma educação democrática e participativa. A análise revela ainda que a governamentalidade neoliberal se manifesta no modelo de gestão da escola, pautado na responsabilização individual, na busca por eficiência e no controle rigoroso do desempenho. Esses elementos contribuem para a construção de um ambiente que restringe a criatividade, a autonomia e a capacidade crítica dos estudantes. Dessa forma, a implementação das escolas cívico-militares em Goiás reflete uma tentativa de conciliar a lógica de desempenho e eficiência do neoliberalismo com o controle disciplinar típico do conservadorismo. Tal modelo educacional, ao priorizar conformidade e resultados mensuráveis, compromete a formação integral e crítica dos alunos. A pesquisa aponta, assim, para a necessidade de repensar os rumos da educação pública, propondo alternativas que valorizem uma formação crítica, plural e verdadeiramente democrática.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Conservadorismo; Escolas Cívico-Militares; Governamentalidade; Educação.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze how neoliberal and conservative discourses manifest themselves in the process of implementing civic-military schools, focusing on the Vicentinópolis Civic-Military School in Goiás. The theoretical and methodological framework is based on the contributions of Michel Foucault, as well as authors such as Thomas Lemke, Kamila Lockmann, Pierre Dardot and Christian Laval, who discuss governmentality and its implications for education. The research is based on the documentary analysis of the school's main records, such as the Political-Pedagogical Project (PPP) and the School Regulations, in order to identify how neoliberal and conservative discourses are incorporated into the educational proposal. The results show that these documents reinforce principles such as discipline, hierarchy, civic spirit and patriotism, while limiting the possibility of a democratic and participatory education. The analysis also reveals that neoliberal governmentality is manifested in the school management model, based on individual accountability, the search for efficiency, and strict control of performance. These elements contribute to the construction of an environment that restricts students' creativity, autonomy, and critical capacity. Thus, the implementation of civic-military schools in Goiás reflects an attempt to reconcile the logic of performance and efficiency of neoliberalism with the disciplinary control typical of conservatism. This educational model, by prioritizing conformity and measurable results, compromises the integral and critical education of students. The research thus points to the need to rethink the direction of public education, proposing alternatives that value a critical, plural, and truly democratic education.

Keywords: Neoliberalism; Conservatism; Civic-Military Schools; Governmentality; Education.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Distinções entre as Escolas Militares e os Colégios Militares.....	51
Quadro 2. Análise de Discursos Conservadores e Neoliberais no Projeto Político Pedagógico.....	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EMMMFC	Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FGD	Faculdade Geremário Dantas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PPP	Projeto Político Pedagógico
R/R	Reserva Remunerada
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1 Neoliberalismo: Conceituação e Trajetória no Brasil.....	18
2.2 Neoliberalismo: O Homo Economicus e a Racionalidade Governamental.....	20
2.3 Empresariamento Social e a Transferência de Responsabilidades Públicas.....	28
2.4 A Convergência entre Neoliberalismo e Conservadorismo.....	34
2.5 O Paradoxo da Implementação das Escolas Cívico-Militares.....	40
2.6 Escolas Cívico-Militares no Brasil: Contexto e Implantação.....	47
2.6.1 Escolas Militares, Colégios Militarizados, Escolas Cívicos-Militares.....	49
Quadro 1 – Distinções entre as Escolas Militares e os Colégios Militares.....	51
2.7 O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM).....	52
2.8 A Governamentalidade Neoliberal Fascista e a Militarização da Educação: O Caso do PECIM.....	55
3 A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM GOIÁS E SEUS DISCURSOS CONSERVADORES.....	59
3.1 O Contexto Neoliberal Conservador e a Implantação das Escolas Cívico-Militares em Goiás.....	59
3.2 Procedimentos de Estabelecimento e Expansão das Escolas Cívico-Militares...	64
3.3 Características Pedagógicas das Escolas Cívico-Militares.....	67
3.4 Análise dos Discursos Conservadores nas Diretrizes Pedagógicas.....	71
3.5 Leis Municipais que Regulamentam as Escolas Cívico-Militares em Goiás.....	76
4 ANÁLISE DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DE VICENTINÓPOLIS: DISCURSO CONSERVADOR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	81
4.1 Caracterização da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis.....	84
4.2 Discursos Conservadores nas Diretrizes e Normas Institucionais.....	86
4.3 Manifestações do Conservadorismo nas Políticas Pedagógicas Militares.....	88
4.4 A Governamentalidade Neoliberal Conservadora nos Documentos da Gestão Escolar.....	95
4.5 Responsabilização Individual.....	95
4.6 Gestão Escolar e Princípios Gerencialistas.....	97
4.7 Controle e Mensuração do Desempenho.....	98
4.8 Implicações da Governamentalidade Neoliberal Conservadora.....	99
4.9 Ethos Conservador e Neoliberal na Prática Educacional.....	101
Quadro 2. Análise de Discursos Conservadores e Neoliberais no Projeto Político Pedagógico.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido marcada por profundas transformações influenciadas pela conexão entre o neoliberalismo e o conservadorismo. Essa conexão, longe de ser um fenômeno isolado, insere-se em um contexto mais amplo de uma governamentalidade, no qual o Estado reestrutura suas práticas de controle e regulação dos indivíduos, disciplinando corpos e subjetividades (Foucault, 2008). No meio desse processo, encontram-se as escolas cívico-militares, modelo este que reforça a disciplina, a hierarquia e a normalização das condutas escolares, aspectos essenciais para formar sujeitos que se encaixam e servem às demandas da sociedade neoliberal conservadora.

A presente dissertação busca compreender a conexão entre neoliberalismo e conservadorismo na educação básica pública brasileira, tendo como objeto de estudo a implantação das escolas cívico-militares no estado de Goiás. A escolha dessa temática não decorre de uma motivação subjetiva, mas sim de uma trajetória acadêmica e profissional atravessada por deslocamentos, reflexões e experiências que conduziram à problematização dos impactos dessa política educacional na formação dos estudantes e na construção de uma educação democrática.

Essas inquietações se tornaram centrais na construção desta dissertação, cuja problemática se estrutura a partir da seguinte indagação: como os discursos neoliberais e conservadores se manifestam na implantação das escolas cívico-militares em Goiás, especialmente na Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, e quais os impactos desses discursos sobre os processos educativos e formativos? Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como os discursos neoliberais e conservadores se manifestam no processo de implantação das escolas cívico-militares em Goiás, com foco na Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Conceituar e discutir os fundamentos do neoliberalismo e do conservadorismo, explorando especialmente como essas duas racionalidades convergem na configuração de políticas públicas, com ênfase na educação, a partir de autores como Foucault, Dardot, Laval, Lemke e Lockmann. Em segundo lugar: Investigar o processo de implantação das escolas cívico-militares no estado de

Goiás, por meio da análise de leis, decretos e diretrizes oficiais que regulamentam o modelo em níveis estadual e municipal. Por fim: Analisar os discursos presentes nos documentos oficiais da escola em Vicentinópolis, especialmente no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, evidenciando a incorporação de discursos neoliberais e conservadores na proposta educativa e na cultura institucional.

A relevância desta pesquisa reside não apenas no contexto político-educacional que impulsionou a expansão das escolas cívico-militares, mas também nas vivências pessoais e profissionais que suscitaram uma leitura crítica sobre os efeitos dessas políticas na escola pública. Ao tensionar as interseções entre neoliberalismo, conservadorismo e educação, busco contribuir para o debate sobre os rumos da educação pública brasileira e sobre a urgência de construir modelos alternativos, mais democráticos e acolhedores.

Minha trajetória acadêmica teve início em 2012, quando ingressei no curso de licenciatura em Letras pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Durante esse período, participei de um grupo de estudos organizado pela professora doutora Maria Aparecida Conti, no qual tive meu primeiro contato com obras de Michel Foucault e com as abordagens da Análise de Discurso.¹ Esse contato inicial foi fundamental para o desenvolvimento do meu olhar crítico sobre as relações de poder e os mecanismos de controle presentes nas instituições educacionais. Em 2015, concluí a graduação em Letras e iniciei uma pós-graduação *Lato Sensu* em Linguística Aplicada pela Faculdade Apogeu, aprofundando meus estudos em sociolinguística e teoria do discurso, especialmente a partir das contribuições de Foucault e Ferdinand de Saussure.²

No mesmo ano, ingressei como professor de Língua Portuguesa no Colégio Estadual de Vicentinópolis, onde iniciei minha carreira docente como professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Foi nesse contexto que comecei a perceber, na prática, as contradições e os desafios da Educação pública, especialmente no que se refere às exigências burocráticas e às políticas educacionais que impactam diretamente o cotidiano escolar. A necessidade de aprofundar meus conhecimentos

¹ As principais obras de Foucault abordadas no grupo de estudos foram "História da Loucura", "Nascimento da Clínica", "As Palavras e as Coisas" e "Vigiar e Punir". Além disso, o grupo também produziu trabalhos acadêmicos relacionados a essas temáticas.

² Em 2015, iniciei uma pós-graduação *Lato Sensu* em Linguística Aplicada pela Faculdade Apogeu, aprofundando meus estudos em sociolinguística e teoria do discurso, especialmente a partir das contribuições de Foucault e Ferdinand de Saussure.

sobre a didática e a política pedagógica me levou a cursar uma licenciatura curta em Pedagogia pela Faculdade Geremário Dantas (FGD), em um polo semipresencial, com aulas aos sábados no meu município, concluindo-a no ano de 2017³.

Além disso, em 2017, comecei a especialização em Letramento Informacional na Universidade Federal de Goiás (UFG), o que me ajudou a entender melhor o ensino e a aprendizagem dentro da cultura digital. Durante esse período, também fiz o curso de Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Apogeu, o que me deu uma visão mais ampla sobre a inclusão, especialmente em relação a como trabalhar com as diferenças no ambiente escolar. Essa formação me permitiu atuar diretamente com alunos com necessidades específicas, sempre buscando uma educação que respeite as individualidades de cada um e ofereça as mesmas oportunidades para todos.

Ao mesmo tempo, continuei como professor contratado na rede estadual de ensino, até ser aprovado em concursos municipais nos municípios de Vicentinópolis e Jovânia, onde passei a atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse processo, também me especializei em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes. Essa experiência me fez perceber ainda mais as diferentes abordagens educacionais existentes nas escolas públicas e a importância de uma educação inclusiva, que reconhece as diferenças e busca oferecer um aprendizado realmente acessível para todos.

Ao longo dessa trajetória, compreendi que a docência e a pesquisa são dimensões inseparáveis, e que a análise dos fenômenos educacionais requer atenção aos processos históricos, sociais e políticos que os constituem. Esse entendimento ganhou densidade em 2022, com meu ingresso no Mestrado em Educação da Íntegra, em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). As discussões desenvolvidas na linha de pesquisa “Educação, Cultura e Produção de Sujeitos”, especialmente nas aulas do professor Mozart Linhares da Silva, aprofundaram minha compreensão sobre os efeitos da governamentalidade neoliberal nas práticas escolares.

Sua abordagem crítica sobre neoliberalismo e conservadorismo permitiu que eu estabelecesse conexões entre os referenciais teóricos e minha

³ Esse movimento de ampliação da minha formação acadêmica evidenciou um aspecto central da minha trajetória: o deslocamento constante entre diferentes áreas do conhecimento, sempre com o intuito de compreender melhor as dinâmicas educacionais, aprimorar minha prática docente e aprofundar o entendimento sobre o funcionamento da educação no âmbito político.

experiência como professor em uma escola cívico-militar em Vicentinópolis. A partir dessas reflexões, identifiquei como princípios como hierarquia, disciplina e uniformização de condutas se articulam com a lógica neoliberal-conservadora, interferindo diretamente na formação dos sujeitos. Diante da expansão do modelo cívico-militar e do atual contexto político de disputas ideológicas na educação básica pública, essa análise se tornou não apenas uma inquietação pessoal, mas uma necessidade investigativa com implicações sociais e pedagógicas mais amplas.

Essa análise crítica começou a dar novos sentidos à minha prática pedagógica. A vivência diária em uma escola cívico-militar, com sua rígida organização e ênfase no controle, fez-me perceber como certos valores, defendidos tanto pelo neoliberalismo quanto pelo conservadorismo, inserem-se de forma intrínseca no ambiente escolar e moldam as práticas educacionais. O que antes parecia apenas um desafio cotidiano passou a ser compreendido como parte de uma lógica mais ampla de governamentalidade, que visa não só educar, mas também produzir sujeitos alinhados a uma lógica de conformidade e obediência

Além das experiências pessoais, a crescente militarização de escolas públicas no Brasil, a expansão do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e os debates acadêmicos sobre os efeitos dessas políticas no campo educacional reforçam a urgência dessa investigação. Isso me levou a refletir sobre a importância de questionar tais modelos e buscar formas de educação que sejam verdadeiramente inclusivas, críticas e transformadoras.

Essa concepção remonta à visão de governamentalidade proposta por Foucault (2008), que aponta a ascensão do neoliberalismo como um regime de controle social e econômico, transformando a liberdade em uma condição de adaptação ao mercado. Foucault (2008) argumenta que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia econômica, mas uma maneira de governar que transforma as relações entre o Estado, a economia e o indivíduo, com o foco na eficiência, na competitividade e na responsabilização pessoal. Assim, as práticas neoliberais no campo educacional não apenas moldam as políticas públicas, mas também reconfiguram a própria concepção de liberdade e autonomia, muitas vezes restringindo-as ao modelo de adaptação ao mercado.

Por meio de algumas abordagens teóricas, relacionei as escolas cívico-militares como um reflexo do movimento conservador e neoliberal, cujas práticas buscam reconfigurar as estruturas educacionais com base em disciplina rígida e hierarquia, elementos típicos da lógica militar. Essas escolas se inserem em uma lógica neoliberal, que trata a Educação como um bem de consumo, e ao mesmo tempo conservadora, que limita o pensamento crítico e a autonomia do aluno. Assim, os princípios de disciplina e hierarquia no modelo das escolas cívico-militares alinham-se com a visão de uma Educação que serve para manter a ordem e a estabilidade, em vez de fomentar a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e políticas.

Além das experiências pessoais que despertaram minha inquietação enquanto professor atuante em uma escola cívico-militar, a relevância desta pesquisa se ancora também em motivações de ordem política, social e educacional. A expansão do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), sobretudo durante o governo Bolsonaro, impulsionou a militarização de escolas públicas sob argumentos de combate à violência e de melhoria do desempenho escolar, sem que houvesse amplo debate com a comunidade escolar ou produção consolidada de evidências pedagógicas.

Tal processo evidencia uma inflexão conservadora nas políticas educacionais, marcada por discursos de ordem, disciplina e patriotismo, que colocam em risco princípios democráticos e inclusivos defendidos por educadores, pesquisadores e movimentos sociais. Nesse contexto, investigar os efeitos da governamentalidade neoliberal-conservadora nas práticas escolares torna-se necessário não apenas para compreender o presente, mas para contribuir criticamente com a formulação de alternativas pedagógicas mais abertas à diversidade, à autonomia e à construção coletiva do conhecimento.

Considerando a necessidade de uma análise crítica acerca da expansão das escolas cívico-militares no estado de Goiás, esta pesquisa volta-se para os impactos desse modelo na educação pública, com especial atenção à Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis. Busca-se compreender de que modo as concepções neoliberais e conservadoras se articulam e incidem sobre a estrutura e o funcionamento dessa instituição, afetando diretamente tanto os métodos pedagógicos quanto às dinâmicas de poder estabelecidas no cotidiano escolar. A investigação pauta-se na análise de documentos institucionais, visando identificar as marcas da

governamentalidade neoliberal conservadora na organização da escola e nos processos formativos dos estudantes. Desse modo, pretende-se evidenciar como tais ideologias configuram o ambiente educacional e influenciam o desenvolvimento dos sujeitos ali inseridos.

A estrutura da dissertação está organizada para favorecer essa compreensão. No primeiro capítulo, é apresentada uma revisão de literatura centrada no neoliberalismo e na construção da figura do *Homo Economicus*. São discutidos os fundamentos da governamentalidade neoliberal, bem como suas implicações na redefinição da liberdade e na autonomia individual. Ademais, analisa-se a confluência entre neoliberalismo e conservadorismo, a qual dá origem a uma lógica orientada pela valorização da eficiência, da competitividade exacerbada e da responsabilização individual dos sujeitos.

No segundo capítulo, é apresentado um contexto para a implantação das escolas cívico-militares em Goiás no âmbito do neoliberalismo conservador, no qual os procedimentos de estabelecimento e expansão desse modelo são analisados. O terceiro capítulo fornece uma análise documental da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis, por meio da qual se busca articular os elementos conservadores e neoliberais presentes em seus documentos oficiais.

A metodologia adotada foi qualitativa, com ênfase na análise documental, permitindo uma compreensão aprofundada dos discursos presentes nas políticas e documentos oficiais das escolas cívico-militares em Goiás. Foram selecionados como fontes principais os documentos institucionais da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, incluindo o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar, além de leis e decretos municipais e estaduais que regulamentam o funcionamento dessas instituições. Essa escolha metodológica possibilitou interpretar não apenas o conteúdo explícito dos textos, mas também as mensagens implícitas, os valores e as estratégias de poder que estes veiculam.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Ao discutir sobre a implementação das Escolas Cívico-Militares em Goiás e sua relação com o neoliberalismo e o conservadorismo, precisamos compreender o que se entende por neoliberalismo e como essa lógica se consolidou no Brasil.

O neoliberalismo não é apenas uma política econômica específica, e sim uma racionalidade que reestrutura a sociedade e suas relações com o estado e o mercado. Dardot e Laval (2016, p.17) apresentam o neoliberalismo como “*um conjunto de políticas econômicas, mas institui uma nova razão do mundo*”, onde a concorrência se torna algo fundamental para a organização da vida social. Para Foucault (2008), essa racionalidade neoliberal, não apenas reestrutura a economia, mas também produz novas formas de subjetivação e governamentalidade, estabelecendo aos sujeitos a necessidade de se comportarem como empresários de si próprios, responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso. (Foucault, 2008).

2.1 Neoliberalismo: Conceituação e Trajetória no Brasil

A emergência do neoliberalismo remonta ao início do século XX, como resposta crítica às políticas intervencionistas do Estado e às concepções econômicas keynesianas que predominavam na época. Os primeiros formuladores dessa corrente de pensamento foram os economistas Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, ambos vinculados à Escola Austríaca, os quais, já na década de 1930, passaram a defender enfaticamente o livre mercado como regulador central das relações sociais e econômicas, ao passo que propunham severas restrições à atuação estatal na economia. Tais ideias ganharam maior projeção no Colóquio Walter Lippmann, ocorrido em 1938, o qual reuniu diversos intelectuais europeus com o intuito de repensar e revitalizar o liberalismo frente ao crescimento do socialismo e à hegemonia do pensamento keynesiano, conforme assinalam Dardot e Laval (2016).

Portanto, o neoliberalismo ganhou mais visibilidade a partir da projeção da Escola de Chicago, liderada por Milton Friedman e outros economistas que reestruturaram uma teoria mais pragmática e aplicável às políticas públicas estatais. Foi a partir disso que o neoliberalismo começou a se consolidar como um modelo

político-econômico global, especificamente diante das reformas aplicadas por Margaret Thatcher no Reino Unido e por Ronald Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980. O que antes era considerado uma crítica intelectual ao Estado de bem-estar social consolidou-se como um programa concreto de reformas baseadas na privatização, na desregulamentação do mercado e no enfraquecimento dos sindicatos (Harvey, 2008).

No Brasil, o neoliberalismo teve sua ascensão no regime militar (1964–1985), por meio de políticas de modernização econômica que priorizaram a abertura do capital estrangeiro e a redução do papel do Estado em alguns setores estratégicos. Assim, em 1990, no mandato do governo Fernando Collor de Mello (1990–1992) e, posteriormente, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o Brasil aderiu às reformas neoliberais, as quais incluíram a privatização de empresas estatais, flexibilização de leis trabalhistas e cortes em investimentos sociais, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, um conjunto de recomendações estruturadas por economistas e organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial para países da América Latina (Silva, 2008).

Ao longo dos anos, o neoliberalismo continuou influenciando as políticas públicas no Brasil, mesmo em governos que, em teoria, consideravam-se social-democratas. Harvey (2008) explica que o neoliberalismo não opera por meio de governos declarados neoliberais, mas se infiltra em diferentes regimes políticos, adaptando-se aos contextos locais e reestruturando a relação do Estado com a sociedade. No Brasil, isso se expressa na crescente mercantilização da educação, da saúde e da segurança pública, fenômenos que reforçam a centralidade da lógica do mercado em setores tradicionalmente considerados como direitos sociais (Harvey, 2008).

Essa ascensão do neoliberalismo no Brasil dá-se de forma intensa no governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). Apesar de se caracterizar como conservador, especialmente no campo dos costumes e da moralidade, é possível notar evidências das ideias neoliberais, principalmente no campo econômico. Sob a liderança do ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo estruturou uma agenda de privatizações, cortes de gastos públicos e flexibilização das normas trabalhistas, seguindo as mesmas diretrizes neoliberais adotadas nas décadas anteriores (em continuidade ao projeto iniciado no governo Michel Temer). Em seu governo, houve uma tentativa de desestruturar os direitos trabalhistas, além de

privatizar empresas estatais como a Petrobras e os Correios, fortalecendo a lógica de mercado sobre os serviços públicos. Essas implementações, além de reduzir o papel do Estado na economia, buscaram também aumentar a competitividade do Brasil no mercado global, assemelhando-se aos anos de 1990 e às décadas anteriores com os governos militares (Costa, 2019).

Além disso, podemos destacar, conforme afirma Silva (2020), que o governo bolsonarista criou um modelo de gestão escolar que incorpora características neoliberais, como a responsabilidade individual dos alunos, a ampliação das militarizações das escolas públicas e o incentivo à escolha das famílias em relação à educação dos filhos. O governo expandiu escolas militares e criou o Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) como uma forma de disciplinar o corpo docente e discente, incorporando valores de competitividade, mérito e desempenho individual. Isso reflete a lógica neoliberal⁴ de transferir a responsabilidade do Estado para os indivíduos e suas famílias, em um contexto em que o mercado começa a moldar também as estruturas educacionais, com menos intervenção pública e maior influência de escolhas privadas (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021, p. 112). Portanto, o governo Bolsonaro, embora tenha um viés conservador, segue na implementação de um projeto neoliberal, com ênfase na liberdade de mercado e na redução da intervenção do Estado em várias esferas da sociedade.

2.2 Neoliberalismo: O *Homo Economicus* e a Racionalidade Governamental

Como exposto, o neoliberalismo no Brasil, especialmente sob o governo de Jair Bolsonaro, aprofundou a lógica da competitividade e da responsabilização individual, características centrais dessa ideologia. O governo implementou políticas de privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e uma gestão escolar pautada pela meritocracia, todas alinhadas com a visão neoliberal que transforma o mercado no centro das relações sociais e econômicas. Essas transformações não apenas afetam as instituições e as políticas públicas, mas também alteram profundamente

⁴ O termo "lógica neoliberal" foi utilizado na dissertação porque o neoliberalismo não é visto apenas como uma política econômica específica, mas sim como uma forma de pensar e organizar a sociedade de maneira mais ampla. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo estabelece uma "racionalidade que reestrutura a sociedade e suas relações com o Estado e o mercado". Isso significa que o neoliberalismo vai além das questões econômicas, influenciando a maneira como as instituições, as relações sociais e o papel do Estado são compreendidos. Por isso, a dissertação emprega o termo "lógica neoliberal" para se referir a essa racionalidade mais abrangente que permeia diversos aspectos da vida social.

as subjetividades dos indivíduos, que passam a se perceber como empreendedores de si mesmos, constantemente avaliando sua performance e suas escolhas dentro de um mercado competitivo.

O conceito de *Homo Economicus*⁵, como proposto por Foucault (2008), é central para entender essas mudanças nas subjetividades. Diferente do sujeito racional e autossuficiente do liberalismo clássico, o *Homo Economicus* neoliberal não é apenas um indivíduo que maximiza seus interesses em um mercado livre, mas sim um sujeito que internaliza a lógica de mercado em todas as suas ações. Para Foucault (2008), esse sujeito se transforma em um “empreendedor de si mesmo”, cujas decisões, comportamentos e escolhas são orientados pela necessidade de se ajustar às normas do mercado.

Esse novo sujeito não está apenas se adaptando às dinâmicas do mercado, mas também internalizando as regras de desempenho e autoavaliação, em que a competitividade e o sucesso são definidos de acordo com padrões de produtividade e eficiência. Ao transferir a responsabilidade pelos resultados individuais para os próprios indivíduos, o neoliberalismo enfraquece a intervenção estatal e distorce a percepção das desigualdades estruturais que, muitas vezes, são invisíveis para o sujeito neoliberal, mas que estão presentes nas bases do sistema educacional e das políticas públicas (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021).

O neoliberalismo, como sistema de governança, tem provocado profundas transformações nas formas como nos relacionamos com o mercado, o Estado e, principalmente, com nós mesmos. Ao longo deste capítulo, busca-se entender como a construção do conceito de *Homo Economicus* se insere nesse cenário e como ele reflete as mudanças nas subjetividades individuais impulsionadas pela racionalidade neoliberal. Enquanto o liberalismo clássico defendia um sujeito racional e autossuficiente movido pelo interesse próprio em um mercado livre, o neoliberalismo propõe um modelo mais complexo, no qual o indivíduo se vê como um “empreendedor de si mesmo”.

Essa mudança não ocorre por acaso, mas é o resultado de uma governamentalidade que transforma o mercado em centro de toda a vida social e econômica. No lugar de um Estado regulador, o neoliberalismo coloca um Estado

⁵ O conceito de *Homo Economicus* refere-se à visão do indivíduo como um sujeito racional, que busca maximizar seus interesses e sua utilidade de forma autônoma. Foucault argumentava que o neoliberalismo reformula essa noção, transformando o indivíduo em um “empreendedor de si mesmo”, cujas escolhas e ações são orientadas pela lógica do mercado (Foucault, 2008).

facilitador das dinâmicas de mercado, criando um cenário em que as relações sociais, inclusive a educação, são moldadas pela lógica de competição e produtividade. O objetivo deste capítulo é analisar como essas transformações afetam a construção da liberdade e da autonomia no contexto neoliberal, levando à criação de um novo sujeito que, ao adaptar-se a essas normas, internaliza uma constante lógica de autoavaliação e performance, muitas vezes sem perceber as desigualdades estruturais que sustentam esse modelo.

O conceito de *Homo Economicus* é fundamental para entender como o neoliberalismo reconfigura as subjetividades individuais, alterando profundamente a forma como o indivíduo se relaciona com o mercado, com o Estado e com a sociedade. Diferente do sujeito racional e autocentrado do liberalismo clássico, que, segundo os pensadores clássicos, orienta-se apenas pelo interesse próprio em um mercado livre, o *Homo Economicus* neoliberal é um produto de uma racionalidade governamental⁶ que vai além de um simples sujeito econômico.

Para o neoliberalismo, a construção dessa figura do indivíduo não é espontânea, mas é ativamente moldada por uma governamentalidade⁷ que transforma as pessoas em “empreendedores de si mesmos” (Foucault, 2008). Nesse processo, o mercado não é apenas uma esfera econômica, mas se torna o modelo de gestão de toda a vida. Em relação ao neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) afirmam:

Após a crise do liberalismo, foi necessária uma reformulação nos dogmas do liberalismo, criando outro modelo, em outras palavras, o neoliberalismo, que, em suma, diferencia-se devido à menor intervenção do Estado na economia. O neoliberalismo criou uma nova forma de conceber a sociedade e o mercado, onde o Estado deixa de ser um agente regulador ativo para se tornar um facilitador das lógicas de mercado, dando ao mercado e à competitividade o papel central na organização da vida social e econômica. Esse processo resultou na criação de um novo sujeito, o *homo empresária*, que se vê e age como um empreendedor, aplicando no cotidiano uma lógica empresarial em todas as esferas de sua vida. A educação se torna então um campo para esse novo modelo, transformando os indivíduos em

⁶ Para Michel Foucault, a *racionalidade governamental* refere-se às práticas políticas e estratégias utilizadas pelos governos para administrar e controlar a sociedade. Em vez de ser um poder opressor direto, o poder se manifesta por meio de técnicas e conhecimentos (como os da medicina e da administração pública) para otimizar a vida das populações e garantir a ordem social. Foucault descreve essa forma de governar como um “biopoder”, onde o controle sobre a vida das pessoas se dá por meio de intervenções racionais e organizadas (Foucault, 2008).

⁷ O conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, refere-se às estratégias usadas pelos governos para organizar e controlar a vida das populações, não apenas por meio da legislação, mas também por práticas que moldam comportamentos, como saúde, educação e segurança. Foucault descreve essa abordagem como uma forma de “biopoder”, onde o poder é exercido de maneira mais sutil, através do conhecimento e da gestão das populações (Foucault, 2008).

"empreendedores de si mesmos", com a obrigação de se adaptar e competir em um mercado globalizado e competitivo (Oliveira, 2022, p. 1057).

Michel Foucault, ao abordar o conceito de governamentalidade, aponta que o neoliberalismo não impõe diretamente o controle sobre os indivíduos, mas internaliza os mecanismos de gestão, levando os indivíduos a se perceberem como agentes autossuficientes, responsáveis por suas próprias vidas e sucessos no mercado⁸. A partir desse momento, a liberdade no neoliberalismo deixa de ser entendida como um direito universal e se torna algo condicionado ao desempenho econômico, sendo uma “mercadoria” conquistada pelo sucesso no mercado.

Para Foucault⁹, isso implica uma reconfiguração radical da ideia de liberdade, em que a autonomia individual passa a ser medida pela capacidade de competir e se adaptar ao mercado. Nesse sentido, a liberdade, em vez de ser um bem inalienável, é algo que deve ser conquistado e mantido pelo desempenho contínuo e pela produtividade no mercado, sendo constantemente monitorada e gerenciada por uma lógica de autoavaliação.

Essa reconfiguração da liberdade e da autonomia é corroborada por Dardot e Laval (2017), que afirmam que o neoliberalismo cria uma pressão incessante para a maximização da produtividade. Segundo os autores, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que “não se limita a uma política econômica, nem mesmo a uma ideologia estritamente política”, mas sim como um sistema que “impõe a concorrência como norma universal e conduz a um novo modo de governo dos homens” (Dardot; Laval, 2017, p. 17)¹⁰ Nesse contexto, o Estado, embora reduza sua intervenção direta, assume o papel de facilitador dessa lógica, criando condições para a competição prosperar, como a regulamentação do mercado e a proteção das chamadas “liberdades econômicas”.

⁸ O conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, refere-se às estratégias usadas pelos governos para organizar e controlar a vida das populações, não apenas por meio da legislação, mas também por práticas que moldam comportamentos, como saúde, educação e segurança. Foucault descreve essa abordagem como uma forma de “biopoder”, onde o poder é exercido de maneira mais sutil, através do conhecimento e da gestão das populações (FOUCAULT, 2008).

⁹ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978). Aula de 1º de fevereiro de 1978. Disponível em: <https://gambiarre.files.wordpress.com/2011/01/foucault-nascimento-da-biopoder3aditica1.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

¹⁰ Pierre Dardot e Christian Laval são filósofos e sociólogos franceses que analisam o neoliberalismo como uma nova racionalidade política que redefine as relações entre o Estado, a economia e os indivíduos. Suas principais obras são “A Nova Razão do Mundo” (2016) e “Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI” (2017).

Esse paradoxo do papel do Estado no neoliberalismo reflete-se na ideia de que, ao minimizar sua atuação como regulador direto, ele estabelece as condições para que o mercado se autorregule, incentivando a competitividade e as desigualdades estruturais que emergem desse processo (Lockmann, 2020). Dessa forma, o Estado neoliberal não desaparece, mas se transforma em um agente que reforça a lógica concorrencial, impulsionando os indivíduos e instituições a adotarem um comportamento empresarial e competitivo.

A lógica do mercado, entretanto, não é neutra. Ela transfere para o indivíduo a responsabilidade por seu próprio sucesso ou fracasso, sem considerar as desigualdades estruturais que existem na sociedade. Segundo Silva (2022), o neoliberalismo naturaliza a pobreza e a exclusão social como falhas pessoais, ignorando as condições sociais e econômicas que contribuem para a marginalização de muitos indivíduos. Essa visão não apenas estigmatiza as classes mais vulneráveis, mas também reforça a ideia de que o fracasso é um reflexo de escolhas individuais ruins, desconsiderando as condições externas e as desigualdades que permeiam a sociedade. Assim, o *Homo Economicus* neoliberal não é apenas alguém que assume a responsabilidade pelo seu sucesso, mas que internaliza uma constante lógica de autoavaliação, em que suas escolhas e seus méritos são constantemente medidos por métricas de sucesso econômico.

Essa racionalidade neoliberal não se limita ao campo da economia, mas se estende a outras esferas da vida social, como a educação e a saúde. Dardot e Laval (2017) observam que, no contexto educacional, o neoliberalismo transforma a educação em uma mercadoria, um investimento que deve gerar retorno, de forma que o conhecimento passa a ser visto não como um bem coletivo, mas como um meio de produzir indivíduos capazes de se inserir no mercado de trabalho de forma produtiva e competitiva.

A educação, portanto, não é mais uma forma de desenvolvimento crítico, mas uma arena de competição, em que o sucesso é definido pela capacidade de se adaptar às exigências do mercado e de se destacar entre os pares. Mendonça (2019) corrobora essa ideia, destacando que as relações interpessoais também são afetadas por essa lógica, sendo reorganizadas segundo o paradigma da eficiência e da produtividade, em que os indivíduos devem se comportar como empresários de suas próprias existências.

O papel do Estado nesse contexto é paradoxal. Embora minimizando sua intervenção direta, o neoliberalismo exige que o Estado crie um ambiente propício para a competição e a eficiência. Lemke (2001) analisa como o neoliberalismo incorpora práticas biopolíticas, em que o controle estatal não ocorre de forma coercitiva, mas por meio da criação de normas e regulamentos que incentivam o indivíduo a se submeter à lógica de mercado.

O Estado, então, não é mais um regulador direto, mas um facilitador do processo de autoformação e autorregulação dos indivíduos. Isso significa que o Estado exerce um controle indireto, mas efetivo, sobre as vidas dos cidadãos, ao promover uma governamentalidade que é internalizada pelos próprios indivíduos, que se tornam responsáveis por seu próprio bem-estar e desempenho, sem que haja um reconhecimento das desigualdades sociais.

Essa lógica neoliberal, ao ser internalizada pelos indivíduos, acaba por reforçar as desigualdades capitalistas. Ao exaltar a competição e a autossuficiência, ela obscurece as causas estruturais das crises sociais e econômicas, que são atribuídas a falhas individuais. O *Homo Economicus* neoliberal é, assim, uma construção ideológica que sustenta as desigualdades sociais, enquanto promove uma cultura de autoavaliação constante, em que o valor do indivíduo é medido exclusivamente pelo seu desempenho no mercado.

Dardot e Laval (2017) ressaltam que essa subjetividade neoliberal não é neutra, mas é construída com base nos valores do mercado, promovendo a exclusão de indivíduos que não conseguem se adaptar a essa lógica de competição e sucesso individual. O neoliberalismo, portanto, não só reforça as desigualdades já existentes, mas também cria formas de exclusão, ao naturalizar o fracasso e a marginalização daqueles que não conseguem se inserir nas normas de produtividade e sucesso econômico.

Com isso, o neoliberalismo se apresenta não apenas como um modelo econômico, mas também como uma racionalidade governamental que penetra profundamente na subjetividade humana. A construção do *Homo Economicus* é tanto o meio quanto o fim dessa lógica, consolidando um sistema que perpetua desigualdades e reforça a lógica individualista, ao mesmo tempo em que despolitiza questões estruturais. O neoliberalismo, como apontado por Foucault, Dardot, Laval e outros autores, não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma forma de gestão da vida, que se articula com práticas de inclusão e exclusão,

refletindo as contradições do sistema capitalista contemporâneo (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2017).

Em seu artigo, Trent H. Hamann (2012) ressalta como o neoliberalismo redefine a ética e a subjetividade, transformando os indivíduos em empreendedores de si mesmos, responsáveis por sua própria sobrevivência em um mercado competitivo. Essa ética do desempenho se infiltra em todas as esferas da vida, incluindo a educação, onde os valores de eficiência e produtividade se sobrepõem aos valores democráticos e à formação crítica dos sujeitos. Nesse sentido, o neoliberalismo se articula com o conservadorismo, criando uma educação que não apenas busca preparar os indivíduos para o mercado, mas também os molda segundo uma lógica autoritária que reforça hierarquias sociais e econômicas (Lockmann, 2020).

Kamila Lockmann (2020) vai além, argumentando que o neoliberalismo no Brasil se entrelaça com tendências autoritárias e conservadoras, o que resulta em um sistema educacional que simultaneamente inclui e exclui, criando uma falsa sensação de democratização, enquanto reforça as desigualdades. Em um contexto como o brasileiro, a governamentalidade neoliberal se articula com as políticas de inclusão, mas muitas vezes reproduz segregações e práticas de controle, como evidenciado pelas escolas cívico-militares (Lockmann, 2020). Nesse sentido, as escolas cívico-militares exemplificam a forma como o neoliberalismo se insere no contexto educacional, com ênfase na disciplina e na hierarquia, mas também com uma retórica de inclusão que esconde práticas excludentes.

Maura Corsini Lopes (2009) e Sylvio Gadelha (2016) ampliam a discussão sobre as políticas de inclusão no Brasil ao destacar que, embora o objetivo seja ampliar o acesso à educação, essas políticas, na prática, acabam por reforçar as desigualdades estruturais. Lopes (2009) argumenta que a implementação de modelos de gestão e avaliação baseados na lógica neoliberal transforma a educação em uma arena de competição, onde o acesso ao conhecimento não visa a construção crítica ou a emancipação, mas a adaptação dos indivíduos às exigências do mercado.

Gadelha (2016), por sua vez, aponta que essas mesmas políticas não promovem a inclusão real, mas regulam e normalizam os indivíduos segundo as demandas do mercado, tratando a educação como um investimento cujo retorno é medido pela produtividade e competitividade. Nesse cenário, a biopolítica neoliberal

não se limita ao controle físico dos corpos, mas também gerencia as subjetividades, moldando as aspirações e comportamentos dos indivíduos para que se adequem às normas e valores do mercado (Lopes, 2009; Gadelha, 2016).

Dessa forma, o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade governamental que reorganiza a sociedade em torno da lógica de mercado. A construção do *Homo Economicus*, conforme discutido por Foucault (2008), e a normatividade da concorrência estabelecem um modelo no qual o Estado se reposiciona, não como provedor direto de direitos, mas como gestor que regula e incentiva a participação do setor privado na oferta de serviços públicos. Esse processo é especialmente visível na educação, na saúde e em outras áreas sociais, onde a privatização e a transferência de responsabilidades para o mercado emergem como soluções apresentadas sob o discurso da eficiência e da inovação.

Dessa maneira, a investigação das transformações nas políticas públicas à luz da racionalidade neoliberal revela uma resignificação profunda das noções de Estado e cidadania. A mercantilização de áreas essenciais – como a saúde, a educação e os serviços básicos – constitui o cerne da compreensão acerca das reformas estruturais que substituem a lógica da provisão pública por mecanismos regulados pelo mercado. Ao adotar essa lógica, o Estado neoliberal promove a conversão de direitos sociais em produtos consumíveis, o que implica, por conseguinte, a desproteção dos grupos socialmente vulneráveis e o agravamento das desigualdades existentes.

Esse processo não apenas compromete as condições materiais de vida da população, como também fragiliza os alicerces da democracia, uma vez que promove a despolitização das questões sociais. Estas, por sua vez, passam a ser tratadas como meros entraves administrativos, solucionáveis por meio de uma gestão técnica e empresarial, conforme destacam Dardot e Laval (2016), anulando, assim, a dimensão ética e coletiva que deveria orientar as políticas públicas.

Em resumo, o neoliberalismo vai além de uma simples ideologia econômica; ele se apresenta como uma lógica que permeia diversos aspectos da sociedade e da vida individual. Ao transformar o sujeito no que Foucault (2008) chama de “empreendedor de si mesmo”, o neoliberalismo redesenha não apenas o papel do Estado, mas também as relações sociais. A construção do *Homo Economicus* reflete uma reconfiguração da subjetividade humana, em que conceitos de liberdade e

autonomia são redefinidos pela lógica do mercado. Nesse processo, os indivíduos não apenas aceitam suas responsabilidades econômicas, mas também se afastam da percepção das desigualdades estruturais que impactam suas vidas. Isso cria um ambiente de exclusão e competição, camuflado por um discurso de meritocracia e liberdade.

Partindo da análise das subjetividades produzidas e das transformações operadas pela racionalidade neoliberal, torna-se imprescindível compreender de que forma tal lógica se materializa em esferas fundamentais da vida social, como a educação, a saúde e os direitos básicos. A racionalidade neoliberal não apenas redefine o papel do Estado, mas também reconfigura os modos de acesso e provisão dos serviços públicos, promovendo uma gestão orientada por critérios de eficiência, competitividade e desempenho.

Na seção seguinte, será aprofundado o exame de como essa lógica tem reestruturado as políticas públicas nesses campos, convertendo direitos sociais em mercadorias passíveis de consumo, o que, por sua vez, acentua as desigualdades já existentes e impõe condições de vida ainda mais precárias às populações historicamente marginalizadas. Nesse processo, evidencia-se a consolidação de um modelo que, ao priorizar os interesses do mercado, desvaloriza a centralidade do sujeito cidadão e fragiliza os princípios democráticos de equidade e justiça social.

2.3 Empresariamento Social e a Transferência de Responsabilidades Públicas

Com base na análise do neoliberalismo e suas implicações para as políticas públicas, o conceito de empresariamento social surge como um elemento central para entender como o Estado passa a operar no contexto atual. Segundo Foucault (2008), o empresariamento social vai além de uma simples reorganização dos serviços públicos; trata-se de uma estratégia fundamental do neoliberalismo, que transfere responsabilidades sociais do Estado para o mercado, transformando direitos e serviços públicos em produtos sujeitos às leis da eficiência e do lucro.

Ao explorar as consequências desse fenômeno, é possível observar como o Estado, ao adotar uma postura de gestão de mercado, redefine as relações sociais e econômicas, agravando a exclusão e precarização de serviços essenciais. Para compreender essa dinâmica, é fundamental analisar como o neoliberalismo opera no

nível das subjetividades e das práticas institucionais, moldando a relação entre indivíduos, Estado e mercado.

Essa transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado é frequentemente apresentada como uma solução para reduzir custos e aumentar a eficiência, mas suas implicações vão muito além. Silva (2022) observa que, sob o empresariamento social, áreas tradicionalmente geridas pelo Estado, como saúde, educação e habitação, são transformadas em produtos de mercado. No entanto, a promessa de eficiência raramente se cumpre de maneira equitativa. Enquanto os serviços se tornam acessíveis apenas para aqueles com maior capacidade financeira, as populações mais vulneráveis enfrentam um cenário de exclusão e precarização.

Essa nova configuração da governamentalidade neoliberal redefine não apenas as funções do Estado, mas também a própria ideia de cidadania. Como analisam Guimarães e Lamosa (2018), o empresariamento social desloca o *status* do cidadão de titular de direitos universais para consumidor de serviços. Esse deslocamento não é neutro: ao ser tratado como consumidor, o indivíduo é avaliado por sua capacidade de pagar pelos serviços, criando barreiras adicionais para os menos favorecidos. Dardot e Laval (2017), em "A Nova Razão do Mundo", discutem como o neoliberalismo transforma questões sociais em problemas de gestão técnica, despolitizando o debate público. Os autores argumentam que essa lógica impede uma análise crítica das desigualdades estruturais, tratando-as como meros desafios administrativos a serem resolvidos por meio de técnicas de gestão.

O empresariamento social, nessa lógica, não significa a retirada do Estado, mas sua transformação. Como aponta Foucault (2008), o Estado neoliberal atua como gestor do mercado, regulando as condições para que empresas privadas assumam funções públicas. Lockmann (2020) amplia essa discussão ao argumentar que o empresariamento social é uma manifestação visível da biopolítica neoliberal. Sob essa perspectiva, o controle social não é exercido diretamente, mas por meio de normas e mecanismos que incentivam a autogovernança e a adaptação às exigências do mercado. Dardot e Laval, 2016, expressam que:

A palavra-chave, mercado, ainda é a mesma do pensamento liberal tradicional, mas o conceito que ela designa mudou. Não é mais o de Adam Smith ou o dos neoclássicos. É um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros. A coordenação não é estática, não une seres sempre iguais a si mesmos, mas produz uma

realidade cambiante, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e os transforma também (Dardot e Laval, 2016, p. 139, grifos dos autores)

Na educação, os impactos do empresariamento social são particularmente evidentes. Silva (2022) destaca que, sob a lógica neoliberal, a privatização de escolas e universidades transforma a educação em um produto de mercado. Instituições educacionais são levadas a operar como empresas, priorizando a maximização de lucros em detrimento da qualidade do ensino. Lockmann (2020) complementa essa análise ao apontar que a lógica de mercado na educação intensifica as desigualdades, uma vez que as melhores oportunidades ficam restritas àqueles que podem pagar por uma formação de maior qualidade. Essa realidade demonstra como o empresariamento social compromete o acesso universal à educação, perpetuando ciclos de exclusão.

Na saúde, o cenário não é menos preocupante. Para Dardot e Laval (2017), a privatização do sistema de saúde, promovida pelo empresariamento social, transforma o acesso a cuidados médicos em um privilégio de mercado. Isso resulta na precarização dos serviços públicos, que enfrentam cortes orçamentários e perdem sua capacidade de atender às necessidades da população mais vulnerável. Harvey (2008) reforça que a lógica de mercado, ao priorizar o lucro, frequentemente negligencia as demandas das populações marginalizadas, agravando as desigualdades no acesso à saúde.

A lógica mercadológica imposta pelo neoliberalismo transcende os setores tradicionais como saúde e educação, estendendo-se igualmente a domínios vitais como moradia, acesso à água potável e fornecimento de energia elétrica. Segundo Harvey (2008), a crise habitacional nas grandes cidades é instrumentalizada por esse modelo, que propõe o setor imobiliário como solução. Contudo, ao invés de atender às necessidades habitacionais das camadas populares, as políticas públicas são redirecionadas para favorecer os interesses das classes média e alta, resultando na exclusão social e no agravamento das condições de precariedade habitacional.

Paralelamente, conforme observa Lockmann (2020), o processo de privatização de serviços essenciais como o abastecimento de água e energia elétrica exemplifica a lógica neoliberal de transformar bens comuns e imprescindíveis à vida em mercadorias, cujo acesso se restringe àqueles que

possuem recursos financeiros. Desse modo, direitos, antes concebidos como universais, são convertidos em privilégios de mercado, criando barreiras intransponíveis para os segmentos mais vulneráveis da população e aprofundando, sobremaneira, as desigualdades sociais e econômicas historicamente consolidadas.

Ao transformar serviços sociais em produtos de mercado, esse modelo redefine também as relações de trabalho nas áreas em que é implementado. Empresas privadas que assumem a prestação de serviços públicos frequentemente impõem condições de trabalho precárias, com salários mais baixos e metas de produtividade que ignoram as necessidades dos trabalhadores. Silva (2022) argumenta que essa precarização afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados, uma vez que os profissionais são submetidos a condições que priorizam a eficiência sobre o bem-estar dos beneficiários. Nesse sentido, a lógica mercadológica não apenas precariza os trabalhadores, mas também compromete a entrega de serviços essenciais.

Outro aspecto importante a considerar é o impacto desse modelo na qualidade da democracia. Como discutem Dias e Ribeiro (2021), ao transformar questões sociais em problemas técnicos a serem resolvidos pelo mercado, o neoliberalismo despolitiza o debate público e reduz a participação democrática. Esse processo limita o espaço para questionar as desigualdades estruturais, reforçando uma lógica de responsabilização individual que obscurece as causas sistêmicas dos problemas sociais. De acordo com Foucault (2008), essa abordagem é uma maneira eficaz de controle, pois "promove a internalização das normas de mercado como padrão de comportamento, reduzindo a capacidade dos indivíduos de resistir ou questionar essas imposições".

Cumprе salientar que a adoção de um modelo mercadológico neoliberal repercute de maneira significativa sobre o meio ambiente, gerando externalidades socioecológicas que não podem ser negligenciadas. Guimarães e Lamosa (2018) asseveram que a incessante busca por eficiência econômica e maximização dos lucros conduz, com frequência, à exploração predatória dos recursos naturais, relegando a segundo plano as premissas da sustentabilidade e da preservação ambiental.

Essa racionalidade produtivista desconsidera os limites ecológicos do planeta, contribuindo para o agravamento das crises ambientais globais, como a escassez hídrica, o desmatamento e as mudanças climáticas. Ademais, a retração do Estado

na regulação ambiental, em nome da suposta autorregulação do mercado, transfere a responsabilidade pela proteção dos bens comuns a agentes privados, cujo interesse primordial reside no rendimento financeiro. Essa omissão estatal aprofunda os impactos deletérios do modelo neoliberal, tornando-o não apenas socialmente excludente, mas também ambientalmente insustentável, ao comprometer os recursos naturais que deveriam ser resguardados para as futuras gerações.

Por fim, é importante ressaltar que essa estratégia não se configura apenas como uma administração funcional, mas como um reflexo da governamentalidade neoliberal, que molda as relações entre o Estado, o mercado e os indivíduos. Essa lógica de empresariamento social mercantiliza direitos fundamentais, enfraquece o papel do Estado como garantidor de igualdade e justiça social e transfere os ônus das desigualdades estruturais para os indivíduos. Sob o neoliberalismo, esse modelo se configura como uma ferramenta de exclusão e precarização, consolidando desigualdades e enfraquecendo a cidadania democrática ao reduzir direitos a meros produtos de mercado.

O empresariamento social, portanto, não se limita à transformação do papel do Estado, mas reflete uma reconfiguração mais ampla das relações sociais e políticas sob a lógica neoliberal. Ao subordinar direitos fundamentais à lógica de mercado, o modelo neoliberal fortalece a privatização e a exclusão, enfraquecendo a capacidade do Estado de garantir a justiça social (Harvey, 2008). Esse processo de mercantilização não apenas afeta os serviços públicos, mas também a cidadania democrática, ao redefinir o indivíduo de titular de direitos para consumidor (Foucault, 2008).

Diante desse cenário, observa-se a crescente convergência de diferentes projetos ideológicos que, juntos, constroem uma nova racionalidade política, que não apenas reconfigura a economia, mas também reforça os valores culturais e sociais dominantes (Guimarães e Lamosa, 2018). É aqui que surge a articulação entre o neoliberalismo e o conservadorismo, um fenômeno que merece atenção para entender como essas correntes se entrelaçam nas políticas públicas e nas formas de governança contemporâneas (Silva, 2022).

Para concluir, o empresariamento social é uma das principais características do neoliberalismo, transformando profundamente a relação entre o Estado, o mercado e os cidadãos. Como Foucault (2008) aponta, o Estado não desaparece,

mas se reconfigura como um gestor do mercado, transferindo responsabilidades públicas para o setor privado. Ao tratar direitos fundamentais como produtos a serem comprados, esse modelo não só precariza serviços públicos, mas também muda o conceito de cidadania. Em vez de garantir direitos, o Estado passa a ver o indivíduo como consumidor, criando um grande abismo entre os que podem pagar e os que ficam à margem.

Tal metamorfose estrutural manifesta-se de forma particularmente acentuada em setores fundamentais como a saúde, a educação e a habitação, nos quais o acesso aos serviços essenciais passou a ser condicionado pela capacidade financeira dos indivíduos, em flagrante contradição com os princípios da universalidade e equidade. Dardot e Laval (2017) argumentam que essa lógica de mercantilização das necessidades sociais opera uma despolitização do espaço público, ao deslocar as discussões coletivas para a esfera privada, promovendo uma tecnicização das decisões políticas e enfraquecendo o engajamento cívico.

Com isso, a participação democrática se esvazia, e o debate crítico sobre as desigualdades estruturais torna-se cada vez mais rarefeito. Destarte, a responsabilização individual substitui as noções de solidariedade e justiça social, fragilizando a função redistributiva do Estado, que perde sua centralidade como mediador das demandas sociais. O resultado é a intensificação da segregação socioeconômica, na qual os direitos básicos transformam-se em privilégios seletivos, acentuando as clivagens entre aqueles que podem pagar e aqueles que são sistematicamente excluídos.

De igual modo, Lockmann (2020) enfatiza que, ao incorporar uma racionalidade estritamente mercadológica, o neoliberalismo converte direitos historicamente conquistados em mercadorias sujeitas à lógica da oferta e da demanda, o que repercute negativamente não apenas na qualidade dos serviços públicos, mas também na dignidade dos trabalhadores que atuam nesses setores essenciais. O imperativo da eficiência e da competitividade conduz à intensificação da precarização das condições laborais, promovendo instabilidade, sobrecarga e desvalorização profissional.

Em paralelo, a exclusão social se acentua, uma vez que o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e segurança torna-se progressivamente mais restrito àqueles que possuem poder aquisitivo, erigindo barreiras quase intransponíveis às populações em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, é imprescindível avançar na análise da intersecção entre o neoliberalismo e o conservadorismo, uma vez que tais vertentes ideológicas, embora distintas em suas origens, articulam-se de modo cada vez mais coeso no delineamento das políticas públicas contemporâneas. Essa simbiose opera uma reconfiguração da governança estatal, assentada na valorização da ordem, da disciplina e da moral tradicional, ao mesmo tempo em que mantém os pressupostos da racionalidade econômica liberal, tais como meritocracia, responsabilização individual e retração do papel do Estado. Essa conjugação, como se verá nos tópicos subsequentes, reforça estruturas hierárquicas e desigualdades sociais, além de consolidar uma relação verticalizada entre Estado e sociedade, minando práticas democráticas participativas e enfraquecendo o tecido social plural.

2.4 A Convergência entre Neoliberalismo e Conservadorismo

A confluência entre neoliberalismo e conservadorismo resultou na formação de um novo modelo de governança que transcende as transformações econômicas, reverberando de maneira profunda nas esferas sociais, culturais e políticas. O neoliberalismo, com sua ênfase na liberdade de mercado e na autonomia do indivíduo, posiciona esses princípios como alicerces indispensáveis ao progresso econômico e social. Por outro lado, o conservadorismo sustenta a preservação de valores morais e sociais tradicionais, buscando assegurar a manutenção de uma ordem rígida e regulamentada, orientada por normas preestabelecidas.

Quando essas duas ideologias se entrelaçam, geram uma narrativa política híbrida, que não apenas prioriza a eficiência econômica e o funcionamento autossustentável do mercado, mas também impõe rígidos padrões comportamentais e sociais, intensificando a verticalidade das relações sociais. Esse entrelaçamento ideológico acentua as desigualdades, reforça estruturas hierárquicas e torna ainda mais pronunciada a exclusão de grupos marginalizados, ao consolidar uma visão de progresso que, longe de ser inclusiva, perpetua a divisão entre os "merecedores" e os "não merecedores" do acesso aos recursos e direitos sociais.

No contexto brasileiro, essa articulação entre neoliberalismo e conservadorismo se manifesta especialmente nas políticas públicas, as quais se orientam por uma lógica de mercado que, por sua vez, reforça uma moralidade conservadora, resultando numa nova configuração da cidadania. Como apontam

Guimarães e Lamosa (2018), essa convergência cria uma "nova racionalidade política", cujos efeitos não são apenas econômicos, mas também sociais e culturais, resultando em uma sociedade mais fragmentada, hierarquizada e excludente. Em vez de promover uma maior inclusão social, o modelo de governança que se constrói a partir dessa fusão reforça desigualdades, criando uma estratificação social marcada pela marginalização dos grupos mais vulneráveis.

Um aspecto fundamental dessa convergência é o impacto nas áreas da saúde, educação e segurança pública. No campo da educação, o neoliberalismo promove a privatização e a mercantilização dos serviços, diminuindo o papel do Estado, enquanto o conservadorismo exige um controle mais rígido sobre as condutas sociais. O Estado, nesse cenário, reduz sua intervenção na economia, mas assume um papel de regulador moral e social.

Foucault (2008) propõe o conceito de "governamentalidade" para analisar as formas de exercício do poder no Estado moderno. Embora não tenha aplicado diretamente esse conceito ao neoliberalismo atual, autores contemporâneos retomam sua teoria para compreender como a articulação entre neoliberalismo e conservadorismo molda condutas e discursos sociais. Essa perspectiva é aprofundada por autores como Han (2017), na obra *A sociedade do cansaço*, ao mostrar como o neoliberalismo opera para transformar a gestão do Estado em gestão da vida, produzindo sujeitos exaustos, autorresponsáveis e disciplinados, não apenas nas instituições formais, mas em todas as esferas da vida social.

Simultaneamente, o neoliberalismo, ao reduzir a participação do Estado na provisão de serviços públicos essenciais, fomenta a privatização de setores cruciais como saúde e educação. Essa lógica, ao ser implementada, resulta em um cenário em que o acesso a tais serviços se torna cada vez mais desigual, sendo amplamente restringido àqueles que possuem a capacidade financeira necessária para custeá-los. Em paralelo, o conservadorismo alimenta um discurso moralista que endossa essa exclusão, sustentando-a sob os princípios de mérito e responsabilidade pessoal.

Ao adotar essa postura, as ideologias combinadas de neoliberalismo e conservadorismo não apenas reforçam, mas também legitimam as desigualdades sociais e econômicas, transformando a falta de acesso a direitos essenciais em uma questão de falha individual, e não de estrutura desigual. Destarte, o sistema

perpetua uma lógica de exclusão que, ao invés de mitigar as disparidades, as aprofunda, tornando-as ainda mais invisíveis e, portanto, mais difíceis de combater.

A convergência entre neoliberalismo e conservadorismo também se reflete de maneira significativa nas questões de cidadania e inclusão social. O neoliberalismo, ao enfraquecer as políticas de bem-estar social e priorizar a autonomia individual, contribui para a redução da rede de proteção social, o que afeta diretamente os grupos mais vulneráveis. Por sua vez, o conservadorismo, ao reforçar normas sociais rígidas, propaga uma visão moral que frequentemente exclui minorias e marginaliza os direitos das mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados.

Silva (2022) observa que essa articulação resulta na criação de uma sociedade em que os direitos fundamentais são progressivamente subordinados à lógica do mercado, ampliando as barreiras para a plena integração desses grupos na esfera social e política, intensificando suas exclusões. Além disso, a convergência dessas ideologias tem um impacto profundo na liberdade de expressão e no debate público. O neoliberalismo, ao promover a privatização dos meios de comunicação e fragmentar a educação, contribui para uma maior concentração da informação e do poder nos meios de comunicação, o que limita o acesso a uma pluralidade de perspectivas.

Simultaneamente, o conservadorismo impõe restrições à diversidade de ideias, favorecendo uma visão homogênea e restritiva da sociedade, que busca preservar uma "ordem" moral e social preestabelecida. Foucault (2008) e Mendonça (2019) alertam sobre os perigos dessa articulação ideológica, que resulta na criação de um ambiente onde o pluralismo e o pensamento crítico são constantemente sufocados, diminuindo a capacidade democrática da sociedade e enfraquecendo as práticas de participação cidadã e engajamento público. Dessa forma, a combinação de neoliberalismo e conservadorismo fragiliza as bases democráticas, ao criar um contexto onde o debate livre e a crítica construtiva são desvalorizados e restringidos.

O impacto das políticas neoliberais e conservadoras também se reflete de maneira acentuada nas relações de gênero. Políticas de austeridade e privatização, ao reduzir o acesso a serviços públicos essenciais como saúde e educação, afetam de forma desproporcional as mulheres, que dependem mais dessas políticas para garantir seu bem-estar e o de suas famílias. Ao mesmo tempo, o conservadorismo, ao reforçar visões tradicionais sobre os papéis de gênero, perpetua a desigualdade

e a discriminação, marginalizando as mulheres, especialmente as de classes sociais mais baixas. Santos e Alves (2022) argumentam que a combinação dessas duas ideologias dificulta a luta por igualdade de gênero, dificultando a implementação de políticas públicas inclusivas que possam promover uma real transformação social nesse sentido.

Além disso, a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo tem consequências profundas nas políticas de imigração. O neoliberalismo, ao advogar pela livre circulação de capital, entra em contradição com as políticas restritivas que limitam a mobilidade dos trabalhadores, especialmente daqueles provenientes de países periféricos. O conservadorismo, com sua retórica xenofóbica, exacerba essa contradição ao defender restrições severas à imigração, criando um ambiente hostil para migrantes que buscam melhores condições de vida e trabalho. Assim, essa combinação de ideologias não só restringe a mobilidade humana, mas também dificulta o acesso dos migrantes a direitos básicos, como saúde e educação, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas, e criando um contexto de exclusão social para esses indivíduos.

Essa articulação entre neoliberalismo e conservadorismo tem levado à naturalização de um regime de competição e exclusão social. O modelo de governança resultante dessa fusão impacta diretamente os grupos mais vulneráveis, tornando-os ainda mais marginalizados, tanto econômica quanto moralmente. Como observam Silva (2022) e Mendonça (2019), a implementação do "empresariamento social" não apenas transforma o papel do Estado, mas também reconfigura as relações sociais e políticas, subordinando direitos fundamentais à lógica de mercado e enfraquecendo a busca pela justiça social.

Essa realidade exige uma reflexão crítica sobre os efeitos dessas políticas, com o objetivo de buscar alternativas que promovam a inclusão e a equidade social, desafiando as estruturas de poder que perpetuam desigualdades em diversas dimensões da vida social. O processo de convergência entre neoliberalismo e conservadorismo, portanto, evidencia um novo modelo de governança que não só reforça as hierarquias sociais, mas também intensifica a exclusão e a marginalização de grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que limita o exercício pleno da cidadania e enfraquece as políticas públicas voltadas para a inclusão social.

No campo educacional, essa convergência se manifesta na adoção de modelos como o das escolas cívico-militares, que combinam disciplina hierárquica com ideais de produtividade e meritocracia. Essas instituições, segundo autores como Lima e Gouveia (2020), reforçam uma lógica de controle que prioriza a obediência e o desempenho, em detrimento da formação crítica e da inclusão. O resultado é uma escola que reproduz desigualdades ao invés de enfrentá-las, atuando como ferramenta de normalização social e de exclusão de subjetividades divergentes.

Essa proposta, no entanto, suscita questionamentos sobre os efeitos concretos do modelo cívico-militar, que tende a reduzir a autonomia estudantil e a valorizar a obediência em detrimento da reflexão crítica. A ênfase na disciplina rígida e na hierarquia pode comprometer a formação de sujeitos capazes de participar ativamente da sociedade democrática. Além disso, o alinhamento ideológico dessas instituições aos valores conservadores reforça estigmas sociais, dificultando a promoção de uma educação plural e inclusiva, indispensável à cidadania no Brasil (Souza; Lima, 2022).

Como observam Dias e Ribeiro (2021), o projeto das escolas cívico-militares extrapola um modelo de ensino tecnicamente estruturado, ao propor uma formação baseada na hierarquia, no controle social e na obediência como valores fundantes da convivência escolar. Nesse cenário, a educação deixa de ser concebida como meio de emancipação intelectual, assumindo o papel de aparato disciplinador que busca conformar os indivíduos a uma ordem normativa autoritária, alinhada aos preceitos neoliberais de desempenho e controle moral (Dias; Ribeiro, 2021).

Ao priorizar a hierarquia institucional e a obediência incondicional, esse modelo tende a suprimir os espaços de contestação e reflexão crítica. Foucault (2008) argumenta que as práticas disciplinares adotadas nas instituições educacionais operam como mecanismos de normalização, condicionando os indivíduos à internalização de condutas socialmente esperadas. Nas escolas cívico-militares, os alunos tornam-se objetos de vigilância e adestramento comportamental, sendo moldados conforme padrões de conduta previamente definidos e constantemente avaliados (Foucault, 1995).

Esse processo de disciplinarização não se limita à estrutura organizacional da escola, mas se estende à formação subjetiva dos estudantes, induzindo-os a

aderir aos valores neoliberais de mérito individual e produtividade, bem como aos princípios conservadores de respeito à autoridade e submissão às normas. Tal estrutura enfraquece o desenvolvimento do pensamento crítico e impede que os alunos questionem as regras sociais e políticas impostas, como já alertavam Dias e Ribeiro (2021) em seus estudos sobre os impactos simbólicos da disciplina escolar autoritária.

Outro ponto sensível refere-se às consequências psicossociais do excesso de disciplina. A pressão contínua por conformidade aos padrões morais e comportamentais estabelecidos tende a desencadear altos níveis de estresse e ansiedade entre os estudantes. O controle disciplinar, quando excessivo, ultrapassa os limites do ambiente escolar e transforma-se em instrumento de controle subjetivo e emocional. Nessa lógica, a escola deixa de formar cidadãos críticos e autônomos para se tornar um espaço de produção de subjetividades moldadas por padrões conservadores e pelo produtivismo neoliberal (Han, 2017; Costa, 2020).

Esse modelo educacional, ao priorizar a disciplina em detrimento da liberdade de pensamento, coloca em risco a formação integral dos estudantes, limitando o seu potencial crítico e criativo. A ênfase na obediência e no respeito à hierarquia pode resultar na formação de cidadãos que não questionam as estruturas de poder, internalizando, muitas vezes, a lógica de exclusão e desigualdade.

Consequentemente, o modelo das escolas cívico-militares não só reforça a hierarquia e a obediência, mas também contribui para a perpetuação de um sistema educacional que marginaliza aqueles que não se adequam aos valores predominantes, tornando a educação um instrumento de exclusão social.

As escolas cívico-militares materializam o paradoxo entre neoliberalismo e conservadorismo ao conciliarem, no campo educacional, a lógica de mercado com o autoritarismo disciplinar. Ao priorizarem a eficiência e o controle sobre a formação crítica e participativa, essas instituições impõem um modelo que restringe a criatividade, enfraquece a inclusão e compromete a constituição de sujeitos autônomos. Os impactos extrapolam os muros escolares, pois influenciam diretamente a construção de uma cidadania ativa e plural. Em vez de promover uma educação democrática, esse modelo reforça estruturas excludentes e limita o potencial transformador da escola pública (Gentili, 2021).

O modelo das escolas cívico-militares, portanto, não é apenas uma inovação educacional, mas uma manifestação concreta das políticas que combinam princípios neoliberais e conservadores, refletindo a busca por uma nova forma de governança, onde a eficiência e o controle social se entrelaçam. Como argumenta Lockmann (2020), essa fusão de princípios se configura como uma tentativa de conciliar a racionalidade neoliberal com a disciplina rigorosa promovida pelo conservadorismo, criando uma estrutura de governança que enfatiza tanto o controle social quanto a eficiência do desempenho, em detrimento da promoção de valores como a liberdade, a inclusão e o pensamento crítico.

2.5 O Paradoxo da Implementação das Escolas Cívico-Militares

Guimarães e Lamosa (2018) apontam que a articulação entre neoliberalismo e conservadorismo tem gerado políticas públicas que redefinem as práticas educacionais, enfatizando a meritocracia e a competitividade, ao mesmo tempo em que impõem uma hierarquia social rígida. É nesse cenário que o paradoxo da implementação das escolas cívico-militares se torna evidente. Ao tentar conciliar a eficiência e o desempenho do neoliberalismo com a disciplina e o controle do conservadorismo, essas escolas acabam limitando o desenvolvimento de habilidades críticas e de autonomia dos alunos, contradizendo as próprias premissas do neoliberalismo, que prega a liberdade individual e a inovação.

Como observa Silva (2022), embora o neoliberalismo defenda a liberdade e a autonomia, as práticas de militarização educacional, ao enfatizar a obediência e a conformidade, tornando os alunos mais propensos a internalizar uma cultura de subordinação do que a desenvolver autonomia crítica. Mendonça (2019) complementa essa análise, argumentando que o modelo educacional militarizado acaba por restringir a criatividade e o pensamento crítico, fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos preparados para os desafios de uma sociedade democrática e pluralista.

O modelo educacional militarizado, resultante da fusão ideológica entre neoliberalismo e conservadorismo, ao invés de promover uma educação inclusiva e plural, acaba reproduzindo formas de exclusão social e controle. Ele molda os alunos a se conformarem à hierarquia e à disciplina, ao invés de estimular o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica. Dias e Ribeiro (2021) afirmam que

a imposição de uma hierarquia rígida e a ênfase na disciplina nas escolas cívico-militares dificultam a formação de cidadãos plenos e democráticos.

Esses valores autoritários entram em conflito com os princípios fundamentais de igualdade e diversidade necessários para uma sociedade democrática, pois limitam a capacidade dos alunos de questionar e agir em favor de mudanças sociais. Além disso, com base nas análises de Foucault (2008) sobre os dispositivos de controle e vigilância no contexto das instituições disciplinares, pode-se argumentar que a vigilância e o controle constantes presentes nesse modelo educacional restringem a liberdade dos alunos de desenvolverem um pensamento crítico. Em vez de promoverem a autonomia e a participação ativa na vida pública, essas escolas acabam moldando indivíduos mais voltados à obediência e ao conformismo, enfraquecendo sua capacidade de atuar como cidadãos autônomos e críticos.

A proposta das escolas cívico-militares visa unir dois conceitos que, à primeira vista, parecem opostos. De um lado, tem-se a lógica neoliberal, que foca na eficiência, no desempenho e na meritocracia; do outro, o conservadorismo, que enfatiza a disciplina, a obediência e o controle comportamental (Silva, 2022). De acordo com Dias e Ribeiro (2021), essa mistura, embora pareça contraditória, surge como uma resposta a uma crescente demanda social por mais segurança e ordem. Assim, justifica-se a criação de um modelo educacional centrado na disciplina e no desempenho como critérios principais para a formação dos alunos.

Na obra de Foucault (2008), ele discute sobre governamentalidade e explica como o neoliberalismo promove formas sutis de controle sobre os indivíduos. No contexto das escolas cívico-militares, essa governamentalidade se articula com a militarização da educação, criando um ambiente onde a disciplina rígida é usada como ferramenta para promover a autorresponsabilidade e o autogoverno dos alunos, conforme as normas neoliberais de eficiência. Da mesma forma, Dardot e Laval (2017) argumentam que essa configuração prepara o jovem para adaptar-se à lógica de mercado, onde controle e autorresponsabilidade estão interligados.

A militarização das escolas públicas, como no caso das cívico-militares, é uma resposta ao descontentamento da população com a qualidade da educação pública, conforme discute Lockmann (2020). A proposta neoliberal busca melhorar a eficiência do sistema educacional através da privatização parcial, enquanto o conservadorismo vê na disciplina militarizada uma solução para os problemas

sociais enfrentados pelos jovens. Harvey (2008) acrescenta que essa solução tem raízes profundas em contextos de insegurança social, sendo um modelo que tenta equilibrar controle e desempenho.

O paradoxo, no entanto, reside no fato de que as escolas cívico-militares, ao promover a disciplina e a ordem, podem limitar o desenvolvimento de habilidades críticas e de autonomia dos estudantes. Como observa Silva (2022), o neoliberalismo prega a liberdade individual e a meritocracia, mas as práticas militares podem sufocar essas dimensões ao impor uma obediência cega às autoridades, comprometendo a capacidade dos estudantes de pensar criticamente e de agir de forma autônoma. Mendonça (2019) complementa essa visão, sugerindo que a educação militarizada pode tornar o indivíduo menos preparado para a diversidade de ideias e para o exercício da cidadania crítica.

Nesse contexto o neoliberalismo cria mecanismos de controle que incentivam a competição conforme afirma Foucault (2008). No caso das escolas cívico-militares, essa lógica é reforçada por uma estrutura disciplinar que promove a competição interna entre os alunos, ao mesmo tempo em que molda suas identidades com base na obediência e no respeito à hierarquia militar (Lockmann, 2020). Guimarães e Lamosa (2018) apontam que essa combinação de princípios neoliberais e conservadores induz os jovens a internalizarem um sistema de vigilância constante, em que o valor pessoal está associado à obediência.

A introdução das escolas cívico-militares no Brasil também está relacionada à agenda conservadora de segurança pública. Como argumenta Silva (2022), o governo conservador de Bolsonaro justificou a implementação dessas escolas como uma forma de combater a violência nas instituições e promover a ordem social.¹¹ No entanto, Santos e Alves (2022) questionam a real efetividade desse modelo em desenvolver uma cidadania democrática e pluralista, considerando que a educação se torna um espaço de imposição de valores morais rígidos.¹²

As escolas cívico-militares representam um paradoxo também no que se refere ao papel do Estado. Por um lado, o neoliberalismo defende a redução da

¹¹ O período do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por uma agenda conservadora, com destaque para a implementação de políticas relacionadas à segurança pública e Educação, incluindo as escolas cívico-militares.

¹² Segundo Silva (2022, p. 45), essa medida foi justificada como uma estratégia para combater a violência nas escolas e promover a ordem social. Contudo, a eficácia desse modelo no desenvolvimento de uma cidadania democrática e pluralista tem sido questionada por autores como Santos e Alves (2022, p. 78).

intervenção estatal na vida dos cidadãos, promovendo a liberdade de mercado. Por outro, o conservadorismo demanda uma intervenção mais rígida do Estado na regulação das condutas sociais, especialmente no campo da educação, onde a disciplina militarizada se torna um instrumento de controle, aponta Lockmann (2020). Para Lemke (2001), essa intervenção contradiz a ideia de uma sociedade liberal e sugere uma forma de autoritarismo camuflado.

O impacto das escolas cívico-militares na formação dos alunos é um tema amplamente discutido. Silva (2022) aponta que, ao enfatizar hierarquia e obediência, essas escolas podem restringir a capacidade dos estudantes de questionar as estruturas de poder e de se engajar em práticas democráticas. Para Dias e Ribeiro (2021), esse modelo vai contra os princípios neoliberais de inovação e adaptação, uma vez que privilegia a obediência em detrimento da criatividade e do pensamento crítico.

A governamentalidade neoliberal, como Foucault (2008) descreve, busca criar indivíduos autônomos e capazes de se autogerenciar. No entanto, nas escolas cívico-militares, essa autonomia é limitada pela imposição de uma disciplina rígida, que impede os alunos de desenvolverem plenamente suas capacidades de autodeterminação. Dardot e Laval (2017) argumentam que essa contradição (presente de forma mais ampla na lógica neoliberal) expõe uma falha estrutural desse modelo, que não consegue conciliar controle e liberdade de maneira eficiente, sendo essa tensão também perceptível nas experiências de escolas cívico-militares.

Conforme Foucault (2008), a disciplina é um dos principais instrumentos das sociedades modernas de controle e normalização, atuando sobre os corpos e as condutas por meio de mecanismos contínuos de vigilância, exame e punição. No caso das escolas cívico-militares, esses dispositivos se manifestam na organização dos espaços, nos rituais cotidianos e na exigência de obediência irrestrita, o que contribui para a formação de sujeitos dóceis e adaptáveis, mas limita a construção da autonomia crítica e da pluralidade de pensamento exigida pela vida democrática.

A associação entre disciplinamento, neoliberalismo e sofrimento psíquico também tem sido destacada por autores como Safatle (2015) e Vaz (2020), que analisam como a cobrança por desempenho e a responsabilização individual diante do fracasso geram impactos emocionais graves, como ansiedade,

depressão e esgotamento. No modelo das escolas cívico-militares, essa lógica se manifesta na forma como os estudantes são treinados para se adaptar à rigidez hierárquica e à vigilância constante, o que, longe de promover o bem-estar, tende a silenciar o sofrimento e a negar os conflitos subjetivos inerentes ao processo educativo.

Além disso, o modelo das escolas cívico-militares apresenta desafios em termos de inclusão social. Lockmann (2020) observa que essas instituições tendem a reforçar desigualdades sociais ao adotar uma educação que prioriza a meritocracia e a disciplina, mas que desconsidera as condições estruturais que afetam o desempenho dos alunos. Isso pode marginalizar ainda mais estudantes de classes sociais mais baixas e de minorias. Harvey (2008) também destaca que essa abordagem meritocrática ignora as dificuldades enfrentadas por alunos provenientes de contextos desfavorecidos.

A criação das escolas cívico-militares faz parte de um movimento mais amplo de militarização da vida pública no Brasil, onde o governo conservador busca controlar as condutas sociais por meio de práticas autoritárias, como aponta Silva (2022). Esse modelo reflete uma lógica de controle que contradiz os princípios liberais de liberdade individual, instaurando uma forma de governança baseada na coerção. Nesse sentido, Guimarães e Lamosa (2018) identificam essa prática como uma maneira de restringir o debate público e as expressões de diversidade.

Foucault (2008) discute como a biopolítica neoliberal busca regular as populações através da promoção de comportamentos produtivos. No caso das escolas cívico-militares, essa regulação é feita através da disciplina militarizada, que busca moldar os alunos para que eles se comportem de acordo com as exigências do mercado de trabalho e da sociedade conservadora (Lockmann, 2020). Santos e Alves (2022) apontam que, ao transformar o ambiente educacional em espaço de produção, as escolas negligenciam a diversidade de experiências humanas.

A militarização das escolas públicas é um tema que suscita preocupações sobre os impactos dessa estrutura tanto na saúde mental quanto no desenvolvimento emocional dos estudantes. Silva (2022) aponta que o ambiente rígido e disciplinado das escolas cívico-militares pode gerar pressões psicológicas consideráveis sobre os alunos, que são constantemente avaliados pela sua capacidade de se conformar às regras e normas impostas. Tal pressão, como observa Lemke (2001), não só afeta o bem-estar psicológico dos jovens, mas

também limita sua formação integral, dificultando o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais essenciais para uma convivência saudável e equilibrada.

Além disso, Lockmann (2020) vê o modelo das escolas cívico-militares como uma expressão de biopolítica conservadora, onde o Estado regula a vida dos jovens por meio da imposição de uma moralidade tradicional e uma disciplina excessiva. Essa lógica é contrária à concepção de que a educação deve ser um espaço de liberdade e desenvolvimento crítico, elementos fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e engajados em uma democracia. Para Mendonça (2019), essa estrutura educacional reforça, portanto, padrões excludentes, contribuindo para a manutenção de desigualdades sociais e dificultando a construção de uma sociedade mais justa.

A perspectiva de Foucault (2008), ao compreender o neoliberalismo como uma racionalidade que forma sujeitos voltados à competição e adaptação ao mercado, evidencia uma contradição central nas escolas cívico-militares. A imposição de disciplina e obediência reduz a capacidade dos estudantes de desenvolver habilidades críticas e criativas, que são justamente exigidas pela lógica neoliberal. Essa tensão entre controle autoritário e demanda por autonomia intelectual fragiliza a formação plena do sujeito. Dardot e Laval (2017) ampliam essa crítica ao apontarem que tal modelo educativo inibe a participação ativa e questionadora dos indivíduos diante das imposições econômicas e sociais (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2017).

Ainda que o neoliberalismo promova a lógica da performance individual e da inovação, tais atributos são operados dentro de um marco de competitividade e autogerenciamento que exclui a crítica estrutural ao sistema. Assim, ao mesmo tempo em que defende a formação de sujeitos inovadores e críticos, a racionalidade neoliberal impõe limites ao tipo de crítica possível, privilegiando aquela voltada à eficiência e à adaptação, e não à transformação das condições sociais. Nesse sentido, a crítica à ênfase disciplinar nas escolas cívico-militares não se opõe à autonomia em si, mas questiona o esvaziamento de seu conteúdo político quando subordinada a exigências funcionais do mercado.

Ademais, como Silva (2022) salienta, o modelo das escolas cívico-militares provoca uma tensão entre os valores democráticos e as práticas autoritárias. Ao consolidar uma hierarquia rígida e promover a obediência como valor central, essas escolas enfraquecem os princípios de igualdade, diversidade e pluralidade,

fundamentais para uma sociedade democrática. Dias e Ribeiro (2021) complementam que esse tipo de hierarquia impede os estudantes de acessarem uma cidadania plena, comprometendo sua capacidade de se engajar criticamente nos processos sociais e políticos.

A implementação das escolas cívico-militares reflete, conforme Lockmann (2020), uma tentativa do governo conservador de impor uma visão moralista e autoritária da sociedade, que, segundo Guimarães e Lamosa (2018), é incompatível com os princípios neoliberais de liberdade individual e responsabilidade pessoal. Esse paradoxo dificulta a construção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e crítica. Para esses autores, a moralidade autoritária que embasa o modelo das escolas cívico-militares é, na verdade, um retrocesso, um retorno a valores que deveriam ter sido superados por uma sociedade democrática, plural e aberta ao debate.

Nesse contexto, é importante distinguir conceitualmente as diferentes modalidades educacionais com envolvimento militar. Os colégios militares são instituições mantidas e geridas diretamente pelas Forças Armadas, com ingresso seletivo, autonomia curricular e estrutura administrativa própria. As escolas militares, por sua vez, estão vinculadas a polícias militares estaduais e seguem modelo semelhante, com ênfase disciplinar e controle hierárquico. Já as escolas cívico-militares representam um modelo híbrido, instituído por meio de parcerias entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, inserindo militares da reserva em funções de gestão e disciplina em escolas públicas estaduais ou municipais, mantendo, em tese, o currículo regular da rede. Essa distinção é essencial para delimitar o foco analítico da pesquisa, que se volta especificamente para a lógica disciplinar e ideológica promovida pelo modelo cívico-militar.

Nesse contexto, o paradoxo das escolas cívico-militares emerge da tentativa de conciliar a lógica neoliberal de eficiência, produtividade e meritocracia com a disciplina rígida e autoritária que caracteriza o conservadorismo. Esse modelo educacional, ao priorizar a hierarquia e a obediência, cria um ambiente de tensões constantes entre a liberdade e o controle, a autonomia e a subordinação, a inclusão e a exclusão. Assim, ele se apresenta como um desafio significativo para a construção de uma educação que não só responda às necessidades da sociedade,

mas que também promova os princípios da pluralidade e da democracia, fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.6 Escolas Cívico-Militares no Brasil: Contexto e Implantação

As escolas cívico-militares no Brasil surgem como uma resposta a demandas sociais por segurança, disciplina e controle, especialmente em um contexto de crise na educação básica pública e ascensão de discursos conservadores. Essas instituições têm uma trajetória histórica que remonta à valorização de modelos militares como referências de ordem e disciplina no país. Em 2019, com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), esse modelo educacional ganhou destaque, estabelecendo diretrizes para a implementação dessas escolas em várias regiões do Brasil. O programa propõe uma educação voltada para valores cívicos, disciplina militar e um controle rigoroso do ambiente escolar (Brasil, 2019).

A implantação das escolas cívico-militares insere-se dentro de um projeto político mais amplo, que busca promover a militarização de diversas esferas sociais, alinhando-se ao conservadorismo vigente no Brasil nas últimas décadas. Silva (2020) destaca que a militarização da educação, através dessas escolas, representa um elemento essencial desse movimento conservador. O autor observa que tais instituições são frequentemente apresentadas como respostas para os problemas recorrentes da educação pública, como a violência nas escolas e a falta de disciplina. Contudo, Silva alerta que esse modelo, ao priorizar a obediência cega às normas, limita a autonomia pedagógica e sufoca o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes, favorecendo uma visão hierárquica e autoritária da educação, em detrimento da reflexão e da formação de cidadãos capazes de questionar as estruturas de poder.

A ideia de uma educação cívica no Brasil tem raízes profundas, conforme assinala Carvalho (2018), que aponta que, desde o período republicano, o governo buscou moldar cidadãos leais e obedientes ao Estado por meio de programas educacionais voltados à formação moral e cívica. O autor observa que o Brasil tem uma longa tradição de associar a educação à disciplina militar, especialmente em momentos de crise política e social, quando o Estado recorre a instituições militares como solução para a desordem e a insegurança. Nesse sentido, a implantação das

escolas cívico-militares reflete a continuidade desse modelo de cidadania hierarquizada e controlada pelo Estado.

Brum (2021) aprofunda essa análise ao discutir o impacto das escolas cívico-militares no contexto educacional brasileiro contemporâneo. Para a autora, essas escolas têm como pilares a disciplina e a autoridade, com o objetivo de moldar o comportamento dos alunos conforme padrões rígidos de conduta. Embora a promoção de valores como patriotismo, respeito à hierarquia e ordem seja central, surgem debates sobre a limitação da liberdade de expressão e sobre os impactos desse modelo autoritário na formação crítica dos estudantes. Brum (2021) observa ainda que a expansão dessas escolas está intimamente ligada ao fortalecimento do conservadorismo político no Brasil, que vê na militarização da educação uma forma eficaz de restaurar a moralidade e o controle social.

Pinto (2019) coloca a militarização das escolas públicas brasileiras como uma resposta ao desejo de setores da sociedade por mais segurança e disciplina nas escolas. Ele observa que o crescimento das escolas cívico-militares ocorre em um contexto de crise na educação básica pública, caracterizado por problemas como infraestrutura precária, violência e baixos índices de aprendizagem. Embora a militarização seja vista como uma solução para restaurar a ordem, o autor alerta que essa abordagem ignora questões pedagógicas fundamentais, como a promoção da autonomia e do pensamento crítico, essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos.

Souza (2017) coloca a implantação das escolas cívico-militares no contexto de um projeto político maior, que busca consolidar o poder das elites conservadoras no Brasil. Para o autor, essas escolas fazem parte de uma estratégia para controlar as classes populares e manter a hierarquia social, utilizando a educação como ferramenta para perpetuar a obediência e a subordinação. Souza observa que as escolas cívico-militares refletem a lógica de controle social que caracteriza o conservadorismo brasileiro, especialmente em momentos de crise, quando as elites buscam reafirmar seu poder sobre as classes subalternas por meio de políticas que promovem a disciplina e a submissão.

Dessa forma, as escolas cívico-militares no Brasil não se apresentam apenas como uma solução para os problemas da educação pública, mas também como reflexo de um projeto político maior que busca moldar cidadãos a partir de uma lógica de controle e obediência. A implantação dessas escolas reflete tanto a

continuidade de modelos históricos de educação cívica e disciplinar quanto o fortalecimento de uma agenda conservadora que propõe a militarização da educação como forma de restaurar a ordem social. Apesar de sua proposta de combater problemas como a violência escolar e a indisciplina, essas instituições levantam questões sobre a liberdade pedagógica, a formação crítica dos estudantes e o papel da educação na promoção de uma cidadania plena e democrática.

2.6.1 Escolas Militares, Colégios Militarizados, Escolas Cívicos-Militares

A educação no Brasil tem testemunhado uma diversificação de modelos e abordagens ao longo dos anos, refletindo as mudanças sociais e políticas do país. Entre as iniciativas que têm ganhado destaque, encontram-se as Escolas Militares, os Colégios Militarizados e as Escolas Cívico-Militares. Embora compartilhem certos elementos em comum, essas instituições apresentam nuances significativas em termos de estrutura, filosofia e gestão (Ferreira, 2018).

As escolas militares são estabelecimentos pertencentes às corporações militares, tais como Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, vinculadas às Forças Armadas e às Secretarias de Segurança. Destaca-se que essas instituições não estão subordinadas às Secretarias de Educação dos Estados, conforme previsto na legislação, especificamente no artigo 83 da Lei nº 9394/1996 (Carneiro, 2015). Em outras palavras, as Escolas Militares atendem às necessidades de formação profissional dos militares e possuem uma estrutura militarizada desde sua criação, sendo regidas por uma disciplina rigorosa e um currículo específico que abrange, além das disciplinas tradicionais, conteúdos relacionados à formação militar.

Os alunos ingressam nessas instituições por meio de concurso público, com o foco principal na preparação para a carreira militar, embora também ofereçam uma educação básica completa. No Brasil, existem apenas 42 instituições militares vinculadas às Forças Armadas, distribuídas entre 15 do Exército, 3 da Aeronáutica e 24 da Marinha. É importante observar que a gestão dessas escolas é de responsabilidade do Ministério da Defesa, não estando subordinadas ao Ministério da Educação (MEC) (Ferreira, 2018).

Os colégios militares no Brasil, geralmente, são instituições da rede pública e municipal, que mantêm características militares em sua gestão e disciplina, mas não são diretamente vinculados às Forças Armadas. Adotam práticas militares em sua administração, como uniformes, hierarquia e valores relacionados à disciplina militar, no entanto, a sua formação militar não é tão acentuada quanto nas Escolas Militares, e o ingresso muitas vezes é realizado por meio de sorteio ou matrícula aberta. É geralmente destinado ao ensino fundamental e médio. O foco pode estar na formação acadêmica, mas também na disciplina e no desenvolvimento de valores militares (Ferreira, 2018).

As Escolas Cívico-Militares representam uma abordagem mais recente, lançada em 2019, pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. É um programa, denominado de Escolas Cívico-Militares (PECIM), projeto este vinculado ao Ministério da Educação, com o objetivo de uma gestão que englobasse a participação do corpo docente da escola em parceria com militares, voltado para as áreas: educacional, didático-pedagógica e administrativa (Brasil, 2019).

As escolas cívico-militares mantêm práticas disciplinares, porém, priorizam também a formação cívica, incluindo valores de cidadania e responsabilidade social. O ingresso geralmente ocorre por meio de um processo seletivo ou adesão voluntária. Goiás é um dos estados com número significativo de escolas militarizadas. Até o ano de 2022, eram 62 unidades, segundo o Censo da Educação Básica de 2022, e estão aumentando. Em junho de 2023, já eram 76, de acordo com o governo estadual (Carneiro, 2015).

Nesse contexto, de acordo com Santos et al. (2019), é crucial ter em mente que, mesmo diante da associação com a ideologia militar, não se trata de um único modelo ou manifestação única de militarização. É imprescindível reconhecer essa diversidade é essencial para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno, uma vez que diferentes contextos, regiões e instituições podem adotar abordagens distintas no processo de militarização. A complexidade desse fenômeno demanda uma análise sensível às nuances e variações, evitando generalizações que possam obscurecer a diversidade de práticas e ideias associadas à militarização em diferentes contextos e cenários.

Diante desse esclarecimento sobre a diferença dessas instituições de ensino no Brasil, compreendemos que a principal diferença consiste no vínculo que estas instituições mantêm. Enquanto os Colégios Militares e Escolas Militares são ligados

diretamente ao Exército Brasileiro e ao Ministério da Defesa, as Escolas Cívicos-Militares têm sua gestão civil vinculada à Secretaria de Educação. Para esclarecer melhor as diferenças entre esses dois modelos de colégios militares, um sob o comando do exército e o outro sob o comando da polícia, apresentamos o quadro 1:

Quadro 1 – Distinções entre as Escolas Militares e os Colégios Militares.

Colégios Integrantes do Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB)	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)
São administrados pelo Exército por meio do Departamento de Educação e Cultura, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro.	São administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do seu Comando de Ensino.
O quadro de professores desses colégios é composto por oficiais do alto escalão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por servidores civis do governo federal.	Os professores são, exclusivamente, civis concursados ou contratados pela Secretaria Estadual de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (Seduc).
O ingresso se dá por meio de seleção escrita (existe registro de curso preparatório com duração de seis meses para os alunos interessados em concorrer a uma vaga nesses colégios).	Até 2015, o ingresso nesses colégios se fazia por meio de seleção – prova – e/ou sorteio. A partir de 2016, o ingresso de novos alunos ocorre por meio de sorteio.
Além do oferecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, destinam-se à preparação para a carreira militar.	Não se destinam à preparação para a carreira militar, mas ao oferecimento do Ensino Fundamental (oficialmente da II Fase, embora algumas unidades transferidas para a gestão da PM possuam a I Fase, oferta que vai sendo gradativamente excluída desses colégios) e do Ensino Médio.
Pertencem à Rede Federal de Ensino, mesmo sendo regidos por leis próprias e específicas do Exército.	Pertencem à Rede Pública Estadual de Ensino, cuja gestão é compartilhada entre as Secretarias de Segurança Pública e da Educação.
Este sistema é composto por escolas preparatórias de cadetes e oficiais militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por escolas que oferecem o Ensino Fundamental (II Fase) e o Ensino Médio.	É composto exclusivamente por escolas da Rede Estadual transferidas para a gestão da PM de Goiás.
Possuem sedes próprias.	Funcionam em prédios que pertencem à Rede Estadual Pública de Ensino goiano.
O ingresso do sexo feminino em seu quadro de alunos só foi permitido em 1989.	O ingresso do sexo feminino sempre foi permitido, desde o funcionamento de sua primeira unidade, em 1999.
São regidos por dois importantes documentos: o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército e o Regulamento dos Colégios Militares.	A normatização de atividades, condutas, posturas etc., é feita por meio de um Regimento Interno comum a todas as unidades de CEPMG, cuja matriz é Regimento Interno do Exército Brasileiro.
O grupo gestor é formado por oficiais de carreira da alta patente militar.	O grupo gestor é composto por oficiais do alto escalão da PM, tenente-coronel, major ou capitão, prioritariamente, da reserva dessa corporação.

Fonte: Ferreira (2018) e Rabelo (2023).

Diante do quadro exposto, observamos as diferenças, entretanto, também semelhanças no seu modelo de gestão e ensino. Dessa maneira, retomar-se-á ao ponto central deste estudo para analisar o que contribuiu para a implantação das Escolas Cívico-militares em Goiás, examinando os procedimentos de estabelecimento, expansão e características pedagógicas dessas instituições, com especial atenção à presença de elementos conservadores.

2.7 O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM)

O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Ministério da Educação em 2019, propôs uma reconfiguração no sistema educacional ao implementar uma gestão híbrida entre civis e militares. Essa política buscou elevar os índices de desempenho escolar e enfrentar a violência nas escolas por meio da introdução de práticas disciplinares inspiradas nos moldes militares. A proposta prioriza valores como hierarquia, controle e obediência, considerados, segundo o MEC, indispensáveis para restaurar a ordem e a segurança nas instituições públicas de ensino (Brasil, 2019). Essa concepção sustenta a ideia de que a disciplina pode ser o principal instrumento de melhoria educacional.

Bruno Silva (2020) observa que o PECIM é parte de um projeto político conservador que tem se intensificado no Brasil, especialmente desde a ascensão do governo Bolsonaro. Para ele, o programa reflete a tentativa de militarizar a educação como uma solução para problemas como a violência e a falta de disciplina nas escolas. Contudo, Silva (2020) critica a implementação do PECIM, apontando que, embora o programa priorize a segurança, ele não aborda questões estruturais mais profundas da educação, como o investimento em infraestrutura escolar e a formação continuada dos professores. Dessa forma, ele vê o PECIM como uma solução superficial, que impõe controle e disciplina, sem promover mudanças significativas no sistema educacional.

A criação das escolas cívico-militares também pode ser entendida dentro de um contexto maior de controle social, voltado à manutenção das elites e à gestão das classes populares. Segundo Jessé Souza (2017), o PECIM faz parte de um projeto que visa perpetuar o poder das elites conservadoras, que historicamente utilizando a educação como ferramenta para moldar o comportamento das classes subalternas. Para Souza (2017), a militarização das

escolas representa uma estratégia para reforçar a obediência e a subordinação, mantendo as hierarquias sociais intactas. Ele argumenta que, ao instituir uma disciplina rígida inspirada em valores militares, o PECIM busca domesticar as classes populares, limitando sua capacidade de questionamento e transformação da realidade social.

O Manual de Implementação das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020), publicado pelo Ministério da Defesa, estabelece as diretrizes para o funcionamento dessas instituições, com ênfase na participação de militares da reserva nas atividades escolares. O documento define as atribuições dos militares na manutenção da disciplina, segurança e organização, bem como sua atuação na promoção de valores como civismo, patriotismo e respeito à hierarquia.

Embora o manual afirme que essa presença contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, ordeiros e comprometidos com a pátria, ele silencia quanto aos efeitos pedagógicos dessa estrutura militarizada, especialmente no que se refere à limitação da autonomia discente, à padronização comportamental e à ausência de espaços para o dissenso. Essa lacuna é frequentemente apontada por educadores críticos como um dos principais riscos desse modelo: ao adotar práticas de controle inspiradas no meio militar, o manual compromete os princípios democráticos e dialógicos da educação pública.

Luiz Carlos Pinto (2019) também destaca o crescimento do PECIM como uma resposta à demanda por maior segurança e disciplina nas escolas, principalmente em comunidades com altos índices de violência escolar. Pinto (2019) aponta que, apesar de o modelo das escolas cívico-militares ser bem recebido em algumas regiões, ele pode comprometer a autonomia pedagógica e a liberdade dos estudantes. Ele acredita que, ao priorizar a obediência sobre a criatividade e o pensamento crítico, o PECIM enfraquece a formação integral dos alunos, uma vez que limita o espaço para a reflexão e o desenvolvimento da autonomia.

Embora o neoliberalismo seja frequentemente associado a lógicas de mercado, desregulamentação e liberdade individual, Foucault (2008) argumenta que sua racionalidade governamental também mobiliza formas específicas de controle, ao induzir os sujeitos à autorresponsabilização. Nesse sentido, a governamentalidade neoliberal não exclui práticas autoritárias ou conservadoras, mas pode coexistir com elas, sobretudo quando a liberdade é mobilizada como exigência de performance e eficiência.

A crítica à militarização da educação, portanto, não implica uma recusa absoluta da noção de sujeito autônomo, mas problematiza a forma como esse ideal é instrumentalizado para justificar práticas de disciplina e exclusão sob a lógica da eficiência e da ordem. Assim, a análise aqui desenvolvida não condena em si a autorresponsabilidade, mas evidencia os limites de um modelo que, ao mesmo tempo em que prega a autonomia, suprime condições materiais e simbólicas para sua realização.

Lucas Oliveira (2020) aponta que o PECIM não se limita à educação formal, mas também envolve a imposição de uma ideologia conservadora, com ênfase na disciplina, hierarquia e respeito à autoridade. Oliveira (2020) critica o fato de que o programa se alinha a uma agenda política maior, que busca promover valores militares, como patriotismo e nacionalismo, em detrimento da diversidade de pensamento e da liberdade de expressão. Para o autor, essa ideologia pode enfraquecer os princípios fundamentais da educação democrática e plural, substituindo a valorização da autonomia dos alunos por um controle rígido.

O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) busca reestruturar o sistema educacional brasileiro a partir de uma lógica inspirada nos modelos militares, com ênfase na disciplina, hierarquia e controle. Embora esse modelo possa gerar resultados positivos em aspectos como segurança e ordem nas escolas, a implementação dessas escolas traz à tona questões críticas sobre a qualidade da educação e o impacto na formação dos alunos.

Apesar das melhorias imediatas em alguns indicadores, como a redução de incidentes violentos, é preciso analisar com profundidade os efeitos dessa abordagem. A ênfase na obediência e na hierarquia pode limitar a capacidade dos estudantes de desenvolver habilidades de reflexão crítica e de participação ativa, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e autônomos em uma democracia. Nesse contexto, o PECIM se alinha a um movimento mais amplo de reconfiguração da educação, em que o objetivo parece ser mais o controle social do que o desenvolvimento de uma educação inclusiva e transformadora.

O modelo do PECIM não resolve os problemas estruturais mais profundos da educação pública brasileira, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de uma formação docente mais consistente. Ao invés de promover um ambiente educativo que incentiva a diversidade de pensamentos e a livre expressão, o programa prioriza um modelo rígido e fechado, que pode gerar ainda mais

desigualdades. Isso ocorre principalmente porque os estudantes provenientes de contextos mais vulneráveis, que já enfrentam dificuldades sociais e econômicas, podem ser os mais afetados por uma educação que se baseia na meritocracia e na disciplina sem considerar as adversidades de cada aluno.

Além disso, é importante perceber que o PECIM faz parte de um projeto político mais amplo, com raízes no conservadorismo e na militarização das esferas públicas, especialmente no Brasil. Como observa Silva (2020), essa proposta educacional se insere em uma agenda conservadora que visa combater a violência escolar, mas que também coloca em risco os princípios da educação democrática. A militarização da educação, longe de ser uma solução mágica para a crise da educação, acaba reforçando um sistema que limita o potencial dos jovens e, ao mesmo tempo, fortalece práticas autoritárias e excludentes.

2.8 A Governamentalidade Neoliberal Fascista e a Militarização da Educação: O Caso do PECIM

A partir dessa análise, é possível perceber que o PECIM é uma expressão clara de uma agenda mais ampla de governamentalidade neoliberal com traços autoritários, tal como analisada por Kamila Lockmann (2020). A autora propõe o conceito de governamentalidade neoliberal fascista para descrever o modo como políticas neoliberais de mercantilização se articulam a práticas conservadoras de controle social e repressão, especialmente no campo educacional. A militarização da educação, portanto, não é apenas uma tentativa de solucionar problemas pontuais, mas uma estratégia que combina eficiência tecnocrática com hierarquias autoritárias. A seguir, discute-se como essas práticas se manifestam nas políticas do governo Bolsonaro e suas implicações para a educação e a sociedade brasileira.

A governamentalidade neoliberal fascista, conforme desenvolvida por Foucault (2008), descreve a convergência entre a liberdade econômica promovida pelo neoliberalismo e as práticas autoritárias de controle social, típicas do fascismo. Esta teoria revela como o governo de Jair Bolsonaro implementa um controle social que, ao mesmo tempo em que promulga políticas neoliberais, adota estratégias conservadoras e repressivas, limitando as liberdades individuais e reforçando as desigualdades sociais. O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM),

lançado em 2019, é uma das expressões mais claras dessa governamentalidade neoliberal fascista, pois une a lógica de eficiência e meritocracia do neoliberalismo com a disciplina e a hierarquia características do conservadorismo militar.

O neoliberalismo conservador, no qual o governo Bolsonaro se insere, busca conciliar a agenda de desregulamentação e privatização do mercado com valores autoritários de ordem, disciplina e moralidade. Lockmann (2020) argumenta que essa fusão é uma característica central do governo Bolsonaro, que combina políticas econômicas neoliberais com uma retórica de "moralização" da sociedade, voltada para o controle da educação, segurança pública e direitos sociais. O PECIM exemplifica bem essa união entre a lógica neoliberal e a ideologia conservadora, ao oferecer uma educação com foco na formação de indivíduos submissos à ordem e à competitividade, em detrimento da construção de uma cidadania crítica e emancipatória.

Ao propor um modelo educacional baseado na militarização, Bolsonaro se alinha com uma perspectiva de controle social que visa moldar as novas gerações para um comportamento que privilegia a conformidade e a obediência, enquanto desvaloriza a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. Silva (2022) critica essa visão, apontando que o PECIM não resolve os problemas estruturais da educação brasileira, como a falta de investimentos e a precarização das condições de ensino, mas sim reforça a lógica do empresariamento da educação, onde o papel da escola é visto como uma instituição voltada para a formação de indivíduos eficientes para o mercado, e não como um espaço de formação integral e democrática.

Esse modelo de educação, imerso em uma governamentalidade neoliberal conservadora, reflete uma sociedade em que a liberdade de mercado é vista como o principal valor, e as pessoas são tratadas como consumidores que devem se ajustar às normas do mercado. Foucault (2008) descreve como o neoliberalismo transforma a liberdade em uma mercadoria, acessível apenas àqueles que se adequam aos valores de eficiência e desempenho, enquanto marginaliza aqueles que não se ajustam a essa lógica. No Brasil, isso se traduz na militarização da educação, em que, em nome da disciplina e da ordem, o governo impõe um modelo autoritário que constrói uma sociedade hierárquica, em que os mais vulneráveis são constantemente excluídos das oportunidades de uma educação pública e inclusiva.

Além disso, o neoliberalismo conservador se estende também para a segurança pública e para a cultura. Lockmann (2020) aponta que o governo Bolsonaro adota uma política de militarização das favelas, utilizando a violência estatal como um instrumento legítimo de controle e repressão das classes populares. Essa estratégia não apenas propaga uma visão de segurança baseada na força militar, mas também reflete a visão conservadora de que a ordem deve ser imposta à força, o que aprofunda as desigualdades sociais e a marginalização das comunidades mais pobres e periféricas. O PECIM, ao se inscrever nessa lógica, se torna um reflexo de um modelo educacional autoritário, que visa disciplinar e submeter as populações mais vulneráveis a um sistema de normas e regras rígidas, alinhadas aos valores conservadores de hierarquia e obediência.

Em um cenário mais amplo, o governo Bolsonaro não apenas implementa o PECIM como uma solução de segurança para escolas violentas, mas também faz parte de um projeto mais vasto de reconfiguração social e política, que combina a lógica neoliberal de desregulamentação e desmonte do estado de bem-estar social, com o neoconservadorismo, que busca a imposição de normas morais e sociais rígidas, especialmente em temas como educação, saúde, cultura e direitos humanos. Silva (2022) observa que a implementação de políticas neoliberais, como a privatização de serviços públicos e a retirada de direitos sociais, é acompanhada por um discurso moralista e conservador, que não apenas busca desresponsabilizar o Estado, mas também garantir que o controle social seja exercido de maneira autoritária, por meio da repressão e da militarização.

Portanto, o governo Bolsonaro se insere de forma clara dentro do neoliberalismo conservador, ao adotar um modelo de políticas públicas que visa conciliar a maximização do lucro e da competitividade com práticas de controle social autoritário. O PECIM, como política educacional, é um reflexo direto dessa combinação, ao transformar a educação em um instrumento de disciplina e submissão e não em um espaço de liberdade crítica. Esse modelo busca não apenas preservar a ordem estabelecida, mas também reforçar uma sociedade profundamente desigual, na qual a educação deixa de ser uma ferramenta de emancipação para as camadas populares e passa a ser um mecanismo de controle e conformidade. A análise crítica dessa realidade exige uma reflexão profunda sobre os efeitos de longo prazo dessas políticas neoliberais e conservadoras, que não

apenas comprometem a qualidade da educação, mas também aprofundam as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Em síntese, a militarização da educação no Brasil, como exemplificado pelo Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), reflete uma agenda de governamentalidade neoliberal fascista, que articula políticas neoliberais de mercantilização com práticas autoritárias de controle social. O modelo educacional defendido pelo governo Bolsonaro busca criar uma sociedade disciplinada e hierarquizada, desvalorizando a formação crítica e emancipatória, além de reforçar as desigualdades sociais e as exclusões no sistema educacional. As escolas cívico-militares, como parte integrante desse processo, não só evidenciam o caráter conservador e autoritário da administração federal, mas também inserem-se em um movimento maior de militarização das instituições públicas e controle das esferas sociais.

No entanto, para compreender como essas diretrizes são aplicadas na prática, especialmente em estados como Goiás, é necessário analisar a implantação concreta das escolas cívico-militares. O modelo, quando levado ao nível estadual, apresenta particularidades que refletem a relação entre a agenda nacional de militarização da educação e as demandas locais de segurança e desempenho escolar. Assim, a análise dos documentos de implementação das escolas cívico-militares em Goiás permitirá observar como as diretrizes do PECIM são adaptadas, implementadas e interpretadas em um contexto específico, além de possibilitar uma avaliação crítica dos efeitos desse modelo nas escolas goianas.

Dessa forma, a seguir, passa-se à análise dos documentos oficiais que orientaram a implantação dessas escolas em Goiás, buscando entender em maior profundidade os elementos que sustentam essa militarização educacional, suas implicações e as transformações que ela provocou no cotidiano escolar no estado.

3 A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM GOIÁS E SEUS DISCURSOS CONSERVADORES

O modelo, projetado para combater a violência e melhorar o desempenho educacional, insere-se dentro de um contexto mais amplo, no qual se observa o avanço de um neoliberalismo conservador, impulsionado por uma agenda política que privilegia o controle, a disciplina e a redução do papel do Estado na educação. Nesse sentido, a implementação das escolas cívico-militares não deve ser compreendida como uma tentativa de melhoria das condições educacionais, mas sim como parte de um projeto de reestruturação da sociedade, com ênfase no fortalecimento de valores conservadores e na militarização das instituições públicas. A seguir, será analisado o contexto neoliberal conservador que favoreceu a adoção desse modelo nas escolas goianas, suas implicações para a autonomia educacional e as transformações que ele trouxe para o cotidiano escolar.

3.1 O Contexto Neoliberal Conservador e a Implantação das Escolas Cívico-Militares em Goiás

A implantação das escolas cívico-militares em Goiás está inserida em um contexto mais amplo de avanço das políticas neoliberais e conservadoras no Brasil, especialmente a partir de 2019. Este cenário pode ser interpretado como uma resposta às crises de segurança e ao fraco desempenho educacional nas escolas públicas. Sob um governo federal de orientação conservadora, houve um esforço deliberado para transformar a educação pública com base em princípios militares e de controle, refletidos no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019.

Este decreto define as diretrizes para o funcionamento das escolas cívico-militares no país, propondo a parceria entre militares da reserva e gestores civis nas escolas públicas, com o objetivo de reforçar valores como disciplina, civismo, hierarquia e ordem, vinculando diretamente a organização escolar a uma lógica militarizada de gestão educacional (Brasil, 2019)..¹³

¹³ O Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, regulamentou a criação das escolas cívico-militares no âmbito da educação básica em todo o território nacional. Já o Projeto de Lei nº 4.938, de 2019, dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) e dá outras providências (BRASIL, 2019a, 2019b).

O neoliberalismo conservador, conforme teorizado por Dardot e Laval (2014), busca redefinir o papel do Estado, promovendo uma diminuição das garantias sociais e uma ênfase na responsabilidade individual. No campo educacional, essa concepção promove uma redução do investimento em políticas educacionais inclusivas, enquanto valoriza práticas que reforcem a ordem, a disciplina e o controle. As escolas cívico-militares surgem, nesse sentido, como um instrumento para corrigir o que os defensores do neoliberalismo conservador veem como um excesso de liberdade e falta de autoridade nas escolas públicas.

A crise econômica e o aumento da violência escolar foram amplamente explorados por grupos conservadores para justificar a militarização das escolas, especialmente em estados como Goiás, onde o apoio a políticas de segurança pública é historicamente forte. Nesse cenário, a militarização das escolas, defendida por políticos conservadores, foi vista como solução para a "crise de autoridade" e o fracasso do sistema educacional, permitindo a incorporação de princípios militares na educação básica pública (Alves; Toschi, 2019).

O Projeto de Lei nº 4.938/2019, que acrescentou o artigo 24-A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), institucionalizou essa abordagem, legitimando a gestão cívico-militar como uma forma de gestão oficial nas escolas públicas de educação básica (Brasil, 2019). Essa legislação foi essencial para a expansão do modelo em Goiás, permitindo que escolas com baixo desempenho acadêmico e altos índices de violência fossem as primeiras a serem militarizadas. De acordo com Mendonça (2019), a adoção desse modelo também reflete uma tentativa do governo de atender às demandas do eleitorado conservador, que via na militarização uma forma de restaurar a ordem e os valores morais nas escolas.

No contexto neoliberal, a militarização das escolas se configura como uma estratégia de controle estatal sobre a educação, com o objetivo de disciplinar os alunos e moldar comportamentos conforme uma visão autoritária. Segundo Bourdieu (2001), esse movimento está intimamente ligado à tentativa de "naturalizar" as desigualdades sociais, pois a educação passa a ser estruturada de forma a favorecer a conformidade e a submissão à autoridade, em vez de incentivar o desenvolvimento da autonomia crítica. Em Goiás, a implementação das escolas cívico-militares foi amplamente promovida como solução para os problemas de segurança, mas o impacto dessa mudança ultrapassa a questão da violência,

afetando diretamente a autonomia dos professores e a administração do currículo escolar, tornando-o mais rígido e alinhado à disciplina militar.

Além disso, o modelo cívico-militar também está imerso nos princípios conservadores que enfatizam a meritocracia como valor central da educação. De acordo com a lógica neoliberal, o mérito individual é encarado como o principal fator para o sucesso, e a educação deve preparar os alunos para competir no mercado de trabalho, com base na recompensa por seus próprios esforços. No entanto, como afirmam Freitas e Silva (2020), essa visão ignora as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade, prejudicando especialmente os estudantes oriundos de contextos socioeconômicos mais vulneráveis. A ênfase no mérito individual, portanto, pode intensificar as disparidades educacionais, ao desconsiderar as condições desiguais de partida entre os alunos.

A ênfase na meritocracia também se traduz na forma como o comportamento dos alunos é monitorado nas escolas cívico-militares. Os militares, que atuam como gestores disciplinares, aplicam punições rigorosas para aqueles que não seguem as regras ou não apresentam o desempenho esperado. A presença desses militares reforça o controle sobre os estudantes, criando um ambiente escolar mais autoritário e menos democrático (Dias; Ribeiro, 2021). Esse controle, no entanto, é criticado por educadores, que argumentam que ele limita a criatividade e o desenvolvimento crítico dos alunos, elementos essenciais para uma educação mais inclusiva e participativa (Guimarães; Lamosa, 2018).

A implantação das escolas cívico-militares reflete um retrocesso nas políticas educacionais progressistas, ao se alinhar com um modelo neoliberal conservador que visa promover a moralização do espaço público e o controle social. Dardot e Laval (2014) apontam que, sob a influência do neoliberalismo conservador, há uma ênfase no controle social e na obediência às normas, o que enfraquece a autonomia e a liberdade individual. Nas escolas cívico-militares, essa lógica se manifesta na imposição de uma hierarquia rígida, que se estende não apenas entre alunos, mas também entre professores e gestores disciplinares militares, subordinando a prática pedagógica ao objetivo de garantir a ordem e a conformidade.

Esse modelo é frequentemente apresentado como solução para problemas estruturais da educação, como a violência escolar e o baixo desempenho acadêmico. Contudo, como destacam Silva e Martins (2022), a militarização das escolas é uma resposta superficial que não ataca as causas subjacentes desses

problemas, como a falta de investimentos adequados em infraestrutura educacional e as desigualdades sociais que afetam o acesso e a qualidade do aprendizado. Em vez de promover uma educação crítica e emancipadora, a abordagem cívico-militar prioriza a disciplina, desconsiderando a formação de estudantes capazes de questionar e desafiar as estruturas de poder existentes.

O conservadorismo presente na militarização das escolas públicas também se manifesta na promoção de valores tradicionais, como o patriotismo e o civismo, com ênfase na obediência à autoridade e no cumprimento de deveres cívicos, como é evidenciado pelo Decreto nº 10.004/2019 e pelas Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (2021) (Brasil, 2019; 2021). No entanto, essa concepção de cidadania pode ser excludente, ao privilegiar uma visão homogênea de sociedade, fundamentada na subordinação, em detrimento da pluralidade e da diversidade de experiências e perspectivas. Ao enfatizar o patriotismo, o modelo cívico-militar limita o desenvolvimento de uma educação que fomente a reflexão crítica, o debate e o engajamento com questões sociais e políticas atuais.

A análise do modelo cívico-militar também revela uma tentativa de "pacificar" as escolas e eliminar qualquer espaço para a contestação ou resistência. Foucault (1975) argumenta que a disciplina, como forma de controle social, visa moldar os indivíduos para que se ajustem às normas estabelecidas, limitando a liberdade e a autonomia. Nesse sentido, a disciplina imposta nas escolas cívico-militares se insere em uma estratégia de controle social, que visa garantir a conformidade e restringir a liberdade de pensamento. O sistema de controle rigoroso nas escolas cívico-militares pode ser visto como uma forma de impor uma ordem social conservadora, que busca restringir a liberdade e moldar os alunos de acordo com valores autoritários.

Embora a militarização das escolas em Goiás tenha sido justificada como resposta à crise de segurança no estado, como defendem Guimarães e Lamosa (2018), essa abordagem se apresenta como uma solução de curto prazo, sem resolver as causas profundas da violência escolar. Em vez de investir em programas de inclusão social e em políticas educacionais que promovam a diversidade, a participação e o engajamento dos estudantes, o governo optou pela militarização das escolas, reforçando a ideia de que controle e disciplina são as únicas soluções viáveis. A adoção desse modelo, portanto, não apenas limita a autonomia

pedagógica, mas também compromete a capacidade da educação pública de proporcionar uma formação democrática e plural.

Além disso, a militarização das escolas públicas em Goiás deve ser compreendida como parte de uma estratégia política mais ampla, que visa consolidar o poder das forças militares e policiais no Brasil. O Decreto nº 10.004/2019 e o Projeto de Lei nº 4.938/2019 formalizaram essa estratégia, permitindo que militares da reserva atuem como gestores disciplinares nas escolas públicas (Brasil, 2019). De acordo com Silva e Martins (2022), essa militarização da gestão educacional não só compromete a autonomia pedagógica dos professores, mas também reforça uma visão autoritária da educação, onde o controle e a obediência são priorizados em detrimento da liberdade e da criatividade.

Esse movimento de militarização também está inserido em uma tentativa de "pacificar" as escolas, eliminando qualquer espaço para contestação ou resistência. Mendonça (2019) observa que essa militarização representa uma estratégia de controle social, que busca disciplinar os corpos e mentes dos alunos, moldando-os para que se conformem às normas e expectativas estabelecidas pelo Estado. A educação, assim, deixa de ser um espaço de reflexão crítica e de desenvolvimento da autonomia, para se tornar um instrumento de manutenção da ordem estabelecida.

Por fim, a militarização das escolas em Goiás também pode ser entendida como parte de um movimento conservador mais amplo, que visa restaurar a "ordem" e a "segurança" em um momento de crise social e econômica. No entanto, como alertam Freitas e Silva (2020), essa tentativa de restaurar a ordem por meio da militarização pode ter consequências negativas para a educação pública, especialmente no que diz respeito à promoção de uma cidadania crítica e participativa. A educação deve ser um espaço de debate, reflexão e contestação, no qual os alunos possam desenvolver as habilidades necessárias para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e democrática, em vez de ser um terreno de conformidade e obediência.

3.2 Procedimentos de Estabelecimento e Expansão das Escolas Cívico-Militares

A implantação das escolas cívico-militares em Goiás foi formalizada pelo

Decreto nº 10.004/2019, que criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Esse programa foi desenvolvido com base em critérios como baixos índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e altos níveis de violência escolar, visando uma intervenção estatal nas instituições que mais precisavam de mudanças. A principal proposta foi implementar um modelo de gestão mais rígido, com foco no resgate da disciplina por meio de militares da reserva ou policiais militares atuando diretamente nas escolas, refletindo a tentativa de restabelecer a ordem no ambiente escolar. Essa abordagem gerou discussões sobre sua eficácia, uma vez que muitos educadores questionaram o impacto da militarização sobre a autonomia pedagógica (Brasil, 2019).

O Projeto de Lei nº 4.938/2019, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), formalizou a possibilidade de gestão cívico-militar nas escolas públicas de educação básica pública, promovendo a expansão do Pecim em todo o país, com grande adesão em estados como Goiás. Com essa legislação, a militarização das escolas foi consolidada como uma prática oficial, criando um modelo de gestão que busca combater a violência e melhorar o desempenho acadêmico, mas, ao mesmo tempo, exclui o diálogo democrático nas decisões educacionais (Brasil, 2019). Essa implementação tem sido apoiada pelo governo, mas enfrenta resistências de educadores e movimentos sociais, que veem na militarização uma forma de controle autoritário que compromete a democracia escolar e a formação crítica dos alunos.

A adesão ao modelo cívico-militar pelas escolas públicas implicou transformações substanciais tanto na infraestrutura quanto nas práticas pedagógicas. A adaptação física das instituições visou acomodar atividades típicas do ambiente militar, como o hasteamento da bandeira e a realização de ordens unidas, processos que se tornam parte da rotina escolar, alinhados à disciplina militar (Brasil, 2021). Além dessas modificações estruturais, foi instituída uma rotina rigorosa, pautada por normas e comportamentos militares, incluindo o uso obrigatório de uniformes e a adesão a um código disciplinar estrito. Esses ajustes no cotidiano escolar visam não só manter a ordem, mas também inculcar valores como o respeito à autoridade e à hierarquia, pilares centrais do modelo educacional cívico-militar.

No plano pedagógico, o modelo introduziu disciplinas focadas em civismo, ética e moral, com o objetivo de reforçar o respeito às normas estabelecidas e a

obediência às figuras de autoridade. No entanto, essa reestruturação curricular tem gerado intensos debates sobre o impacto na autonomia dos professores e, sobretudo, sobre os efeitos no desenvolvimento crítico dos alunos. Alves e Toschi (2019) alertam que, ao priorizar a disciplina e a ordem, o modelo cívico-militar pode sufocar a criatividade e a reflexão crítica, habilidades essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Esses componentes são fundamentais para uma educação que busca formar indivíduos capazes de questionar e interagir de maneira ativa com as dinâmicas sociais e políticas de sua realidade. Assim, a crítica central ao modelo é a de que ele promove uma visão de educação voltada para a conformidade, ao invés de incentivar a construção de um pensamento crítico e independente.

Um ponto central na análise do modelo cívico-militar é o papel dos militares, que atuam como gestores disciplinares dentro das escolas. Embora a presença de militares seja vista por alguns como uma solução eficaz para combater a indisciplina, críticos argumentam que esses profissionais não possuem a formação pedagógica necessária para lidar com os desafios do ambiente escolar. De acordo com Guimarães e Lamosa (2018), a ausência de uma formação específica para a educação pode comprometer a qualidade do ensino, já que os militares trazem consigo uma lógica de controle e obediência, em detrimento de uma abordagem mais inclusiva e pedagógica. Para Lopes (2009), a militarização do ambiente escolar se articula com a governamentalidade neoliberal, que prioriza o controle social e a conformidade, ao invés de investir nas condições estruturais para uma educação democrática e participativa.

O aumento do financiamento destinado às escolas cívico-militares, impulsionado pelo Projeto de Lei nº 3568/2023, visou expandir esse modelo, permitindo que novas unidades fossem militarizadas. Contudo, essa decisão gerou uma série de críticas, particularmente no que tange à distribuição desigual dos recursos educacionais. Freitas e Silva (2020) apontam que o significativo aporte financeiro destinado a essas escolas exacerba as desigualdades no sistema educacional, visto que outras instituições públicas continuam enfrentando sérias dificuldades financeiras. A concentração de recursos nas escolas cívico-militares favorece um número restrito de escolas, deixando as demais desassistidas, o que compromete o princípio de igualdade de oportunidades (Silva; Martins, 2022). Lopes (2009) critica essa prática, ressaltando que a distribuição desigual de recursos

prejudica a missão pública da educação, exacerbando ainda mais a exclusão social e aprofundando as disparidades educacionais no país.

Ademais, a militarização das escolas e o papel dos militares como gestores disciplinares suscitam questões em relação à gestão democrática. O modelo cívico-militar, ao instituir uma estrutura hierárquica rígida, limita a participação de professores, alunos e pais nas decisões escolares. Dias e Ribeiro (2021) afirmam que a presença de militares compromete a gestão participativa, essencial para o funcionamento da educação pública brasileira. A imposição de uma lógica autoritária no ambiente escolar enfraquece práticas de inclusão e participação democrática, elementos fundamentais para garantir uma educação mais plural e equitativa, conforme preconizado pela Constituição e pelas diretrizes educacionais.

A resistência dos professores e dos movimentos sociais à militarização das escolas representa um desafio contínuo para a expansão desse modelo. Apesar de o governo ter promovido a implantação do Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) como uma solução para melhorar a segurança e a disciplina nas instituições de ensino, muitos educadores defendem que a militarização é uma resposta superficial, que não ataca as causas estruturais dos problemas educacionais. Freitas e Silva (2020) argumentam que as questões centrais, como a falta de investimentos adequados em educação e as desigualdades sociais, não podem ser resolvidas por meio de um modelo de gestão autoritário. Para esses autores, a educação deve ser tratada como um direito fundamental, e não como um setor a ser administrado com base em preceitos militares voltados para o controle e a disciplina dos alunos, em detrimento do desenvolvimento de uma educação crítica e transformadora.

Dessa forma, a implantação e expansão das escolas cívico-militares em Goiás foram formalizadas por um arcabouço legal que consolidou a militarização das escolas como uma prática oficial. Embora esse modelo tenha sido apresentado como uma resposta para melhorar a disciplina e combater a violência nas escolas, ele levanta uma série de questões sobre a equidade na distribuição de recursos, a gestão democrática e o impacto na autonomia pedagógica. O modelo cívico-militar, ao priorizar a disciplina e a hierarquia, tem sido alvo de intensas críticas por comprometer a educação crítica, inclusiva e democrática, essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados em uma sociedade plural e justa (Alves; Toschi, 2019). O debate sobre a militarização das escolas reflete, portanto, uma discussão

mais ampla sobre o futuro da educação pública no Brasil e o tipo de sociedade que se deseja construir.

3.3 Características Pedagógicas das Escolas Cívico-Militares

A estrutura pedagógica das escolas cívico-militares é um dos aspectos centrais que diferenciam essas instituições das escolas públicas convencionais. O modelo educacional adotado pelas escolas cívico-militares se baseia em uma combinação entre as práticas pedagógicas tradicionais da educação básica pública e a disciplina militar. De acordo com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, as diretrizes pedagógicas dessas escolas são orientadas por valores como patriotismo, civismo, hierarquia e respeito à autoridade (Brasil, 2019). Tais valores são considerados fundamentais para a formação de cidadãos comprometidos com a pátria e com a manutenção da ordem social.

Uma das principais características das escolas cívico-militares é a presença de militares no cotidiano escolar, responsáveis por auxiliar na manutenção da disciplina e na implementação de atividades cívicas. Esses militares não substituem os professores nas atividades pedagógicas, mas atuam como gestores de ordem e disciplina, organizando rotinas diárias como o hasteamento da bandeira, a execução de hinos nacionais e a prática de ordem unida (Brasil, 2021). Tais práticas visam inculcar nos alunos um senso de responsabilidade e respeito às autoridades, princípios centrais para a formação militar.

A estrutura curricular das escolas cívico-militares segue os parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme estipulado no Projeto de Lei nº 4.938/2019, que regulamenta a gestão cívico-militar nas escolas públicas de educação básica pública (Brasil, 2019). As disciplinas tradicionais, como Português, Matemática, Ciências e História, são mantidas, mas são complementadas por atividades cívico-militares que reforçam os valores mencionados anteriormente. A inserção dessas atividades no currículo tem como objetivo criar uma cultura escolar que valoriza a disciplina e o cumprimento de deveres cívicos.

O aspecto disciplinar das escolas cívico-militares, como a hierarquia militar e a organização em pelotões, é considerado por seus defensores como um diferencial

que contribui para um ambiente de aprendizado mais organizado e seguro (Alves; Toschi, 2019). A presença de regras claras e a aplicação de sanções rigorosas para o descumprimento das normas são vistas como instrumentos eficazes para garantir a ordem no ambiente escolar. Para os militares que atuam nessas escolas, a aplicação de disciplinas, como ordem unida e práticas de instrução militar, contribui para o desenvolvimento da autodisciplina nos alunos, preparando-os para enfrentar desafios futuros com resiliência e responsabilidade.

Outro ponto importante na análise da estrutura pedagógica das escolas cívico-militares é o papel da meritocracia como princípio organizador do currículo. De acordo com as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (2021), o sucesso escolar é medido, em grande parte, pelo mérito individual dos alunos, e há uma ênfase em reconhecer e premiar o esforço e o desempenho daqueles que se destacam academicamente e em termos de comportamento (Brasil, 2021). Essa abordagem meritocrática é consistente com a visão militar de valorização do esforço individual como caminho para o sucesso, mas também tem sido alvo de críticas, especialmente por educadores que apontam para as desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos alunos.

A comparação entre a gestão pedagógica das escolas cívico-militares e das escolas regulares de Goiás revela diferenças significativas no que tange à flexibilidade e à abordagem pedagógica. As escolas públicas regulares, em sua maioria, têm maior liberdade para adotar metodologias inovadoras, sendo capazes de implementar práticas pedagógicas mais adaptativas e voltadas para a autonomia do aluno.

Em contrapartida, as escolas cívico-militares tendem a adotar uma postura mais rígida e formal, em conformidade com os preceitos militares que priorizam a obediência, o respeito à hierarquia e a padronização das práticas disciplinares (Rodrigues da Silva *et al.*, 2022). Esse modelo, ao estabelecer uma rotina disciplinada e hierárquica, pode limitar a implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a reflexão crítica, a autonomia e a criatividade dos alunos, componentes essenciais para o desenvolvimento de competências intelectuais e sociais mais amplas.

Ademais, a metodologia aplicada nas escolas cívico-militares, apesar de ser defendida por alguns setores como uma solução para problemas de disciplina e violência, também enfrenta críticas substanciais. A Ação Educativa (2013) levanta

preocupações sobre os impactos negativos desse modelo na formação dos alunos, especialmente no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva e democrática.

A ênfase excessiva na disciplina e no controle rígido pode criar um ambiente escolar no qual a conformidade e a obediência sejam priorizadas em detrimento de práticas pedagógicas que estimulem a criatividade, a reflexão e a construção do pensamento crítico. Esses fatores são fundamentais não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a formação de cidadãos mais engajados com a sociedade e capazes de refletir de maneira autônoma sobre seu papel no mundo.

Outro aspecto relevante diz respeito à influência militar nas dinâmicas de poder dentro da escola. A presença de militares na gestão escolar pode gerar tensões significativas entre os profissionais da educação e os gestores militares, dado que estes últimos possuem autoridade para intervir em questões disciplinares e, em algumas situações, até em aspectos administrativos. Alves e Toschi (2019) destacam que essa dualidade de poder pode enfraquecer a autonomia dos professores e gestores escolares, uma vez que as decisões pedagógicas acabam sendo frequentemente subordinadas às prioridades disciplinares e hierárquicas dos militares. Tal estrutura pode comprometer a capacidade da escola de adotar uma gestão mais flexível e participativa, caracterizada pela colaboração entre educadores, alunos e familiares, o que prejudica a implementação de um modelo educacional mais inclusivo e plural.

As escolas cívico-militares em Goiás, embora apresentem um modelo disciplinado e estruturado, podem ser limitantes no que diz respeito à promoção de uma educação mais democrática, autônoma e criativa, contrastando com as escolas regulares, que possuem maior liberdade para adotar metodologias pedagógicas inovadoras e pluralistas. As críticas a esse modelo sugerem que, ao priorizar a ordem e o controle, o sistema educacional militarizado pode sacrificar aspectos essenciais da formação crítica e cidadã dos alunos, essenciais para o pleno desenvolvimento educacional e social.

Outro aspecto relevante é a avaliação do impacto das escolas cívico-militares no desempenho acadêmico dos alunos. Embora alguns defensores do modelo afirmem que a disciplina militar tem contribuído para a melhora nos índices de aprendizado e desempenho escolar, os dados sobre o impacto real do modelo ainda

são inconclusivos (Rodrigues da Silva *et al.*, 2022). Estudos realizados até o momento indicam que as melhorias nos índices de disciplina e comportamento são mais evidentes do que os ganhos acadêmicos, sugerindo que a militarização da gestão escolar pode não ser suficiente para resolver os problemas estruturais que afetam o desempenho dos alunos nas escolas públicas.

Além disso, as escolas cívico-militares enfrentam o desafio de equilibrar a promoção de valores cívicos com a necessidade de garantir uma educação de qualidade que prepare os alunos para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade. A ênfase excessiva em valores como patriotismo e disciplina pode, em alguns casos, prejudicar o desenvolvimento de habilidades críticas e de pensamento independente, que são essenciais para o sucesso no mundo contemporâneo (Ação Educativa, 2013).

A metodologia aplicada nas escolas cívico-militares, ao valorizar a hierarquia e a disciplina, pode também limitar o desenvolvimento de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática. Para Guimarães e Lamosas (2018), a militarização das escolas tende a reforçar estereótipos e preconceitos em relação a grupos minoritários, criando um ambiente menos acolhedor para alunos que não se adequam aos padrões normativos de comportamento e aparência estabelecidos pelas diretrizes militares.

O impacto das práticas pedagógicas nas escolas cívico-militares no desenvolvimento da cidadania dos alunos é uma questão relevante a ser discutida. Embora o modelo cívico-militar valorize o respeito à autoridade e a obediência às normas, ele também pode restringir o desenvolvimento da autonomia e da participação ativa dos estudantes, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade (Rodrigues da Silva *et al.*, 2022).

Ao focar intensamente na disciplina, o modelo pode limitar a criação de um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento de uma educação crítica e participativa, onde o debate e a pluralidade de opiniões sejam incentivados. Esse cenário reflete um conflito potencial entre a formação de cidadãos que se limitam à conformidade e a formação de indivíduos capazes de questionar, refletir e interagir de forma dinâmica com o mundo ao seu redor.

As práticas pedagógicas adotadas pelas escolas cívico-militares estão diretamente ligadas aos valores conservadores defendidos pelo Projeto de Educação Cívico-Militar (PECIM). A ênfase na disciplina, na hierarquia e no

patriotismo corresponde a uma visão de educação voltada para a formação de cidadãos obedientes e alinhados à manutenção da ordem social vigente. Contudo, surge a necessidade de refletir sobre a compatibilidade desse modelo com as demandas da educação moderna, que prioriza o desenvolvimento de competências críticas, criativas e colaborativas. A resistência a essa metodologia é, em parte, uma resposta às limitações que ela impõe ao desenvolvimento de habilidades que envolvem a autonomia intelectual e a capacidade de pensamento reflexivo (Alves; Toschi, 2019).

Portanto, a estrutura curricular e a metodologia empregada nas escolas cívico-militares são caracterizadas pela combinação das práticas pedagógicas tradicionais da educação básica pública com os valores e práticas do ambiente militar. Embora esse modelo tenha sido defendido como uma solução para os problemas de disciplina e violência nas escolas públicas, ele suscita questionamentos sobre o impacto que pode ter na formação integral dos alunos. Além disso, gera um debate sobre a compatibilidade entre a imposição da disciplina militar e a promoção de uma educação inclusiva, crítica e voltada para o desenvolvimento pleno do potencial humano.

3.4 Análise dos Discursos Conservadores nas Diretrizes Pedagógicas

As diretrizes pedagógicas das escolas cívico-militares são permeadas por discursos que refletem uma visão conservadora de educação, com ênfase na disciplina, hierarquia, civismo e patriotismo. Esses princípios estão diretamente conectados ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais ordenado e controlado, características associadas a uma perspectiva conservadora na educação (Brasil, 2019). A análise desses discursos¹⁴ permite compreender a influência ideológica por trás das práticas pedagógicas adotadas nessas instituições.

Um dos pilares centrais nas escolas cívico-militares é a promoção de valores como o civismo e a hierarquia, que são fortalecidos por práticas cotidianas, como o

¹⁴ Para Foucault, o discurso vai além de um simples conjunto de palavras ou enunciados. Ele é uma prática social que molda e é moldada pelas relações de poder, influenciando a forma como pensamos, falamos e agimos em diferentes contextos históricos. Os discursos não são neutros; eles carregam intenções, disputas e definem o que pode ou não ser dito em determinada época. Cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 55-56.

hasteamento da bandeira e a execução de hinos, conforme observado por Silva (2021). Essas atividades são projetadas para inculcar nos alunos um profundo senso de pertencimento à nação, além de cultivar o respeito à autoridade, um princípio fundamental dentro do modelo. Dessa maneira, a pedagogia cívica não se limita a melhorar a disciplina escolar, mas também visa reforçar uma visão de mundo na qual a ordem e a obediência são consideradas virtudes indispensáveis para o desenvolvimento do caráter dos estudantes. Tais práticas buscam não apenas estabelecer um ambiente de conformidade, mas também moldar os alunos segundo padrões de comportamento que enfatizam a hierarquia e a subordinação como aspectos essenciais da formação cidadã.

As Diretrizes das Escolas Cívico-Militares (2021) reforçam a importância desses valores, destacando que as atividades diárias nas escolas devem estar orientadas por princípios de respeito à autoridade e à hierarquia, o que reflete uma estrutura de poder rígida e verticalizada (Brasil, 2021). Para Dardot e Laval (2014), a ênfase na hierarquia nas escolas cívico-militares pode ser compreendida como uma expressão do neoliberalismo conservador, que promove a obediência e o controle como formas de gerenciar as instituições educacionais.

A meritocracia também desempenha um papel central nas diretrizes conservadoras dessas escolas. O desempenho acadêmico dos alunos é frequentemente medido pelo mérito individual, com recompensas para aqueles que se destacam e punições para aqueles que não seguem as regras ou apresentam comportamento inadequado (Guimarães; Lamosa, 2018). Embora a meritocracia seja frequentemente defendida como uma forma justa de recompensar o esforço, autores como Freitas e Silva (2020) argumentam que essa abordagem desconsidera as desigualdades sociais e econômicas que afetam os alunos, reforçando as disparidades existentes em vez de mitigá-las.

As escolas cívico-militares, ao enfatizarem a disciplina como um valor essencial, visam moldar o comportamento dos alunos de forma rigorosa. De acordo com Dias e Ribeiro (2021), esse controle disciplinar é encarado como uma estratégia eficiente para promover a ordem dentro do ambiente escolar e para preparar os estudantes para os desafios futuros, inculcando-lhes responsabilidade e resiliência. Contudo, tal abordagem é alvo de críticas por parte de educadores, que argumentam que a excessiva ênfase na disciplina pode restringir a criatividade e a autonomia dos alunos, prejudicando o desenvolvimento de habilidades críticas e

reflexivas. Essas habilidades são fundamentais para a formação de indivíduos capazes de questionar, refletir e agir de forma independente.

Ademais, as diretrizes do modelo cívico-militar apresentam uma visão conservadora da cidadania, centrada na valorização do patriotismo e na obediência às leis. Segundo Mendonça (2019), essa perspectiva estreita limita a compreensão dos alunos sobre o conceito de cidadania, que deveria englobar, além do respeito às normas, a capacidade de questionar e desafiar as injustiças sociais. A educação cívica oferecida pelas escolas cívico-militares, ao dar ênfase à conformidade e ao respeito à autoridade, pode, portanto, impedir o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica, essencial para o fortalecimento da democracia e da participação social.

A estrutura hierárquica dessas escolas reflete um modelo de gestão que valoriza a centralização do poder e a obediência às normas estabelecidas. Conforme apontado por Bourdieu (2001), esse tipo de estrutura educacional tende a reproduzir as desigualdades sociais, uma vez que a ênfase na conformidade e no respeito à autoridade pode marginalizar aqueles que não se adaptam aos padrões normativos de comportamento. Dessa forma, as escolas cívico-militares podem, sem intenção, perpetuar dinâmicas de exclusão social.

A implementação do modelo cívico-militar nas escolas públicas, ao priorizar valores como a disciplina e a obediência, pode, inadvertidamente, perpetuar dinâmicas de exclusão social. Como afirmam Alves e Toschi (2019), essa militarização é um reflexo da ascensão do conservadorismo no Brasil, especialmente no contexto pós-2019, quando o governo federal passou a adotar políticas educacionais com foco na restauração da ordem e no controle dentro das instituições de ensino. A adoção desse modelo, ao enfatizar o controle rígido e a conformidade, diminui o espaço para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, limitando a expressão da diversidade e a formação de uma educação mais inclusiva.

Dardot e Laval (2014) destacam que a valorização da hierarquia e do controle nas escolas cívico-militares pode comprometer o desenvolvimento de uma educação crítica, essencial para capacitar os alunos a questionar as estruturas de poder e a analisar a realidade social de forma reflexiva. Nesse contexto, a obediência, tratada como um valor fundamental, impede a formação de cidadãos críticos e independentes, elementos essenciais para a transformação social e a construção de uma democracia sólida. A presença de militares nas escolas, com sua função de

manter a ordem e garantir a segurança, reforça a centralização do poder e a primazia da autoridade no ambiente educacional (Brasil, 2021). Essa dinâmica de poder, conforme aponta Foucault (1975), pode ser vista como uma forma de controle social, onde o objetivo é moldar os corpos e as mentes dos alunos, promovendo a conformidade e a submissão.

Além disso, a adoção de práticas pedagógicas baseadas na hierarquia e na meritocracia tende a marginalizar alunos que não se adequam aos padrões estabelecidos pelo modelo cívico-militar. Freitas e Silva (2020) argumentam que essas práticas excluem, sobretudo, alunos provenientes de grupos minoritários, criando um ambiente educacional desprovido de pluralidade e inclusão. A promoção de uma visão estreita de cidadania, centrada na obediência e no patriotismo, desconsidera a importância da formação de uma cidadania ativa e crítica, que deve envolver a capacidade de questionar e transformar as injustiças sociais.

Em termos pedagógicos, a abordagem conservadora das escolas cívico-militares suscita um debate sobre sua eficácia em promover uma educação democrática e inclusiva. Enquanto os defensores desse modelo argumentam que ele contribui para o aumento da disciplina e da segurança nas escolas, críticos apontam que a ênfase excessiva na ordem e na obediência pode comprometer a promoção de uma educação mais crítica, participativa e voltada para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres (Silva; Martins, 2022)

A análise das diretrizes pedagógicas das escolas cívico-militares, portanto, revela um movimento em que a governamentalidade neoliberal se alia a princípios conservadores, especialmente no que tange à formação de sujeitos moldados pela hierarquia, pela disciplina e pela moralidade tradicional. Como Hamann (2012) argumenta, o neoliberalismo impõe um modelo de governança baseado na maximização do desempenho individual, que é reforçado pelas práticas educacionais nas escolas cívico-militares.

A imposição de normas rigorosas e a transformação de direitos educacionais em bens de mercado não apenas moldam o comportamento dos estudantes, mas também enfraquecem a possibilidade de construção de uma educação crítica e emancipatória. Hamann (2012) sugere que, ao aplicar a lógica neoliberal no ambiente educacional, o sistema escolar se distancia da ideia de formação cidadã, ao priorizar a eficiência e o sucesso individual sobre os valores de coletividade e democracia.

Além disso, Lockmann (2020) reforça a ideia de que o neoliberalismo, ao se entrelaçar com o conservadorismo, cria um ambiente educacional autoritário, onde a liberdade individual é restringida por uma governamentalidade que busca conformar os indivíduos às normas do mercado e à ordem social estabelecida. Ela observa que, no caso das escolas cívico-militares, a intervenção estatal para assegurar que a educação seja moldada de acordo com os imperativos do mercado e os valores conservadores é uma forma eficaz de controle, onde a autonomia dos alunos é limitada pela lógica da competição e da produtividade. Lockmann (2020) também aponta que essa combinação de neoliberalismo e conservadorismo tem efeitos prejudiciais sobre a igualdade de oportunidades no ambiente educacional, pois marginaliza os alunos que não se encaixam nos padrões estabelecidos pela instituição.

A crítica de Lopes (2009) à governamentalidade neoliberal é fundamental para entender como a lógica de inclusão nas escolas cívico-militares pode ser enganosa. Ela argumenta que, ao colocar a responsabilidade sobre os indivíduos para sua adaptação ao mercado, o sistema educacional neoliberal não se preocupa com a verdadeira inclusão de grupos historicamente marginalizados, como os negros, indígenas e os alunos de classes sociais mais baixas. Essa crítica é particularmente relevante para entender as implicações do modelo cívico-militar, no qual, embora haja uma retórica de inclusão, a meritocracia e a disciplina rígida podem criar barreiras que impedem a verdadeira igualdade de acesso e participação.

De acordo com Gadelha (2016), a biopolítica e a governamentalidade, conforme exploradas por Foucault, são centrais para entender o papel do Estado no neoliberalismo, especialmente na educação. Gadelha (2016) destaca que, no caso das escolas cívico-militares, a presença da biopolítica é evidente na forma como os corpos dos alunos são disciplinados, não apenas para atender aos padrões educacionais, mas para seguir um modelo de comportamento que privilegia a conformidade.

A educação, nesse modelo, é vista como um meio de transformar os corpos e as mentes dos estudantes em cidadãos que aceitam a estrutura hierárquica e as normas sociais preestabelecidas. O controle sobre os corpos dos alunos é uma das maneiras pelas quais o neoliberalismo conservador exerce poder, buscando manter a ordem e a disciplina à custa da autonomia e da reflexão crítica.

Em uma análise mais profunda sobre a relação entre educação e neoliberalismo, Branco (2020) sublinha que, ao integrar as lógicas neoliberais de controle com práticas conservadoras de moralidade e disciplina, a educação nas escolas cívico-militares reflete um modelo de governança que é, ao mesmo tempo, punitivo e normativo. Esse modelo de educação, em que a obediência e o controle são prioritários, diminui a capacidade dos estudantes de questionar as desigualdades sociais e políticas. Branco (2020) argumenta que essa estratégia educacional não apenas forma cidadãos que aceitam a ordem vigente, mas também minimiza as possibilidades de transformar a sociedade em algo mais justo e igualitário.

Por fim, a análise das escolas cívico-militares, à luz das contribuições de Dardot e Laval (2014), Foucault (2008), Lockmann (2020), Lopes (2009), Gadelha (2016) e Branco (2020), revela a maneira como a governamentalidade neoliberal, combinada com uma ideologia conservadora, cria uma forma de educação que, embora promova a ordem e a disciplina, compromete a formação crítica e democrática dos alunos. O modelo educacional, ao focar na hierarquia e na obediência, reforça a exclusão social, cria barreiras para a participação ativa e crítica dos estudantes e, assim, limita o potencial emancipatório da educação, ao mesmo tempo em que perpetua desigualdades sociais e econômicas.

À luz dessa perspectiva, a análise das diretrizes conservadoras presentes nas escolas cívico-militares evidencia uma tensão intrínseca entre a busca pela disciplina e a hierarquia e a promoção de uma educação que valorize a autonomia e a criatividade dos alunos. A militarização do ambiente escolar, ao dar ênfase à conformidade e ao respeito à autoridade, tende a limitar o potencial emancipatório da educação, reduzindo as oportunidades para o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados. Como aponta Mendonça (2019), ao priorizar esses valores, o modelo cívico-militar compromete, de maneira significativa, a formação de indivíduos capazes de questionar e transformar a realidade, elementos essenciais para o fortalecimento da democracia e da participação ativa na sociedade.

3.5 Leis Municipais que Regulamentam as Escolas Cívico-Militares em Goiás

A análise documental empreendida evidenciou a existência de apenas duas leis municipais em Goiás que regulamentam a implementação do modelo

cívico-militar no âmbito da educação básica: a Lei nº 709/2018, do município de Alto Horizonte, e a Lei nº 1.405/2023, oriunda de Cidade Ocidental. Essa constatação, ainda que revele uma incipiente formalização jurídica desse modelo nos municípios goianos, também denuncia a fragilidade de um arcabouço legal sistematizado no plano local, o que limita a compreensão da amplitude e dos impactos da militarização da educação em contextos subnacionais.

Destarte, é possível inferir que, apesar de Goiás figurar entre os estados com maior número de unidades educacionais sob gestão cívico-militar, conforme dados do Ministério da Educação (2020), essa expansão se deu majoritariamente por meio de diretrizes estaduais ou programas federais, sem o devido respaldo legislativo das câmaras municipais. Essa ausência normativa torna-se ainda mais crítica quando se considera a necessidade de controle social e a autonomia política dos entes federativos prevista na Constituição Federal de 1988.

Ao se observar a estrutura normativa da Lei nº 709/2018, que oficializou a transformação do Colégio Municipal Professor Divino Bernardo Gomes em Colégio Municipal Militarizado, nota-se a prevalência de um modelo de gestão escolar conduzido por militares da Polícia Militar do Estado de Goiás. Esse dispositivo encontra evidente ressonância no Decreto Estadual nº 9.674/2020, que regulamenta o funcionamento das Escolas Cívico-Militares em Goiás e prevê a atuação de militares, ativos ou da reserva, em cargos de coordenação e disciplina escolar, em conformidade com os princípios da gestão hierarquizada.

Tais características, por sua vez, remetem à lógica de um paradigma gerencialista na administração educacional, que encontra eco nas teorias neoliberais, conforme elucidado por Harvey (2005), ao priorizar a eficiência administrativa, o controle disciplinar e a mensuração de resultados objetivos, como índices de desempenho acadêmico e redução da violência escolar. Nesse viés, a gestão militarizada das escolas converte-se em instrumento de regulação comportamental e padronização institucional, com evidente redução da autonomia pedagógica e da liberdade de cátedra docente.

Em contrapartida, a Lei nº 1.405/2023, de Cidade Ocidental, embora mantenha os traços estruturais do modelo cívico-militar, introduz um elemento de consulta pública para a definição da unidade escolar a ser militarizada, o que sugere, em tese, uma tentativa de participação democrática no processo decisório. Todavia, tal mecanismo consultivo não subverte a lógica verticalizada da gestão

militar, visto que as funções de comando e disciplina permanecem concentradas nas figuras dos militares designados, desvelando a natureza ambígua da democratização proposta.

Sob tal prisma, torna-se evidente que as legislações municipais analisadas dialogam diretamente com o arcabouço jurídico federal, especialmente com a Lei nº 13.415/2017, que instituiu a Política Nacional de Educação Cívico-Militar, reforçando uma visão educacional alinhada aos valores da disciplina, da ordem e do civismo. Esses preceitos, embora possam ser valorizados em determinadas abordagens pedagógicas, assumem, nesse contexto, um caráter normativo rígido, voltado para a conformação comportamental dos discentes, em detrimento da promoção de habilidades críticas.

A esse respeito, Brown (2019) assevera que o neoliberalismo transforma as instituições educacionais em espaços empresariais de controle, nos quais o foco desloca-se da formação integral para a obtenção de resultados quantificáveis e a conformidade disciplinar. Assim, a militarização da gestão escolar configura-se como uma resposta conservadora às crises educacionais, mascarando as carências estruturais com aparente eficiência organizacional.

Nesse sentido, o conteúdo disciplinar presente nas legislações analisadas — com destaque para a exigência do uso de uniformes padronizados, a imposição de regulamentos internos estritos e o cerimonial de continência — reafirma o ethos conservador que subjaz à militarização educacional. Conforme argumenta Foucault (1975), tais práticas configuram dispositivos de disciplinamento institucional, operando sobre os corpos e as condutas dos sujeitos escolares para produzir subjetividades dóceis e funcionalmente adaptadas às estruturas de poder.

A concepção de educação veiculada por essas leis aproxima-se, assim, do ideário conservador, ao entender o ambiente escolar como espaço de manutenção da ordem social e transmissão de valores tradicionais. Tal concepção é criticada por Souza (2019), para quem a educação subordinada à lógica da obediência e da autoridade atua como instrumento de controle das classes populares, limitando as possibilidades de emancipação e de mobilidade social ascendente por meio do conhecimento crítico.

Outrossim, a tendência à centralização da gestão e à uniformização dos processos pedagógicos reflete uma inflexão tecnocrática no sistema educacional, que desconsidera as especificidades culturais e sociais das comunidades escolares.

Tal diretriz vai de encontro aos princípios da gestão democrática do ensino público, consagrados no artigo 206 da Constituição Federal, que preveem a participação ativa da comunidade escolar nos rumos da educação.

Nesse aspecto, a comparação entre as leis municipais de Goiás e a legislação estadual evidencia uma uniformidade preocupante, na medida em que ambas ignoram as contribuições da pedagogia participativa, defendida por autores como Libâneo (2013), que advogam pela valorização do diálogo, da pluralidade e da construção coletiva do saber como fundamentos de uma prática educacional verdadeiramente democrática.

A despeito disso, é necessário reconhecer que o discurso oficial em defesa do modelo cívico-militar fundamenta-se em dados concretos sobre a melhora nos indicadores de segurança e desempenho das escolas militarizadas. De acordo com relatórios do MEC (2021), essas unidades registraram reduções expressivas na evasão escolar e nos índices de violência, o que fortalece sua aceitação social em determinados contextos. Contudo, tais ganhos quantitativos não anulam as críticas relativas à qualidade da formação humana oferecida.

Com efeito, a perspectiva de controle e vigilância que permeia o cotidiano dessas escolas, conforme analisado por Alves (2021), tende a sufocar o potencial criativo e crítico dos estudantes, convertendo a educação em mero instrumento de ajustamento social. Isso se torna ainda mais problemático quando se observa que a implementação desse modelo se dá, em muitos casos, à revelia dos conselhos escolares e sem ampla consulta às comunidades educativas.

A prevalência de um modelo autoritário e verticalizado, legitimado por leis municipais como as de Alto Horizonte e Cidade Ocidental, reflete, assim, uma estratégia política mais ampla de reprodução das desigualdades sociais por meio da educação. Segundo Harvey (2005), o neoliberalismo não apenas promove a privatização da economia, mas também captura as estruturas estatais para reproduzir relações de poder e dominação, o que se manifesta claramente na militarização das escolas públicas.

Destarte, o estudo das legislações municipais goianas permite vislumbrar não apenas os aspectos formais da implementação do modelo cívico-militar, mas também os significados simbólicos e ideológicos que o sustentam. A disciplina, a hierarquia e o culto à pátria, embora apresentados como virtudes cívicas, operam

como instrumentos de subjetivação autoritária, limitando a autonomia dos sujeitos escolares e esvaziando o sentido emancipador da educação.

Com isso, mesmo os dispositivos legais que tentam incorporar mecanismos participativos, como a consulta pública prevista na Lei nº 1.405/2023, mostram-se insuficientes para romper com a lógica de controle e vigilância que estrutura o modelo. A consulta torna-se, nesse contexto, um mero rito procedimental, incapaz de assegurar a participação efetiva da comunidade escolar na definição das diretrizes pedagógicas.

Portanto, a militarização da educação pública, em sua configuração atual, aproxima-se mais de uma política de contenção social do que de um projeto pedagógico genuinamente comprometido com a formação crítica e cidadã. Ao reproduzir os valores do conservadorismo e da gestão neoliberal, tais políticas fragilizam os princípios democráticos e aprofundam as desigualdades educacionais, sobretudo em regiões periféricas e vulneráveis.

A análise das leis municipais de Goiás, assim, revela não apenas a materialidade jurídica do processo de militarização, mas também suas implicações pedagógicas, sociais e políticas. Diante disso, torna-se imprescindível que futuras legislações e pesquisas sobre o tema avancem na direção de uma abordagem crítica, comprometida com os valores da justiça social, da equidade e da construção de uma escola verdadeiramente democrática.

4 ANÁLISE DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DE VICENTINÓPOLIS: DISCURSO CONSERVADOR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, situada no estado de Goiás, foi integrada ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) a partir do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, configurando-se como uma das diversas instituições públicas que passaram por processos de reestruturação no escopo da política de militarização da educação. Conforme relatado por fontes oficiais, sua origem remonta à transformação da então Escola Municipal Manoel Fernandes da Cunha, a qual, no ano de 2020, passou a ser identificada como Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha, em consonância com a nova estrutura organizacional do modelo cívico-militar.

A análise empreendida no capítulo anterior concentrou-se no estudo da legislação de natureza federal e estadual que regulamenta as escolas cívico-militares em Goiás, utilizando-se das normativas jurídicas que respaldam a criação dessas unidades no plano governamental superior. Entretanto, ao adentrar o terceiro capítulo, o escopo metodológico previa uma investigação da legislação municipal específica, presumidamente originada na Câmara Municipal de Vicentinópolis, com o intuito de identificar o instrumento legal que teria formalizado a implementação da referida escola neste município.

Não obstante, verificou-se a ausência de acesso ao suposto texto normativo municipal, o que representou um significativo entrave para a execução da proposta analítica. Foram realizadas diligências junto aos principais canais institucionais – dentre eles, os sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, da Secretaria de Educação local e da própria unidade escolar –, porém nenhuma dessas fontes apresentou disponibilização pública ou confirmação da existência da norma que teria embasado juridicamente a transformação da escola em questão em uma unidade cívico-militar.

Essa limitação informacional inviabilizou o acesso à legislação municipal pretendida, comprometendo a análise documental originalmente delineada. No entanto, essa ausência de dados públicos não deve ser tratada apenas como um obstáculo metodológico, mas como um elemento que merece problematização. A indisponibilidade ou dificuldade de acesso a documentos oficiais pode refletir falhas de transparência institucional, negligência na preservação da memória

administrativa ou mesmo resistências políticas à publicização de normas que envolvem processos de militarização escolar. Em virtude desse impasse, foi necessário reorientar o percurso metodológico da pesquisa, centrando a investigação nos documentos institucionais efetivamente acessíveis, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar da Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha.

No que tange ao PPP da referida instituição, conforme registrado no documento de 2024 (Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha, 2024, p. 23), observa-se uma proposta educacional estruturada a partir da valorização da excelência pedagógica, entendida como a primazia da qualidade sobre a quantidade, aliada à exaltação de valores patrióticos e cívicos, os quais são tratados como fundamentos indispensáveis para o pleno exercício da cidadania. Esse discurso educacional revela-se fortemente permeado por princípios associados à doutrina militar, sugerindo uma concepção de formação cidadã baseada na submissão à autoridade e na manutenção da ordem.

Ainda de acordo com o PPP, a estrutura pedagógica da escola se assenta sobre cinco pilares: disciplina, hierarquia institucional, civismo e patriotismo, cidadania, ética e moral. Tal configuração reforça a ideia de uma orientação pedagógica conservadora, que busca moldar o comportamento dos alunos segundo padrões previamente definidos, com ênfase na conformidade normativa e no respeito às estruturas hierárquicas. Nesse sentido, conforme analisa Foucault (2014), a disciplina, enquanto tecnologia de poder, atua na normalização dos corpos e saberes, limitando a autonomia intelectual dos sujeitos e dificultando o desenvolvimento da criticidade. A escola, nesse modelo, deixa de ser um espaço de emancipação e passa a operar como um dispositivo de controle que produz subjetividades adaptadas à ordem vigente.

Em consonância com o discurso institucional, verifica-se a tentativa de legitimar a proposta militarizada como resposta eficaz aos desafios enfrentados pelas escolas públicas convencionais, sobretudo no que diz respeito à indisciplina e à insegurança. Tal narrativa, recorrente em documentos oficiais e nos discursos de gestores do modelo cívico-militar, reforça a crença de que a autoridade militar seria um elemento catalisador da eficiência escolar. No entanto, como observa Freitas e Silva (2020), essa aposta na hierarquização pode traduzir-se em exclusão. Isso ocorre na medida em que reprime a diversidade e desestimula a

expressão de subjetividades dissidentes.

A ausência de transparência na divulgação da legislação municipal também suscita preocupações relativas à legalidade e à legitimidade do processo de militarização escolar no município. A não disponibilização do documento oficial pode ser interpretada como uma forma de opacidade institucional, que dificulta o controle social e a participação cidadã nas decisões públicas. Tal cenário compromete o princípio da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, e fragiliza a base democrática que deveria nortear a gestão educacional.

É importante salientar, ademais, que a inexistência de informações claras e acessíveis sobre o marco legal municipal contribui para uma lacuna significativa no acompanhamento crítico do modelo cívico-militar. Conforme argumenta Alves e Toschi (2019), a ausência de debate público e a imposição vertical de políticas educacionais conservadoras representam estratégias de contenção ideológica que, em última instância, buscam desmobilizar os espaços escolares como arenas de disputa política e construção coletiva do saber.

Nesse contexto, a escolha metodológica de recorrer ao PPP e ao Regimento Escolar como fontes primárias de análise não apenas revelou os valores predominantes na proposta pedagógica da instituição, mas também evidenciou a carência de mecanismos democráticos de controle social sobre a implementação de modelos educacionais autoritários. Conforme ponderam Silva e Martins (2022), a legitimação dessas práticas, sob o manto da ordem e da eficiência, pode ocultar projetos ideológicos que visam moldar subjetividades segundo uma racionalidade conservadora.

Destarte, a estrutura curricular e normativa da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis sugere uma reprodução de padrões culturais e políticos centrados na autoridade e na moral tradicional. Tais princípios, embora apresentados como promotores de disciplina e civismo, podem, paradoxalmente, silenciar vozes dissonantes e marginalizar identidades que escapam ao modelo hegemônico imposto. Assim, como adverte Foucault (1975), a disciplina exercida em ambientes escolares não deve ser dissociada de seus efeitos de poder, pois atua na constituição de corpos dóceis e subjetividades domesticadas.

Por fim, a análise dos documentos internos da instituição permitiu uma compreensão mais aprofundada da proposta educacional adotada, mesmo na ausência do respaldo normativo municipal. A investigação revelou, de forma

contundente, o enraizamento de valores conservadores e militarizados no cotidiano pedagógico da escola, bem como os riscos implicados na adoção de modelos educativos que priorizam a disciplina em detrimento da pluralidade, da crítica e da emancipação cidadã.

4.1 Caracterização da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis

A Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, localizada no estado de Goiás, faz parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), estabelecido pelo Decreto nº 10.004, de 2019. Originada da transformação da Escola Municipal Manoel Fernandes da Cunha, a instituição passou a ser denominada Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha em 2020, conforme a Lei Municipal nº 753/2019 (Brasil, 2019).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição enfatiza a busca por uma educação de excelência, priorizando a qualidade sobre a quantidade. Essa proposta é sustentada pela promoção do civismo e da cidadania, visando resgatar valores essenciais para uma convivência humanística (Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha, 2024, p. 23). O PPP é fundamentado em cinco pilares: disciplina interativa, hierarquia institucional, civismo e patriotismo, cidadania, ética e moral. Esses pilares revelam uma intenção clara de promover um modelo educacional que se afaste de abordagens críticas e emancipatórias, em favor de uma perspectiva que valoriza a ordem e a conformidade.

A estrutura organizacional da escola é militarizada, composta por um Comandante/Diretor, uma Diretora Pedagógica, uma Vice-Diretora Pedagógica, uma Secretária Geral, equipe pedagógica, professores, funcionários administrativos e de serviços gerais, além de Policiais Militares da Reserva Remunerada (R/R) atuando na instituição. Essa configuração evidencia a lógica militar na gestão escolar e reflete uma hierarquia rígida que permeia as relações dentro do ambiente educacional (EMMMFC, 2024).

Assim, a proposta educacional da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis enfatiza valores como disciplina, hierarquia, civismo, patriotismo e moralidade, alinhando-se a uma concepção de educação que privilegia princípios e valores militares. A análise das diretrizes e normas institucionais da escola revela uma

resistência a abordagens críticas, destacando a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os impactos da militarização na formação dos alunos.

A Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha (EMMMFC) busca "proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização e preparo para o exercício da cidadania, resgatando o civismo, patriotismo, urbanidade e a cooperação mútua" (EMMMFC, 2020, Art. 4º, § 2º, I). Essa visão educacional, que se concentra no desenvolvimento de valores cívicos e patrióticos, está em sintonia com os objetivos mais amplos das escolas cívico-militares, cuja meta é "formar cidadãos éticos, disciplinados e patriotas" (Brasil, 2021, p. 10).

Gerida pela Secretaria Municipal de Educação de Vicentinópolis, a EMMMFC é regulamentada por um regimento escolar que estabelece sua organização pedagógica, administrativa e disciplinar. Nesse documento, emergem diversos discursos conservadores, tanto nas diretrizes institucionais quanto nas políticas pedagógicas. Uma análise detalhada desses discursos é fundamental para entender como a militarização da educação pode influenciar a formação de uma cultura escolar que valoriza a obediência e a conformidade em detrimento de um ambiente de ensino que promova a crítica e a reflexão.

Diante do exposto, a EMMMFC configura-se como um espaço educacional que, embora busque a excelência e o desenvolvimento integral dos alunos, o faz através de uma lente conservadora. As diretrizes e normas que regem a instituição não apenas moldam a experiência educacional, mas também refletem um contexto mais amplo de militarização das escolas no Brasil, que tem sido implementado em diferentes esferas governamentais (Alves; Toschi, 2019). Essa militarização gera debates intensos sobre os efeitos na formação dos estudantes e na cultura escolar, sendo necessária uma avaliação crítica sobre os impactos a longo prazo dessa abordagem na sociedade.

A análise dos documentos oficiais da EMMMFC revela a predominância de discursos conservadores que podem limitar a potencialidade transformadora da educação. Embora a ênfase em valores como disciplina e hierarquia possa ser vista como positiva em determinados contextos, também pode implicar na restrição de uma educação mais ampla, que valorize a diversidade de pensamentos e a capacidade crítica dos alunos. Assim, a Escola Cívico-militar de Vicentinópolis, ao incorporar esses discursos, insere-se em um debate mais amplo sobre os rumos da

educação no Brasil e a relevância de se considerar as implicações sociais e políticas dessa militarização.

4.2 Discursos Conservadores nas Diretrizes e Normas Institucionais

A análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis evidencia a presença desses discursos conservadores em suas diretrizes e normas institucionais. Esses aspectos manifestam-se de diversas maneiras, que serão destacadas a seguir.

Em primeiro lugar, a ênfase na disciplina, hierarquia e obediência é apresentada como um pilar fundamental da proposta educacional da escola. O PPP afirma que “a hierarquia é a ordenação da cadeia de comando, a ser seguida pelos integrantes, com a ordenação progressiva de autoridade, dentro de uma organização Militar ou Militarizada, de acordo com as atribuições de cargo ou função, bem como o nível de responsabilidade de cada integrante” (EMMMFC, 2024, p. 18). Essa perspectiva se alinha a uma visão militarizada e autoritária da educação, afastando-se de uma abordagem democrática e participativa.

Observa-se no documento uma valorização expressiva de princípios conservadores, materializados na exaltação do civismo, do patriotismo e da moralidade enquanto pilares estruturantes do projeto pedagógico em questão. Tal orientação é reiterada pelo Projeto Político-Pedagógico ao afirmar que compete à instituição escolar “instruir os(as) alunos(as) sobre os comandos militares; sobre a postura cívica e social” (EMMMFC, 2024, p. 34), revelando, assim, uma concepção educativa ancorada em valores nacionalistas e em uma moral social normatizadora.

A centralidade atribuída a tais elementos traduz uma visão pedagógica que, sob o pretexto da formação ética e cívica, promove uma homogeneização comportamental e ideológica. Isso está em consonância com uma racionalidade que privilegia a ordem, a tradição e a disciplina, em detrimento da pluralidade cultural e da criticidade no processo formativo.

Adicionalmente, o documento ressalta a importância da 'Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País' (EMMMFC, 2024, p. 21-22), reforçando a centralidade desses aspectos na proposta pedagógica da escola. Essa ênfase em civismo, patriotismo e moralidade reflete uma visão conservadora da educação, alinhada a

uma perspectiva de formação de cidadãos obedientes e leais ao Estado, em detrimento de uma abordagem crítica e emancipatória.

A análise do regimento escolar da EMMMFC corrobora a presença de discursos conservadores. A ênfase dada à disciplina, hierarquia e obediência, características típicas de uma estrutura militar, é evidente. O regimento estabelece que a escola será "regida por este Regimento Escolar" (EMMMFC, 2020, Art. 2º), o que denota uma rigidez normativa e uma perspectiva de controle e regulação das ações e comportamentos dos indivíduos. Essa ênfase na normatização e no controle pode ser compreendida à luz da noção de governamentalidade neoliberal, conforme discutido por Foucault (2008) e Lemke (2001). Nessa perspectiva, o Estado busca governar a conduta dos indivíduos não apenas por meio de leis e sanções, mas também através da internalização de determinados valores e padrões de comportamento.

Outro elemento presente no regimento é a valorização do "civismo, patriotismo, urbanidade e a cooperação mútua" como objetivos da formação dos alunos (EMMMFC, 2020, Art. 4º, § 2º, I). Embora esses valores possam parecer universais, no contexto das escolas militarizadas, eles assumem um caráter conservador ao serem instrumentalizados para promover conformidade social e manutenção da ordem estabelecida. A ênfase excessiva em virtudes como o patriotismo e o civismo pode deslocar o foco da educação crítica e transformadora, priorizando a obediência e a aceitação das estruturas de poder vigentes. Essa abordagem tende a naturalizar hierarquias e desencorajar o questionamento, limitando o desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma nos estudantes (Dias; Ribeiro, 2021).

Além disso, o regimento estabelece uma rígida hierarquia e organização militar na estrutura da escola, com a presença de cargos e funções como "Comandante/Diretor", "Subcomandante", "Chefe Geral" e "Chefe de Turma" (EMMMFC, 2020, Capítulo III). Essa estrutura hierárquica, associada à linguagem militar, reflete a lógica castrense na gestão escolar, o que, no contexto da militarização da educação, reforça uma visão conservadora. A centralização do poder e a ênfase na disciplina como controle, em vez de desenvolvimento pessoal, tendem a naturalizar relações de autoridade verticalizadas, desencorajando a participação democrática e a construção coletiva do conhecimento. Essa dinâmica

pode suprimir a individualidade e a diversidade de pensamento, elementos essenciais para uma educação que valoriza a criatividade e a transformação social.

A lógica militarizada, portanto, não se limita à organização interna da escola, mas influencia também a forma como os estudantes são preparados para interagir com a sociedade. Ao priorizar a ordem e a obediência em detrimento do pensamento crítico e da autonomia, essas práticas reforçam uma visão de educação que reproduz, em vez de transformar, as desigualdades e estruturas de poder existentes. Nesse sentido, a militarização da educação pode ser entendida como um mecanismo de controle que, embora justificado pela busca de disciplina e segurança, acaba por limitar as possibilidades de uma formação integral e emancipadora.

Destarte, a preponderância atribuída à disciplina rigorosa, à estrutura hierarquizada e ao controle comportamental no âmbito das escolas cívico-militares pode ser compreendida sob a ótica da governamentalidade neoliberal, conforme elucidado por Foucault (2008), ao analisar os dispositivos de poder que perpassam as instituições modernas. Segundo essa perspectiva, o aparato escolar militarizado opera como um instrumento de normalização das condutas, promovendo uma subjetivação calcada na vigilância constante e na internalização de normas de obediência, eficiência e autocontrole. Assim, o ambiente escolar deixa de ser um espaço privilegiado para o exercício da autonomia e da criatividade, tornando-se antes um locus de conformação disciplinar, onde o indivíduo é incitado a responsabilizar-se integralmente por sua performance, ainda que em detrimento de sua formação crítica e cidadã.

Portanto, a análise das diretrizes e normas institucionais da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis revela a presença de discursos conservadores que priorizam a disciplina, a hierarquia, o civismo, o patriotismo e a moralidade, em detrimento de uma perspectiva democrática e participativa de educação. Essa configuração sugere que a proposta educacional da escola busca não apenas uma formação acadêmica, mas também uma conformidade social que perpetue as normas e valores estabelecidos.

4.3 Manifestações do Conservadorismo nas Políticas Pedagógicas Militares

As diretrizes e normas de viés conservador delineadas no Projeto Político-Pedagógico da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis manifestam-se de forma contundente nas práticas e nas políticas pedagógicas adotadas pela instituição. Essa influência transparece em diversos componentes do cotidiano escolar, sinalizando uma proposta educacional que valoriza a obediência, a hierarquia e a disciplina como fundamentos estruturantes do processo formativo, em consonância com os preceitos ideológicos do conservadorismo educacional.

Destarte, verifica-se que a formação do sujeito escolar é concebida sob a égide de uma cidadania que privilegia a conformidade às normas estabelecidas e a submissão às instâncias superiores. Isso é evidenciado na assertiva de que é imprescindível "desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhes assegurem um futuro promissor, onde estejam conscientes de seus direitos e obrigações de cidadão" (EMMMFC, 2024, p. 35). A centralidade atribuída à interiorização de valores como obediência, respeito e disciplina revela uma racionalidade normativa que reitera a manutenção das estruturas sociais vigentes.

Em consonância com essa lógica, há uma notória valorização da verticalidade nas relações interpessoais e pedagógicas. A construção de uma subjetividade educacional orientada para o respeito à hierarquia e à lealdade institucional evidencia uma proposta que privilegia a reiteração dos papéis sociais historicamente legitimados. Conforme observa-se no discurso pedagógico da escola, essa concepção está permeada por ideais que associam a ordem e o progresso à subordinação das vontades individuais às diretrizes da coletividade, especialmente quando mediadas por estruturas militares.

A compreensão de que tais diretrizes configuram um posicionamento conservador fundamenta-se na crítica à priorização da ordem e da disciplina como valores máximos da convivência escolar, em detrimento da promoção do pensamento crítico e da autonomia reflexiva dos discentes. Sob esse prisma, a escola torna-se um espaço de reprodução de comportamentos padronizados, reduzindo as possibilidades de emancipação intelectual e social dos alunos, conforme argumentam Dias e Ribeiro (2021).

Destarte, o PPP da referida instituição atua como vetor de um projeto de sociedade que valoriza a manutenção do status quo e da autoridade como fundamentos da convivência. A idealização da família como célula normativa da moralidade social, aspecto recorrente nos discursos conservadores, é transposta para o ambiente escolar por meio da valorização de modelos disciplinares rígidos, pautados em papéis sociais fixos e relações hierarquizadas.

Em contrapartida a uma abordagem pedagógica libertadora, que se orienta pela formação de sujeitos autônomos e críticos, o modelo adotado reafirma uma lógica de controle e homogeneização dos comportamentos. A escola, nesse contexto, assume um papel quase doutrinário, responsável por moldar os indivíduos segundo padrões pré-estabelecidos de conduta moral, social e patriótica.

Além disso, o culto à autoridade e à lealdade institucional reverbera na construção de um ideal de cidadania que se distancia da participação política e do exercício ativo de direitos. A internalização de tais valores pode resultar na formação de sujeitos passivos diante das desigualdades sociais, conforme aponta Saviani (2017), ao defender que uma pedagogia voltada exclusivamente para a disciplina e o civismo esvazia o potencial transformador da educação.

A sistemática adoção de rituais cívicos e militares, como a "execução da ordem unida pelos militares com os(as) alunos(as) no pátio da Escola" e a entoação de múltiplos hinos nacionais e estaduais (EMMMFC, 2024, p. 34), representa uma forma de inculcar nos educandos uma identidade nacionalista, coadunada com os preceitos morais do conservadorismo. Tais práticas reiteram uma pedagogia do comportamento, baseada na repetição e na obediência simbólica.

Neste contexto, a estrutura escolar militarizada atua como um dispositivo de disciplinarização dos corpos e das mentes, conforme analisado por Foucault (2008), ao tratar da governamentalidade moderna. A padronização das condutas, mediada por símbolos de autoridade e por ritos de passagem institucionalizados, configura um processo sistemático de formação de subjetividades dóceis, em desacordo com os ideais democráticos de participação e contestação.

Em perspectiva crítica, a repetição ritualizada de hinos e comandos militares não se limita à expressão do patriotismo, mas configura uma pedagogia simbólica que associa o pertencimento nacional à submissão institucional. Trata-se, portanto, de uma prática que reforça a alienação política ao transformar valores cívicos em mecanismos de controle ideológico.

Vale sublinhar que a abordagem conservadora presente no PPP da escola militarizada dialoga com uma racionalidade neoliberal, que responsabiliza o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, deslocando a atenção das condições estruturais que produzem desigualdades. Ao valorizar a meritocracia, a disciplina e a obediência, esse modelo escolar contribui para a legitimação de um sistema social hierárquico e excludente.

Segundo Guimarães e Lamosa (2018), esse tipo de formação visa não à emancipação dos sujeitos, mas à sua adaptação a uma lógica de mercado e a um modelo de cidadania restritiva, que desestimula a participação política autônoma e a crítica social. A inserção da lógica militar no cotidiano escolar transforma a escola em um espaço de vigilância e conformidade, afastando-se do ideal de um espaço plural e democrático de aprendizagem.

A retórica da moralização e da ordem social, amplamente difundida nos documentos institucionais da escola, sustenta uma concepção de educação voltada à reprodução dos valores tradicionais e à contenção das demandas por mudança social. Nessa lógica, a escola deixa de ser um ambiente de formação de sujeitos questionadores para tornar-se um local de reprodução de subjetividades dóceis e ajustadas ao modelo social vigente.

Ao promover uma cultura escolar baseada na autoridade e na disciplina, o projeto pedagógico da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis converge com o ideário de controle social característico de contextos autoritários. Essa forma de educação distancia-se de projetos pedagógicos democráticos e emancipadores, que buscam fomentar o pensamento crítico, o debate plural e o reconhecimento da diversidade.

Em última instância, o modelo educacional adotado por essa escola reforça uma concepção tecnocrática de educação, que valoriza resultados comportamentais em detrimento da formação integral do sujeito. A cidadania, nesse contexto, é concebida como um conjunto de deveres a serem cumpridos sob vigilância, e não como um exercício de direitos a ser realizado de maneira autônoma e crítica.

Dessa maneira, a proposta pedagógica da escola militarizada inscreve-se em um projeto civilizatório excludente, que naturaliza as desigualdades sociais e reforça as estruturas de poder, inviabilizando a construção de uma sociedade democrática e plural. Ao subordinar a educação à lógica da ordem e da moral tradicional, o PPP abandona a premissa de que a escola deve ser espaço de liberdade, reflexão e transformação social.

Além disso, o PPP reforça a importância da "Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País" (EMMMFC, 2024, p. 21-22). Essa imposição não apenas centraliza aspectos conservadores na proposta pedagógica da escola, mas também limita a diversidade curricular e a capacidade dos alunos de desenvolverem uma visão crítica sobre a sociedade em que vivem. A inclusão obrigatória de disciplinas que promovem valores conservadores pode criar um ambiente educacional que privilegia a conformidade e desestimula a reflexão crítica, conforme argumentam Dias e Ribeiro (2021).

A análise do regimento escolar da Escola Municipal Militarizada Manoel Fernandes da Cunha (EMMMFC) também revela a presença de discursos conservadores em suas políticas pedagógicas (EMMMFC, 2020, Art. 4º, § 1º, I-II). Essa concepção de educação, centrada no domínio de habilidades básicas e na formação de um "cidadão" que se encaixa nos valores estabelecidos, revela uma perspectiva conservadora e tecnicista que se distancia de uma abordagem crítica e emancipatória (Freitas; Silva, 2020). Segundo Guimarães e Lamosa (2018), essa visão da educação é limitada, pois se concentra apenas no desenvolvimento de habilidades que atendem às exigências do mercado, negligenciando a formação integral do indivíduo.

Outro elemento presente nas políticas pedagógicas da EMMMFC que merece atenção é a ênfase na "valorização do mérito do trabalhador da Educação" e no "plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da Educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho" (EMMMFC, 2020, Art. 4º, XIII-XIV). Conforme apontado por Freitas e Silva (2020), essa abordagem meritocrática "ignora as desigualdades sociais e econômicas que afetam os alunos, reforçando as disparidades existentes em vez de mitigá-las".

Nesse sentido, Guimarães e Lamosa (2018) argumentam que a "ênfase na meritocracia e na responsabilidade individual" é uma característica da governamentalidade neoliberal, que "prioriza a eficiência e a produtividade como indicadores de sucesso", em detrimento de uma educação mais inclusiva e equitativa. Portanto, essa característica das políticas pedagógicas da EMMMFC reflete mais uma influência neoliberal do que propriamente um elemento conservador.

Essa perspectiva meritocrática presente na Escola Cívico-Militar se alinha à lógica do neoliberalismo, que "responsabiliza os indivíduos pelo seu próprio sucesso ou fracasso, desconsiderando os fatores estruturais e as desigualdades sociais que permeiam o campo educacional" (Santos; Alves, 2022).

O neoliberalismo defende a ideia de que "o êxito ou o fracasso das pessoas dependem exclusivamente do seu esforço e mérito individual, ignorando as condições sociais, econômicas e culturais que afetam as oportunidades educacionais" (Freitas; Silva, 2020). Essa visão individualista "transfere a responsabilidade pelos resultados educacionais dos alunos para eles próprios e suas famílias, eximindo o Estado de seu papel de garantir uma educação pública de qualidade e equitativa" (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021).

Ao adotar essa lógica meritocrática, a Escola Cívico-Militar "cria um ambiente de competição entre educadores e alunos, em vez de promover uma cultura de colaboração e solidariedade, essenciais para uma educação emancipatória e transformadora" (Santos; Alves, 2022). Essa dinâmica competitiva "reforça as desigualdades existentes, pois aqueles que possuem menos recursos têm mais dificuldades de se destacar e alcançar o 'sucesso' definido pelos padrões da instituição" (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021).

Portanto, a ênfase na meritocracia na Escola Cívico-Militar está alinhada à lógica neoliberal, que "responsabiliza os indivíduos por seus resultados e desconsidera as barreiras estruturais que afetam as oportunidades educacionais" (Freitas; Silva, 2020). Ao adotar a meritocracia como princípio, essa abordagem estrutura a escola de maneira competitiva, reforçando a ideia de que o sucesso depende unicamente do desempenho individual, sem considerar as dinâmicas sociais mais amplas (Safatle; Da Silva Junior; Dunker, 2021).

Além disso, o regimento da EMMMFC estabelece que o currículo da escola deverá incluir "aulas de Educação Religiosa para o Ensino Fundamental, atendendo a Resolução CME nº. 02/2017, de 16 de agosto de 2017" (EMMMFC, 2020, Art. 4º, IX). Essa determinação revela uma influência de valores e princípios religiosos na definição do currículo escolar, o que pode ser interpretado como uma manifestação do conservadorismo presente na instituição. A inclusão de disciplinas religiosas no currículo pode limitar a pluralidade de ideias e a liberdade de pensamento, perpetuando visões de mundo que não contemplam a diversidade cultural e religiosa da sociedade contemporânea (Dias; Ribeiro, 2021).

Essas características conservadoras presentes nas políticas pedagógicas da EMMMFC se alinham com a agenda neoliberal e com uma visão de educação voltada para a conformidade social, o controle dos indivíduos e a perpetuação de relações de poder assimétricas (Mendonça, 2019; Silva, 2022). A educação, ao invés de ser um espaço de formação crítica e transformação social, torna-se um mecanismo de reprodução das desigualdades e das estruturas de poder existentes.

Diante do exposto, fica evidente que as políticas pedagógicas da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis, em grande medida, são reflexo de uma concepção conservadora que prioriza a disciplina e a obediência em detrimento da crítica. Conforme argumenta (Dias e Ribeiro 2021), "essa abordagem educacional reforça a ideia de que a educação deve ser um meio de formar cidadãos obedientes, em vez de críticos". Essa realidade desafia educadores, gestores e a sociedade a refletirem sobre o papel da educação na formação de cidadãos capazes de questionar e transformar a realidade social. Para (Foucault, 2008), "a governamentalidade neoliberal conservadora opera por meio da internalização de normas e padrões de comportamento, limitando a capacidade dos indivíduos de se engajarem em práticas transformadoras". Dessa forma, a ênfase da Escola Cívico-Militar na disciplina e na hierarquia pode comprometer o desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma nos estudantes, conforme destacado por Dias e Ribeiro (2021).

Por fim, a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-militar de Vicentinópolis mostra como os discursos conservadores e neoliberais coexistem em sua proposta educacional. Embora tenham características distintas, essas duas perspectivas se articulam no contexto escolar, influenciando tanto a forma como a escola é organizada quanto a maneira como os alunos são preparados para a vida em sociedade.

No que diz respeito aos aspectos conservadores, o PPP dá grande ênfase à disciplina, à hierarquia e à obediência como princípios essenciais da educação. Como apontam Dias e Ribeiro (2021), essa abordagem está ligada a modelos pedagógicos que reforçam a ordem e a autoridade dentro do ambiente escolar. Já a lógica neoliberal segue um caminho diferente: segundo Foucault (2008), ela busca formar indivíduos autônomos, responsáveis por seu próprio desempenho e capazes de se autogerir dentro de um sistema competitivo.

Outro ponto presente no documento é a valorização do civismo, do patriotismo e da moralidade, que orientam a conduta dos alunos de acordo com

determinados princípios normativos. No contexto neoliberal, como destacam Dardot e Laval (2017), a educação também tem o papel de preparar os indivíduos para se adaptarem às exigências do mercado. Assim, ainda que tenham fundamentos distintos, os discursos conservador e neoliberal acabam se complementando dentro da estrutura educacional da escola cívico-militar.

Por outro lado, a análise do PPP também revela aspectos neoliberais, como a ênfase na responsabilização individual. Conforme apontam Santos e Alves (2022), essa abordagem ignora as desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos alunos, responsabilizando-os individualmente por seu sucesso ou fracasso. Essa lógica neoliberal pode criar um ambiente de competição entre educadores e alunos, em vez de promover uma cultura de colaboração e solidariedade, essencial para uma educação emancipatória.

Portanto, é fundamental compreender a distinção entre os discursos conservadores, como a disciplina, hierarquia e moralidade, e os aspectos neoliberais, como a responsabilização individual e a gestão gerencialista, presentes na proposta educacional da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis. Essa análise permite entender como essas diferentes perspectivas ideológicas se manifestam e interagem no contexto escolar, evidenciando a complexidade da militarização da educação.

4.4 A Governamentalidade Neoliberal Conservadora nos Documentos da Gestão Escolar

A leitura crítica do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis evidencia, de forma notável, a incorporação de traços distintivos da governamentalidade neoliberal de viés conservador, imprimindo à organização escolar uma racionalidade orientada por princípios de eficiência técnica, responsabilização individualizada e controle normativo dos processos educativos. Essa configuração discursiva, longe de restringir-se à mera operacionalização de conteúdos curriculares, revela uma concepção de educação imbricada em estratégias mais amplas de gestão social e política, nas quais a formação cidadã é redimensionada segundo padrões produtivistas e meritocráticos, frequentemente em detrimento de princípios igualitários e democráticos.

4.5 Responsabilização Individual

A abordagem neoliberal conservadora, presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, destaca, de maneira clara, a responsabilização individual dos alunos e de suas famílias pelo desempenho escolar, seja ele positivo ou negativo. O PPP enfatiza a necessidade de “fomentar a participação dos pais/responsáveis dos alunos, visando seu melhor rendimento, visto que é na família que ele encontra motivação e suporte para o seu crescimento como cidadão” (EMMMFC, 2024, p. 25). Com isso, há uma transferência da responsabilidade educacional, que historicamente deveria ser do Estado, para as famílias e indivíduos.

Essa visão reflete uma lógica neoliberal, que, como apontado por Mendes (2019), tem ganhado força nas políticas educacionais atuais. A ideia subjacente é que o sucesso escolar depende, principalmente, do esforço individual e do apoio familiar. Contudo, essa abordagem é problemática, uma vez que desconsidera fatores socioeconômicos que afetam diretamente o desempenho dos alunos. A pobreza, a falta de recursos educacionais e a instabilidade familiar são condições que, muitas vezes, dificultam o sucesso acadêmico.

Além disso, ao reforçar a ideia de que o sucesso depende apenas do esforço pessoal, essa lógica pode gerar estigmas contra aqueles que enfrentam dificuldades. Alunos provenientes de famílias com menos recursos podem ser rotulados como “preguiçosos” ou “desmotivados”, sem que se leve em consideração as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano. Essa visão, portanto, não só perpetua as desigualdades já existentes, mas também contribui para a marginalização de estudantes que estão em situações vulneráveis.

Pesquisadores como Silva (2019) argumentam que essa transferência de responsabilidade para as famílias desvia o foco das falhas estruturais do sistema educacional. Em vez de pressionar o Estado a garantir uma educação de qualidade e justa para todos, coloca-se a culpa nos alunos e em seus responsáveis. Essa abordagem cria uma cultura de culpabilização, onde as dificuldades são vistas como falhas pessoais e não como reflexo de desigualdades sociais profundas.

A responsabilização também se reflete nas expectativas de desempenho. O PPP sugere que os alunos sejam proativos em sua educação, algo que pode ser positivo em um contexto ideal. No entanto, sob a ótica neoliberal, essa expectativa

se transforma em uma pressão que ignora as complexas realidades vividas por muitos estudantes. Ao esperar que todos se comportem como "agentes autônomos", sem considerar as dificuldades que enfrentam, cria-se uma visão simplista da educação.

Portanto, a ênfase na responsabilização individual, presente na gestão escolar da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, não só reflete uma perspectiva neoliberal, mas também reforça as desigualdades e desconsidera as realidades sociais dos alunos. É essencial que essa abordagem seja repensada para que se construa uma educação mais justa, que leve em conta as diversas realidades dos estudantes e busque soluções que transcendam a simples responsabilização individual.

4.6 Gestão Escolar e Princípios Gerencialistas

A governamentalidade neoliberal conservadora também se reflete na gestão escolar, orientada por princípios de eficiência, produtividade e competitividade. No Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, destaca-se a busca por "resultados educativos positivos, com a participação e apoio efetivo dos docentes, dos pais e da comunidade escolar como um todo" (EMMMFC, 2024, p. 23-24). Essa perspectiva revela uma abordagem gerencialista, que trata a educação como uma atividade a ser administrada e otimizada, assemelhando-se à lógica empresarial.

Esse modelo gerencialista tem suas raízes na lógica neoliberal, que prioriza a eficiência e a produtividade como indicadores de sucesso. Conforme Lima (2020), sob essa ótica, a educação é frequentemente reduzida a métricas de desempenho, como taxas de aprovação e resultados em testes padronizados. Isso pode gerar uma ênfase excessiva nos resultados quantitativos, em detrimento de aspectos qualitativos, como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade e pensamento crítico, que são essenciais para a formação integral dos alunos.

A valorização da eficiência e da produtividade pode criar um ambiente escolar altamente competitivo, no qual tanto alunos quanto educadores são incentivados a se destacar em relação aos outros. De acordo com Santos e Alves (2022), essa competitividade pode trazer benefícios em determinados contextos, mas também pode gerar uma pressão excessiva sobre os alunos, resultando em estresse e

ansiedade. A cultura da competição pode levar à superficialização do aprendizado, pois os alunos se concentram em alcançar boas notas e atender a expectativas externas, ao invés de se engajar em um processo educativo genuíno e significativo.

Além disso, a gestão gerencialista pode desumanizar o processo educacional. Quando a educação é tratada como uma questão de gestão e resultados, as relações interpessoais entre professores e alunos tendem a ser desvalorizadas. Essa desumanização impacta negativamente a motivação dos educadores e o engajamento dos alunos, criando um ambiente de aprendizado menos eficaz e distante das necessidades emocionais e sociais dos estudantes.

A adoção de modelos gerenciais na educação também pode levar à implementação de práticas de avaliação que priorizam a conformidade em vez da inovação. Segundo Guimarães e Lamosa (2018), em vez de estimular abordagens pedagógicas criativas e adaptativas, as escolas podem se tornar mais rígidas, seguindo roteiros pré-definidos que não permitam flexibilidade. Essa rigidez pode sufocar a criatividade de educadores e alunos, limitando a capacidade de explorar novas ideias e metodologias de ensino.

Portanto, a valorização de uma gestão escolar baseada em princípios gerenciais no PPP da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis reflete uma visão de educação que prioriza resultados imediatos em detrimento do desenvolvimento integral dos alunos. É crucial que essa abordagem seja reavaliada, para que a educação seja entendida como um processo holístico, que engloba tanto a formação acadêmica quanto o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.

4.7 Controle e Mensuração do Desempenho

A preocupação com o controle e a mensuração do desempenho dos profissionais da educação é uma característica central da governamentalidade neoliberal conservadora, evidenciada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis. O documento destaca a necessidade de "acompanhar o planejamento diário dos docentes, para que a execução de suas aulas possibilite ao aluno um ensino-aprendizagem de qualidade" (EMMMFC, 2024, p. 25), o que revela uma busca pela padronização das práticas pedagógicas e o controle rigoroso sobre o trabalho dos educadores.

Essa lógica de controle e mensuração se alinha ao conceito de "governamentalidade" proposto por Foucault (2008), no qual o poder é exercido não apenas por regras impositivas, mas pela normatização e vigilância das práticas cotidianas. No contexto educacional, isso resulta em um sistema de gestão que prioriza a supervisão detalhada das atividades dos docentes, frequentemente por meio de avaliações e indicadores de desempenho. Mendes (2019) argumenta que essa abordagem cria um ambiente de trabalho em que os professores estão constantemente sendo monitorados e avaliados, o que pode gerar uma cultura de medo e desconforto entre os profissionais da educação.

Além disso, a ênfase na mensuração do desempenho pode induzir a um fenômeno conhecido como '*teaching to the test*' (ensinar para o teste), em que os educadores se veem pressionados a preparar os alunos para exames padronizados, em vez de promover um aprendizado mais abrangente e significativo. Esse foco nos resultados mensuráveis pode restringir a criatividade e a diversidade das metodologias de ensino, já que os docentes se tornam obcecados em cumprir as normas e alcançar metas estabelecidas, em detrimento de uma educação que priorize o desenvolvimento integral dos alunos.

A ênfase no controle e na mensuração também pode afetar a relação entre professores e alunos. Quando a prioridade recai sobre resultados quantitativos, a dimensão humana do processo educativo tende a ser negligenciada. Isso pode criar um ambiente competitivo que inibe a colaboração e o apoio mútuo entre os estudantes. Tal cultura de competição pode aumentar a ansiedade e o estresse dos alunos, prejudicando seu bem-estar emocional e, consequentemente, sua capacidade de aprender de forma eficaz.

Portanto, a centralidade do controle e da mensuração do desempenho no PPP da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis revela uma abordagem educacional que prioriza a conformidade e a eficiência em detrimento da criatividade, da individualidade e do desenvolvimento integral dos alunos. Urge uma reavaliação dessa abordagem, para que a educação se torne um espaço de aprendizado significativo, que valorize as relações interpessoais e promova o bem-estar e a formação holística dos estudantes.

4.8 Implicações da Governamentalidade Neoliberal Conservadora

A presença de elementos da governamentalidade neoliberal conservadora no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis possui implicações profundas e complexas tanto para a prática educacional quanto para a formação dos alunos. Essa abordagem não se limita a moldar a estrutura e gestão da escola, mas afeta diretamente a experiência educativa dos estudantes e a atuação dos educadores.

Primeiramente, a ênfase na responsabilização individual, aliada à gestão gerencialista e ao controle rigoroso do desempenho, pode criar um ambiente escolar que privilegia a conformidade em detrimento da criatividade e da reflexão crítica. Segundo Lima e Santos (2021), essa cultura de conformidade tende a resultar na formação de cidadãos que aceitam passivamente as normas sociais e econômicas estabelecidas, sem questioná-las. Tal perspectiva compromete a formação de uma consciência crítica, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois reduz a educação a uma simples preparação para o mercado de trabalho, negligenciando o desenvolvimento de habilidades intelectuais e sociais mais amplas.

Além disso, a abordagem neoliberal na educação frequentemente perpetua desigualdades sociais. A responsabilização individual e a ênfase na eficiência ignoram as condições estruturais que afetam a educação, como a pobreza, a escassez de recursos e as desigualdades regionais. Essa visão pode marginalizar alunos que já enfrentam dificuldades, reforçando estigmas e preconceitos. Quando o foco recai sobre a responsabilidade individual, as soluções para os problemas educacionais tornam-se secundárias, o que contribui para a perpetuação das desigualdades no sistema educacional, uma vez que se desconsideram as raízes sociais e econômicas dessas dificuldades.

Outro efeito significativo da governamentalidade neoliberal conservadora é a desumanização do processo educacional. Quando a educação é tratada como uma questão de gestão e resultados, as relações interpessoais entre professores e alunos podem ser desvalorizadas. Isso tende a criar um ambiente de aprendizado mais mecânico e menos acolhedor, onde a conexão emocional e o cuidado, aspectos essenciais para um aprendizado significativo, são substituídos por uma abordagem puramente técnica. A educação deve ser vista como um espaço de

construção de relações humanas, no qual o respeito, a empatia e o cuidado mútuo são fundamentais para o desenvolvimento dos alunos.

Além disso, a implementação de práticas de avaliação que priorizam a conformidade em detrimento da inovação pode sufocar a criatividade e a autonomia dos educadores. A ênfase em resultados mensuráveis pode levar os docentes a adotarem métodos tradicionais e padronizados, que, embora eficientes em termos de resultados numéricos, não atendem às necessidades e interesses individuais dos alunos. Essa abordagem limita o potencial dos educadores de explorar novas metodologias e práticas pedagógicas, comprometendo, assim, a diversidade de abordagens pedagógicas que podem ser essenciais para o aprendizado dos estudantes.

Por fim, os efeitos da governamentalidade neoliberal conservadora na formação da identidade dos alunos são significativos. Quando o sistema educacional enfatiza a competitividade, a eficiência e a conformidade, os alunos podem internalizar esses valores, criando uma cultura de competição e individualismo. Esse processo de internalização pode dificultar o desenvolvimento de habilidades sociais e colaborativas, tão essenciais para a convivência harmoniosa e para a construção de uma sociedade mais solidária e integrada. A educação, ao promover esses valores, contribui para a formação de indivíduos que, em vez de se engajarem coletivamente para a transformação social, priorizam o sucesso individual e a competição exacerbada.

Portanto, as implicações da governamentalidade neoliberal conservadora nos documentos da gestão escolar da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis são amplas e multifacetadas. É fundamental que educadores, gestores e a sociedade como um todo reflitam criticamente sobre os impactos dessas abordagens na educação e busquem alternativas que promovam uma formação integral, crítica e emancipatória. A educação deve ser um espaço de diálogo, diversidade e construção coletiva, onde os alunos são preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para se tornarem cidadãos conscientes e ativos na transformação social.

4.9 *Ethos* Conservador e Neoliberal na Prática Educacional

Neste tópico, analisar-se-á os documentos oficiais da instituição, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, para entender como o

*Ethos*¹⁵ conservador e as influências da governamentalidade neoliberal aparecem nesses textos. A investigação se concentrará em aspectos como a responsabilização individual, a gestão focada na eficiência, o controle e a mensuração do desempenho, e o impacto dessas práticas no dia a dia da escola.

A análise documental foi conduzida a partir da leitura crítica e sistemática dos documentos oficiais da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, com foco na identificação de discursos conservadores e neoliberais-conservadores.

Os documentos oficiais da instituição, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, estabelecem diretrizes que refletem tanto valores conservadores quanto influências da governamentalidade neoliberal. Nesses textos, há uma forte ênfase na disciplina, na hierarquia, no civismo e no patriotismo, além da ideia de que o sucesso escolar está diretamente ligado ao esforço individual e à eficiência na gestão.

O discurso neoliberal aparece, por exemplo, na valorização da meritocracia e na constante preocupação com controle e medição de desempenho. O Regimento Escolar reforça que o esforço pessoal é determinante para o sucesso acadêmico, enquanto o PPP adota uma abordagem gerencialista, com foco em metas e avaliações frequentes, aproximando a lógica da escola de modelos administrativos.

Além disso, a hierarquia e a disciplina têm um papel central nesses documentos. As normas estabelecem regras detalhadas de conduta e destacam a importância da ordem e do respeito à autoridade escolar. Essa organização influencia diretamente o ambiente da escola, moldando as relações entre alunos e professores e orientando práticas pedagógicas que priorizam o cumprimento de regras e a busca por resultados concretos.

Por fim, a interpretação dos dados foi principalmente influenciada pelas ideias de Foucault sobre a governamentalidade neoliberal. Ele é o teórico central dessa análise, pois explica como o neoliberalismo não se restringe apenas à economia, mas se espalha por várias áreas da sociedade, incluindo a educação. Foucault destaca como isso cria novas formas de pensar e agir, estabelecendo um ambiente onde valores como eficiência e controle se tornam cada vez mais centrais no processo educacional. Ademais, outras ideias também foram consideradas,

¹⁵ Ethos é o conjunto de valores, crenças e práticas que moldam a identidade de um grupo ou instituição, influenciando seus discursos e suas ações no dia a dia (Bakhtin, 2003). Ou pode ser entendido como a maneira como uma instituição ou grupo constrói sua identidade e orienta suas práticas, refletindo os princípios e valores que guiam suas decisões (Thompson, 1995).

enriquecendo a análise e oferecendo diferentes olhares sobre as práticas educacionais dentro desse contexto neoliberal.

Dessa forma, a análise dos documentos oficiais da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis revelou a presença de discursos conservadores e neoliberais em suas diretrizes e práticas pedagógicas. O quadro 2 apresenta os principais resultados:

Quadro 2. Análise de Discursos Conservadores e Neoliberais no Projeto Político Pedagógico.

Elementos	Descrição	Fonte
1. Responsabilização Individual	O PPP enfatiza a participação dos pais e responsáveis no rendimento dos alunos, transferindo a responsabilidade para o âmbito familiar.	EMMMFC, 2024, p. 25
	Sugestão de que o sucesso escolar depende do esforço individual e da dedicação familiar, ignorando as condições sociais e econômicas.	EMMMFC, 2024, p. 25
2. Gestão Gerencialista	O PPP destaca a necessidade de "trabalhar em busca de resultados educativos positivos", refletindo uma abordagem gerencialista.	EMMMFC, 2024, p. 23-24
	A gestão escolar é pautada por princípios de controle e normatização, com supervisão detalhada das atividades dos docentes.	EMMMFC, 2024, p. 23-24
3. Controle e Mensuração do Desempenho	O PPP estabelece a necessidade de "acompanhar o planejamento diário dos docentes", evidenciando a preocupação com o controle rigoroso do trabalho dos educadores.	EMMMFC, 2024, p. 25
	A ênfase na mensuração do desempenho pode levar a uma cultura de "teaching to the test", prejudicando o aprendizado significativo.	EMMMFC, 2024, p. 25
4. Ethos Conservadores	O PPP e o Regimento Escolar destacam a importância da disciplina, hierarquia, civismo, patriotismo e moralidade como pilares da proposta pedagógica.	EMMMFC, 2024, p. 18, 21-22, 34
	A inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Educação Religiosa reflete uma visão conservadora da educação.	EMMMFC, 2024, p. 21-22

Fonte: Autor (2025).

A análise documental revela que a Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis está alinhada a uma perspectiva neoliberal-conservadora de educação, que prioriza a disciplina, a hierarquia, a responsabilização individual e a gestão gerencialista. Esses discursos refletem uma visão da educação como um meio de formar cidadãos obedientes e conformados, em vez de críticos e transformadores.

A ênfase na responsabilização individual e na gestão gerencialista segue a lógica da governamentalidade neoliberal, na qual o desempenho educacional é constantemente supervisionado e avaliado com base em critérios de eficiência e produtividade. Nesse contexto, o controle rigoroso e a mensuração dos resultados orientam a prática pedagógica, enquanto os valores conservadores ajudam a estruturar a organização da escola e as relações dentro dela (Foucault, 2008).

A análise documental mostra que a proposta educacional da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis se organiza a partir de uma lógica que combina princípios neoliberais e conservadores, com forte ênfase na disciplina, na hierarquia e na responsabilização individual. Esses elementos não apenas estruturam as práticas pedagógicas, mas também moldam a forma como a escola organiza seus processos de ensino e gestão. Como destaca Foucault (2008, p. 143), “o neoliberalismo não se limita a regular a economia, mas se infiltra nas mais diversas esferas da sociedade, produzindo novas formas de subjetivação e governamentalidade”. Dentro desse modelo, a formação dos alunos se insere em um contexto em que valores como eficiência e controle ganham centralidade no ambiente escolar.

A análise documental dos documentos oficiais da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis evidenciou a presença de discursos conservadores e neoliberais que moldam a gestão e as práticas pedagógicas da instituição. Esses elementos refletem uma visão da educação que prioriza a conformidade, a eficiência e a responsabilização individual, em detrimento de uma abordagem crítica e transformadora.

É essencial que educadores, gestores e a sociedade como um todo reflitam sobre os impactos dessas abordagens na educação e busquem alternativas que promovam uma formação integral, crítica e emancipatória. A educação deve ser um espaço de diálogo, diversidade e construção coletiva, onde os alunos são preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para serem cidadãos conscientes e engajados na transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesta dissertação revela uma forte presença das influências neoliberais e conservadoras no contexto da educação brasileira, especialmente no que se refere à implementação das Escolas Cívico-Militares em Goiás. Essa combinação de agendas ideológicas distintas, mas que se complementam, tem impactos profundos na estrutura, gestão e práticas pedagógicas dessas instituições, afetando diretamente a formação dos estudantes.

O neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência, responsabilização individual e lógica de mercado, se alia ao conservadorismo, que valoriza a disciplina, a hierarquia e os princípios tradicionais. Juntas, essas influências resultam em um modelo educacional que foca na conformidade e no controle, priorizando a disciplina e a organização, em vez de estimular o desenvolvimento crítico e reflexivo dos alunos.

A pesquisa documental mostrou que tanto os discursos neoliberais quanto conservadores estão fortemente presentes nas diretrizes e práticas pedagógicas da Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis, o que tem um grande impacto na formação dos estudantes. Por exemplo, a ênfase na responsabilização individual coloca o peso do sucesso escolar nas mãos dos alunos e suas famílias, sem considerar as condições sociais e econômicas que afetam o desempenho escolar. Essa abordagem neoliberal tende a individualizar problemas estruturais, afastando o Estado de suas responsabilidades na garantia de uma educação pública e de qualidade para todos.

Por outro lado, a gestão escolar da instituição segue princípios gerencialistas, focando em eficiência, produtividade e controle rigoroso sobre o trabalho dos professores. Essa lógica mercadológica, típica do neoliberalismo, transforma a educação em um campo de disputa, onde o sucesso é medido por indicadores quantitativos, deixando de lado a busca por uma formação integral dos estudantes.

Já os discursos conservadores se manifestam claramente na ênfase na disciplina, hierarquia, civismo e moralidade tradicional, que estão presentes nas diretrizes pedagógicas da escola. O regimento escolar, por exemplo, adota uma estrutura hierárquica rígida, com a presença de cargos militares, o que reflete uma visão autoritária da educação, onde a obediência e conformidade são mais valorizadas que a autonomia e a diversidade de pensamento.

Além disso, a inclusão de disciplinas como "Educação Moral e Cívica" no currículo escolar é uma clara demonstração da agenda conservadora, que busca moldar os alunos de acordo com valores tradicionais e uma visão restrita de cidadania. Essa abordagem pode limitar a capacidade dos alunos de desenvolver uma consciência crítica e habilidades necessárias para promover a transformação social.

A combinação do neoliberalismo e do conservadorismo na Escola Cívico-Militar de Vicentinópolis tem implicações profundas para o ambiente educacional. A ênfase na responsabilização individual, na gestão gerencialista e no controle do desempenho cria um espaço onde a educação perde sua humanidade e contribui para a perpetuação das desigualdades. Além disso, a militarização do ambiente escolar, com a presença de militares na gestão, reforça uma visão autoritária e excludente, que marginaliza grupos vulneráveis e restringe a participação democrática.

Diante desse cenário, é essencial que educadores, gestores e a sociedade em geral se engajem em um debate crítico sobre os rumos da educação pública no Brasil. Precisamos buscar alternativas que promovam uma formação integral, com foco no desenvolvimento de habilidades criativas, críticas e colaborativas, capazes de transformar a realidade social.

A educação deve ser um espaço de diálogo, diversidade e construção coletiva, onde os alunos não sejam preparados apenas para o mercado de trabalho, mas também para se tornarem cidadãos ativos, engajados e comprometidos com a justiça social. Nesse sentido, a militarização das escolas públicas representa um retrocesso que precisa ser enfrentado, em nome de uma educação verdadeiramente democrática e emancipatória.

Por fim, esta dissertação contribui para a compreensão das dinâmicas complexas entre o neoliberalismo e o conservadorismo e seus impactos na educação brasileira. Ao destacar como esses discursos se manifestam nas escolas cívico-militares, abre-se um espaço para um debate mais amplo sobre o futuro da educação pública no país, buscando um modelo que promova uma sociedade mais justa, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Escolas cívico-militares: impactos na educação pública**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em: <<https://www.acaoeducativa.org.br>> Acesso em: 17 jan. 2025.

ALVES, M. A.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas no Brasil: uma análise crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, n. 147, p. 1-18, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/xyz123456789/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. **A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 633-647, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociales de la economía**. Buenos Aires: Manatí, 2001.

BRANCO, G. C. **Michel Foucault: Filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

BRUM, Miriam. **Impacto das Escolas Cívico-Militares no Contexto Educacional Brasileiro**. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Educação Cívica no Brasil**. 2018.

COSTA, L. (2019). **Reforma trabalhista e os impactos neoliberais no Brasil**. Editora do Estado.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Ana; RIBEIRO, Carla. **Educação e Controle Social: A Militarização das Escolas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

DIAS, M. A.; RIBEIRO, L. T. **Educação e militarização: os impactos das escolas cívico-militares na formação cidadã**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2021.

DIAS, R. A.; RIBEIRO, M. L. Educação e conservadorismo: reflexões sobre a militarização das escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-15, 2021.

DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira**. Revista Teias, v. 22, n. ESPECIAL, p. 406-426, 2021.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, A. L.; SILVA, M. R. **Meritocracia e desigualdade: os desafios da educação no Brasil**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/98765>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FREITAS, Josi Aparecida de; SILVA, Mozart Linhares de. **A Base Nacional Comum Curricular e a arte neoliberal de governar a educação no Brasil**. **Revista Educativa**, v. 23, p. e8097-e8097, 2020.

FREITAS, L. C.; SILVA, M. A. A educação brasileira e o neoliberalismo: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, p. 1-20, 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GUIMARÃES, A. R.; LAMOSA, R. **Neoliberalismo e conservadorismo na educação brasileira**. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 72, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

GUIMARÃES, I. R.; LAMOSA, R. A. A educação sob a lógica neoliberal: desafios e resistências. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1-18, 2018.

GUIMARÃES, José; LAMOSA, Fernando. **Neoliberalismo e Conservadorismo: A Convergência das Políticas Públicas no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; LAMOSA, Rodrigo Azevedo Cruz. **Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora**. Revista Pedagógica, v. 20, n. 43, p. 66-80, 2018.

HAMANN, T. H. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética. Ecopolítica**, São Paulo, n. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>. Acesso em: 17 jan. 2025.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens do nosso tempo**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. 1. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Edições 34, 2009.
LEMKE, T. **Biopolítica: uma introdução**. São Paulo: Autêntica, 2001.

LEMKE, Thomas. **A Governamentalidade Neoliberal: A Invenção da Responsabilidade Individual**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

LIMA, M. S. A gestão escolar e os princípios gerencialistas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-15, 2020.

LOCKMANN, K. **Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15408.061>. Acesso em: 17 jan. 2025.

LOPES, M. C. **Políticas de inclusão e governamentalidade. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MENDES, M. A. A governamentalidade neoliberal na educação: implicações para a prática docente. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. 1-18, 2019.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 3, p. 594-611, 2019.

MENDONÇA, R. **Neoliberalismo e conservadorismo na educação: os desafios da formação crítica**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MENDONÇA, Ricardo. **Educação, Políticas Sociais e Neoliberalismo: Uma Análise Crítica**. 1. ed. São Paulo: Papyrus, 2019.

OLIVEIRA, Lucas. **Ideologia e Militarização: O Projeto Conservador nas Escolas Cívico-Militares**. 2020.

OLIVEIRA, R. P. **Neoliberalismo e educação: a construção do Homo Economicus**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, DF, v. 38, n. 2, p. 1057-1072, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/123456>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PINTO, Luiz Carlos. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil**. 2019.

RODRIGUES DA SILVA, M. et al. **Escolas cívico-militares: impactos no desempenho acadêmico e na formação cidadã**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rbpp>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SANTOS, M. A.; ALVES, L. C. **Gênero e educação: os desafios das políticas neoliberais**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, M. A.; ALVES, L. C. **Gênero e educação: os desafios das políticas neoliberais**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, M. A.; ALVES, R. A. **A meritocracia na educação: uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 38, p. 1-20, 2022.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2017.

SILVA, Bruno. **O Conservadorismo e a Militarização da Educação**. 2020.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINS, Francini Scheid; PAUVELZ DOS SANTOS, Iaçana. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: projeto de educação para o Brasil?** *Revista Educação em Foco*, v. 35, n. 1, 2022.

SILVA, M. A. A educação conservadora e seus impactos na formação dos alunos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-15, 2022.

SILVA, M. R.; MARTINS, L. C. **Escolas cívico-militares: uma análise crítica das políticas educacionais no Brasil**. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, n. 155, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SILVA, R. **A militarização das escolas públicas no Brasil: impactos e desafios**. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 80, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xyz123456789/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SOUZA, Jessé. **A Militarização das Escolas e o Controle Social no Brasil**. 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim. Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 set. 2019.

BRASIL. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Ministério da Defesa.** Manual de Implementação das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2019.

BRASIL. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Diretrizes das Escolas Cívico-Militares.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3568, de 2023.** Promove fomento e o fortalecimento às Escolas Cívico-Militares - Ecim. Senado Federal, 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.938, de 2019.** Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL MILITARIZADA MANOEL FERNANDES DA CUNHA. **Projeto Político Pedagógico.** Vicentinópolis, 2024.